



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO
DA ESCOLA BÁSICA
LINHA DE PESQUISA: CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

GEORGETE PANTOJA MOURA

**A PARTICIPAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES-PA NA
REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2011 A 2018.**

Belém-PA
2021

GEORGETE PANTOJA MOURA

**A PARTICIPAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES-PA NA
REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2011 A 2018.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Currículo e Gestão da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Belém-PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M929p Moura, Georgete Pantoja.
A participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018 / Georgete Pantoja Moura. — 2021.
177 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém, 2021.

1. Enfrentamento à violência sexual; . 2. Crianças e Adolescentes; . 3. Rede de Enfrentamento; . 4. Município de Breves.. I. Título.

CDD 370

GEORGETE PANTOJA MOURA

**A PARTICIPAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES-PA NA
REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2011 A 2018.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Currículo e Gestão da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Data de avaliação: ___/___/_____

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Orientador – UFPA

Prof^a. Dr^a. Maria José Aviz do Rosário
Examinadora interna – UFPA

Prof. Dr. Flavio Corsini Lírio
Examinador externo – UFRR

Prof^a. Dr^a. Cristina Guimarães Queiroz Simões
Examinadora externa – UNIFAP

Prof^a. Dr^a. Amélia Maria Araújo Mesquita
(Examinadora interna)
Suplente

Belém-PA, Junho 2021

Dedico ao Espírito Santo de Deus, por ter me concedido vida e saúde para ingressar e concluir este sonho.

Ao meu pai, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a vida, por me sustentar e dar forças para seguir firme nos meus objetivos.

In memoriam do meu pai querido, Benedito Felix Moura, agradecer imensamente por todos os ensinamentos, estímulos e dedicação para com a minha vida; se hoje eu cheguei até aqui, foi por intermédio de seus incentivos e por acreditar em mim.

A minha querida mãe, Maria da Conceição Pantoja Moura, pelo apoio e orações em todos os momentos da minha vida. Obrigada por tudo.

Aos meus irmãos: Maria, Walmir, Adilson e Adenilson Moura, o meu agradecimento pelos momentos de orações, incentivos, encorajamento e por vocês terem me acompanhado nesta trajetória. MUITÍSSIMO obrigada.

Aos maiores tesouros da minha vida, meus filhos: Jean Moura, Hellen Moura e Heyder Moura, que sempre estiveram do meu lado, dando-me suporte e incentivo para não desistir do meu sonho. Desculpem-me pelos momentos em que não pude estar junto e me dedicar a vocês. Sei que a saudade foi dolorosa, mas minha ausência se deu por razão da realização de um dos meus sonhos que é o Mestrado. Obrigada por tudo, vocês sempre serão o motivo de eu continuar a vida.

A minha cunhada querida, Gleice Goldin, pelo companheirismo, pelas orações e por acreditar no meu potencial. Obrigada.

A Maria Gonçalves e Cristia Cley Maciel, amigas de conhecimento singular sobre a Rede de Proteção Social. Obrigada pela colaboração e ajuda nos momentos em que mais precisei.

Ao Professor Josinaldo Brito, um homem de mente brilhante e de conhecimento singular, companheiro de uma longa jornada na minha vida. Obrigada pelo empenho, ajuda e dedicação na revisão dos textos, nos momentos mais difíceis. Serei grata eternamente por sua ajuda.

As minhas amigas de turma Ângela e Elany; e amigo Raphael, pessoas que sempre acreditaram em mim e nunca me deixaram fraquejar, sempre estiveram do meu lado. Nos momentos mais difíceis do curso, me trouxeram sorrisos espontâneos e alegraram-me nas horas em que sentia saudades de casa. Muito obrigada.

As minhas amigas Yulis Jordan (ex-diretora) e Socorro Jardim (vice-diretora) da EMEIEF Maria Rafols, por terem me apoiado quando eu entrei como aluna especial no Mestrado, em 2014. Sempre estiveram ao meu lado, acreditando que não iria demorar a concluir o Mestrado. Muito obrigada.

As minhas amigas de profissão e de vida pessoal Madalena Moraes, Ray Mercês, Flarijane Paiva, Monica Mendes, Simei Miranda, Ana Silva e Poly Gaia. Obrigada pela amizade. Nesta longa jornada da vida, suas palavras de incentivo me deram forças para chegar até aqui.

A todos os técnicos da SEMED-Breves (PA), que me auxiliaram nas informações e que participaram diretamente da minha pesquisa: Valcilene Gama, Manuelle Espindola, Robson Lucio das Neves e a ex-diretora de Ensino Lucyjane Bezerra. Obrigada pela atenção e colaboração nesta investigação.

Ao amigo de profissão, admirável professor e grande incentivador dos estudos e pesquisas Leonildo Guedes, que me auxiliou em todos os momentos que precisei, seja com materiais, orientação ou com palavras de incentivo; se hoje eu cheguei na conclusão do Mestrado, você também foi responsável por esta vitória. Obrigada professor.

Ao meu orientador Genylton Rocha, pelos conhecimentos compartilhados que foram muitos, pelos momentos de orientações, pelo incentivo e principalmente por acreditar em mim para ser sua orientanda. Obrigada querido professor, que Deus lhe abençoe sempre.

Ao Prof. Dr. Fabricio e à Prof^a. Dr^a. Amélia Mesquita pelo carisma e profissionalismo a frente do curso de Mestrado PPEB. Muito obrigada.

Obrigada a todos e a todas que contribuíram direta e indiretamente na trajetória desses dois anos de estudos, que certamente foram cheios de aprendizado para a minha vida pessoal.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF 1988, Art. 227).

RESUMO

A presente pesquisa elegeu como temática o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O objeto de estudo foi a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018. O objetivo geral consistiu em analisar a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018. Os específicos: compreender a organização da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Breves; avaliar a articulação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual existente no município; e identificar as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Breves na promoção do Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas escolas municipais. A pesquisa teve abordagem qualitativa e consistiu em um estudo de caso. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a análise documental e a entrevista semiestruturada. A análise de conteúdo foi a técnica utilizada na análise dos dados. Os sujeitos que fizeram parte desta investigação foram 03 (três) Técnicos Pedagógicos da SEMED de Breves e 01(uma) Diretora de Ensino. A seleção e definição destes ocorreram mediante o contato com cada um, que permitiu conhecer a participação destes na construção das Propostas Curriculares, nos documentos oficiais, projetos e programas de Governo. O referencial teórico utilizado foi baseado em: Azevedo e Guerra (2015); Faleiros e Faleiros (2008); Kruger e Silva (2013); Landini (2011); Lowenkron (2015); Lavareda e Magalhães (2015); Lima *et.al* (2012); Miranda (2016); Oliveira *et.al* (2017); Peres e Peres (2008). Os resultados mostraram que a organização da Rede de Enfrentamento à Violência no município de Breves se dá por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, com parcerias do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Sistema de Garantia de Direitos e Secretaria Municipal de Saúde. A articulação da Rede Municipal de Educação de Breves no Enfrentamento à Violência Sexual aconteceu por meio da SEMTRAS, UFPA, PSE, SEMAS, CMCD, Conselho Tutelar, SEATER e UNICEF para realizar orientação e prevenção nas escolas do município de Breves. Identificaram-se ações promovidas pela SEMED acerca do Enfrentamento da Violência Sexual nas escolas municipais que aconteceram por meio de formação para os profissionais da educação; pelo projeto CREAS nos Bairros; por meio das atividades do UNICEF e do PSE. As debilidades apontadas no enfrentamento à violência sexual na cidade de Breves são a falta/ausência de: recursos no orçamento da SEMED para o financiamento de ações voltadas ao enfrentamento da violência sexual; uma política de incentivo à implementação de projetos de enfrentamento da violência sexual nas escolas do município; produção e distribuição de material didático relacionado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; formação continuada, permanente e integrada da rede, articulada a programas, projetos, ações, campanhas e a inclusão dessa problemática em todos os projetos políticos pedagógicos das escolas.

Palavras-chave: Enfrentamento à violência sexual; Crianças e Adolescentes; Rede de Enfrentamento; Município de Breves.

ABSTRACT

This research chose as thematic the Combating Sexual Violence against Children and Adolescents. The object of study was the participation of the Municipal Education Network in Brief in the Network for Combating Sexual Violence against Children and Adolescents from 2011 to 2018. The general objective was to analyze the participation of the Municipal Education Network in Brief in the Network of Combating Sexual Violence against Children and Adolescents from 2011 to 2018. The specifics: understand the organization of the Network for Combating Sexual Violence against Children and Adolescents in the municipality of Breves; to evaluate the articulation of the Municipal Education Network in Brief in the Network for Combating Sexual Violence in the municipality; and identify the actions carried out by the Municipal Department of Education in Brief in promoting the Confrontation of Sexual Violence against Children and Adolescents in municipal schools. The research had a qualitative approach and consisted of a case study. The instruments used for data collection were document analysis and semi-structured interviews. Content analysis was the technique used in data analysis. The subjects who took part in this investigation were 03 (three) Pedagogical Technicians from SEMED de Breves and 01 (one) Director of Education. The selection and definition of these occurred through contact with each one, which allowed knowing their participation in the construction of Curriculum Proposals, in official documents, projects and Government programs. The theoretical framework used were: Azevedo and Guerra (2015); Faleiros and Faleiros (2008); Kruger and Silva (2013); Landini (2011); Lowenkron (2015); Lavareda and Magalhães (2015); Lima et.al (2012); Miranda (2016); Oliveira et.al (2017); Peres and Peres (2008). The results showed that the organization of the Network for Combating Violence in the municipality of Breves takes place through the Municipal Department of Labor and Social Assistance, in partnership with the Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents, Guardianship Council, Municipal Secretariat of Education, Police Station Specialized in Assistance to Women, Rights Guarantee System and Municipal Health Department. The articulation of the Municipal Network of Brief Education in Confronting Sexual Violence took place through SEMTRAS, UFPA, PSE, SEMAS, CMCD, Guardianship Council, SEATER and UNICEF to carry out guidance and prevention in the schools in the municipality of Breves. Actions promoted by SEMED were identified on Combating Sexual Violence in municipal schools that took place through training for education professionals; by the CREAS in Bairros project; through the activities of UNICEF and the PSE. The weaknesses identified in the fight against sexual violence in the city of Breves are: lack of resources in SEMED's budget to finance actions aimed at combating sexual violence; lack of a policy to encourage the implementation of projects to combat sexual violence in schools in the municipality; production and distribution of educational material related to combating sexual violence against children and adolescents; permanent and integrated continuing education of the network, articulated to programs, projects, actions, campaigns and inclusion of this issue in all political pedagogical projects of the schools.

Keywords: Confronting sexual violence; Children and adolescents; Coping network; Municipality of Breves.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto da cidade de Breves	56
Gráfico 1 - Fluxograma de uma Articulação em Rede de Enfrentamento no Campo da Educação.	78
Figura 2 - EMEF Alípio Garrido Caramês, modelo de escola padrão no meio rural. .	93
Figura 3 - Estrutura de uma das salas de aula de EMEF Alípio Garrido Caramês....	94
Figura 4 - EMEF Ideal localizada no Distrito Curumú no meio rural.....	94
Figura 5 - Estrutura física da EMEF Ideal.	95
Figura 6 - Sala de aula da EMEF Ideal com alunos, no meio rural.	95
Figura 7 - Momento de sensibilização com os pais, em escola.....	120
Figura 8 - Momento da caminhada nas ruas-1.....	121
Figura 9 - Momento da caminhada nas ruas-2.....	122
Figura 10 - Momento da culminância do projeto, na Praça do Operário com apresentação das crianças.....	122
Figura 11 - Matriz Curricular da EJA	141
Figura 12 - Reflexo da Violência Sexual na vida escolar dos discentes.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo das pesquisas encontradas sobre o tema em estudo no período de 2011 a 2018.	20
Quadro 2 - Pesquisas realizadas no âmbito do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da UFPA, no período de 2011 a 2018.	21
Quadro 3 - Pesquisas que subsidiaram esta investigação.	23
Quadro 4 Quantidade de denúncias registradas no banco de dados do CREAS - município de Breves.	61
Quadro 5 - Quantidade de denúncias registradas no banco de dados do Conselho Tutelar de Breves.	62
Quadro 6 - Quantidade de denúncias registradas no banco de dados da DEAM/DEACA na região do Marajó dos anos de 2017 e 2018.	65
Quadro 7 - Demonstrativos de violações de direitos contra crianças e adolescentes em municípios do Marajó em 2012.	66
Quadro 8 - Organograma Estrutural dos setores da SEMED.	90
Quadro 9 - Demonstrativo da quantidade de escolas no meio urbano.	91
Quadro 10 - Demonstrativo da quantidade de escolas no Meio Rural.	92
Quadro 11 - Organização Curricular da Educação Infantil do município de Breves.	130
Quadro 12 - Demonstrativo da Análise Realizada.	131
Quadro 13 - Demonstrativo da Análise Realizada.	136
Quadro 14 - Demonstrativo da Análise Realizada.	138
Quadro 15 - Demonstrativo da Análise Realizada.	141
Quadro 16 - Demonstrativo da Análise Realizada.	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCOA	<i>Aluminum Company of América</i>
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECRIA	Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e
Adolescentes	
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMCEX	Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa
dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes	
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DAE	Diretoria de Assistência ao Estudante
DAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEACA	Departamento Especializado no Atendimento de Crianças e
Adolescentes	
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DEMUR	Diretoria de Educação do Meio Rural
DEN	Diretoria de Ensino
DNEDH	Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos
DPCA	Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Fundamental e Valorização do Magistério.	
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciências da Educação
INCLUDERE	Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da
Inclusão	
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEB	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAIR	Programa de Ações Integrantes e Referência de Enfrentamento
à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro	
PEEVSCA	Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra
Crianças e Adolescentes	

PESTRAF	Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial
PME	Plano Municipal de Educação
PMEVSCA	Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
PMPA	Polícia Militar do Pará
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEVSIJ	Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual
Infantojuvenil	
POL	Plano Operativo Local
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica
PROCAESCA	Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes
PSE	Projeto Saúde na Escola
SEASTER	Secretaria do Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEPLAD	Secretaria de Planejamento e Administração
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SIPIA	Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UFRR	Universidade Federal de Roraima
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA	34
2.1– O caráter qualitativo da pesquisa	34
2.2 – O tipo de pesquisa que foi realizada.....	36
2.3 – As etapas de desenvolvimento da pesquisa.....	39
3 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE BREVES	48
3.1 A violência sexual contra crianças e adolescentes e suas formas de manifestação.....	48
3.2 A violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves – Pará.....	55
3.3 O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: o Papel das Redes de Enfrentamento.....	68
3.4 A organização e o funcionamento da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves.....	81
4 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES – PARÁ E SUA PARTICIPAÇÃO NA REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	87
4.1 Uma Breve Apresentação da Rede Municipal de Educação de Breves – Pará e sua Participação na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	88
4.2 – As Articulações da Rede Municipal de Educação com a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	96
4.3 - As ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes promovidas pela Rede Municipal de Educação de Breves-Pará.....	107
CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICE A	172
ROTEIRO DE ENTREVISTA	173
APÊNDICE B	174
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	175

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou o tema do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Meu primeiro contato com a temática ocorreu em 2007, quando participei de um minicurso cujo título era “Os sinais de violência sexual de crianças no contexto escolar”. A iniciativa para a realização desse curso partiu da equipe da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), do município de Breves. A palestra foi realizada por uma psicóloga daquela Delegacia e dirigida ao corpo docente de uma escola de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino, da qual eu fazia parte.

Em maio de 2008, inscrevi-me em um curso realizado pelo Programa de Extensão Multicampi Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse Programa de Extensão foi coordenado pelo Prof. Alberto Damasceno e pela Profa. Émina Santos e abrangia três projetos: Escola que Protege, Educação em Direitos Humanos e Escola de Portas Abertas. A finalidade do curso era a capacitação dos educadores do município de Breves para a elaboração de planos de ação destinados à garantia dos direitos da criança e do adolescente; e na ocasião houve uma participação volumosa de professores dos diversos níveis e modalidades de ensino.

Durante o ano de 2011, tive a oportunidade de fazer parte dos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE)¹, que aconteceram no *Campus* Guamá da UFPA, em Belém, todas as segundas-feiras do mês de agosto. Na ocasião, participei como ouvinte, do encontro em que foram discutidas as temáticas relacionadas ao abuso, exploração e tráfico de pessoas, principalmente de adolescentes.

Em 2012, após participar dos encontros do INCLUDERE, obtive orientação de como lidar com a temática da violência sexual e com o enfrentamento a essa situação contra crianças e adolescentes. Naquele mesmo ano, realizei um projeto

¹ O INCLUDERE é vinculado ao NEB da UFPA e coordenado pelo prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha. Discute e problematiza a violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da Escola Básica. O objetivo desse grupo é efetivar ações na luta pelos direitos humanos: a proteção da dignidade e a prevenção do sofrimento humano, a fim de garantir a igual consideração e profundo respeito a toda e qualquer pessoa.

socioeducativo com a finalidade de estimular profissionais da escola, pais e/ou responsáveis a denunciarem casos desse tipo de violência contra crianças e adolescentes aos órgãos competentes, bem como sensibilizá-los quanto à gravidez na adolescência e cuidados que se deve ter com a higiene do corpo. O projeto foi bem aceito, pois teve o apoio da comunidade escolar, bem como a participação de profissionais que trabalham diretamente com essa temática: conselheiros tutelares, assistente social e psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que proferiram palestras.

Em 2013, participei de um projeto de extensão sobre a temática da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na UFPA-Campus de Breves, coordenado pelo Prof. Dr. Leonildo Guedes. Na época, esse professor era mestrando da linha de Currículo, Epistemologia e História, orientando do Prof. Dr. Genylton Rocha e fazia parte do INCLUDERE. Esse projeto de extensão teve como objetivo qualificar coordenadores pedagógicos, teórica e tecnicamente, para a articulação de projetos de intervenção nas escolas, prevenindo e identificando os casos ou suspeitas de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em 2016, passei a integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Breves. Assim, pude realizar várias ações em prol dos direitos da criança e do adolescente junto com o Conselho Tutelar (CT), as famílias e a comunidade escolar; e essa vivência no CMDCA motivou-me a continuar investigando a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No final do ano de 2016 para o início de 2017, coordenei, no município de Breves, o curso de aperfeiçoamento intitulado "Empoderando Comunidades Escolares Paraenses para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes", sob a responsabilidade da UFPA². O objetivo dessa ação foi empoderar sujeitos pertencentes às comunidades das escolas públicas, membros de CT, CMDCA, bem como participantes dos movimentos e outros atores sociais ligados à Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, para o enfrentamento desse tipo de violência, através da realização de pesquisa sobre o tema em questão e atividades formativas disseminadoras das metodologias propostas pelo Guia Escolar (BRASIL, 2011).

² Por meio do Edital nº 02, de 2017, foi aberto Processo Seletivo para ingresso de participantes no curso, sob a coordenação geral do Prof. Dr. Genylton Rocha, com carga horária de 195 horas, aprovado pela Resolução nº. 4.736, de 20 de outubro de 2015.

A oferta do referido curso foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Breves, que ficou responsável pela seleção dos cursistas. Nesse ínterim, eu enquanto técnica dessa Secretaria, fui indicada para assumir a coordenação do mesmo e ainda me inscrevi e fui cursista. As atividades acadêmicas tiveram início em outubro de 2016, finalizando em abril de 2017, esta ação aconteceu em vários municípios do Marajó e também na Região Metropolitana de Belém.

Naquele período, fui convidada pelo coordenador geral do curso para ministrar a disciplina Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Políticas e Legislações, nas cidades de Capanema e Muaná; e com isso, tive momentos de muito aprendizado junto a essas turmas.

As participações que tive nos cursos, minicursos, projetos de extensão, eventos, atividades do INCLUDERE e o conhecimento do aumento de 83% dos números de casos sobre a violência sexual, que foi publicado pelo Ministério da Saúde (2018), apontando que entre 2011 e 2017, me impulsionou a realizar a pesquisa na área da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Submeti-me em 2018 ao processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica (PPEB), vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB). Inicialmente, ingressei no referido Mestrado com o Projeto de Pesquisa intitulado “Escolas de Ensino Fundamental e a Rede de Proteção Social, no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes com Deficiência no Município de Breves”. Contudo, no âmbito da Disciplina Atelier de Pesquisa I e após uma análise criteriosa juntamente com meu orientador, decidimos mudar para o tema, “Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, por percebermos que talvez não houvesse campo de pesquisa para a realização daquela temática.

Com a definição da nova temática, foi possível delimitar o objeto que nortearia a presente investigação e esse considerou a realidade que crianças e adolescentes viviam no município de Breves, frente à violência sexual. Assim, o objeto de estudo desta pesquisa passou a ser: “A participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018”.

A escolha que fiz para investigar a Rede Municipal de Educação de Breves foi motivada pela finalidade de elucidar as ações que essa instituição tem realizado para promover o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em minha pesquisa, parti do princípio quanto a escolha do estudo de caso, que é função da SEMED enquanto entidade mantenedora da educação pública municipal, realizar ações de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nas instituições educativas municipais. Ao atuar na promoção dos direitos sexuais, no sentido de prevenir e alertar sobre o abuso ou exploração de crianças e adolescentes, a SEMED está cumprindo com o que determina o eixo de prevenção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2000), onde é indicado que deve ocorrer a “[...] inserção das escolas em ações de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”. Ademais, consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, em seu Art.11, que os municípios incumbir-se-ão de: I – “organizar, manter e desenvolver [...] políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (BRASIL, 1996).

A SEMED ainda tem a possibilidade de articular com outras instituições como: as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Turismo, o CT, o CMDCA e Organizações Não Governamentais (ONGs), por meio do desenvolvimento de ações intersetoriais, na perspectiva da prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Com efeito, esse cenário de perspectivas tem a finalidade de assegurar a proteção integral às crianças e aos adolescentes em situação de risco de violência sexual.

De certo a discussão sobre o tema do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes veio ganhar atuação e realização nas ações contra a violência sexual em 2000, a partir da aprovação do PNEVSIJ. O plano surgiu para implementar ações de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no contexto brasileiro. Em 2013, em sua reformulação, voltou-se à defesa dos direitos das crianças e adolescentes “em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável” (BRASIL, 2013b, p. 4).

Com base nesse documento aprovado pelo Governo Federal, é necessário que falemos sobre a violência sexual, pois coagidos, manipulados e amedrontados, seja em instituições, espaços sociais ou residências próprias, de familiares ou de

amigos, temos crianças e adolescentes. Uma pesquisa do Ministério da Saúde (2018, p. 03) apontou que no “período de 2011 a 2017, houve 184.524 notificações de casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida”.

Esses dados precisam ser vistos e avaliados para que a sociedade se mobilize e desenvolva diferentes estratégias para o enfrentamento do problema, bem como fomenta um maior engajamento entre instituições que constituem a Rede de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Para tanto, torna-se necessário que estejamos entrelaçados em uma Rede de Enfrentamento para discutir, articular e organizar ações que venham coibir práticas de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Peres e Peres (2008, p.188) ressaltam que “quando nos referimos a uma estrutura social pautada na perspectiva de redes, estamos afirmando que estas se constituem de um sistema aberto; altamente dinâmico[...]; e, ao se tratar de Rede para o Enfrentamento, penso que sua construção e organização devem ser pautadas em vivência humana e obrigam-se a estar estruturadas de forma didática, levando em consideração o campo de atuação para as ações de enfrentamento.

Em pleno século XXI, crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual. Segundo dados do Disque 100, publicados em 2019, sobre o período compreendido entre os anos de 2011 e 2018, foram realizadas 172.667 notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto, por ser um fenômeno que afeta essa parte da população, no Brasil inteiro, resolvi investigar essa temática, pois dentre os problemas de violência mais complexos que temos enfrentado nas últimas décadas, a violência sexual contra crianças e adolescentes se destaca.

Neste sentido, o Guia Escolar (2011) afirma que:

A violência sexual é uma ameaça à sobrevivência, ao bem-estar e ao futuro de crianças e adolescentes e pode trazer graves consequências para seu desenvolvimento, sua saúde e sua capacidade de aprendizagem. Crianças e adolescentes são mais suscetíveis à violência sexual pelo simples fato de serem crianças e adolescentes, mas algumas dessas pessoas são ainda mais vulneráveis por serem meninas pobres e/ou negras ou por terem deficiências [...] (GUIA ESCOLAR, 2011, p.14).

A violência sexual é um crime contra a dignidade sexual. De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), é:

[...] praticada de várias maneiras, por diferentes autores/atores e em distintos lugares. [...], classifica-se a violência sexual em abuso sexual e exploração sexual comercial; o abuso sexual em intra e extrafamiliar; a exploração sexual em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais [...] (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 31).

Por ser um fenômeno que prejudica a vida dos que são vitimados e traz graves consequências, não pode ser tratado como um problema único e exclusivo da família, e sim deve considerado como um problema social e inclusive tem sido objeto de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento e em todas as regiões geográficas do Brasil.

Com o intuito de conhecer as pesquisas realizadas acerca do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, realizei um levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), adotando como recorte temporal, o período de 2011 a 2018, sendo que, em período anterior, foram feitos estudos referentes à mesma temática no município de Breves, sendo que a primeira pesquisa é situada no período de 2005 a 2010; e para conhecer as pesquisas investigadas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes, recorreu-se ao *site* da CAPES. Para realizar o levantamento bibliográfico, foi necessário refinar a busca por meio de descritores que ficaram delimitados da seguinte forma: Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Quadro 1 - Demonstrativo das pesquisas encontradas sobre o tema em estudo no período de 2011 a 2018.

Assunto	Cenário	Quant.	Tipo de Pesquisa	Área da Educação	Outras Áreas
Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Brasil	106	Teses: 26 Dissertações: 80	11	95
	Pará/Belém	09	Teses: 02 Dissertações: 07	04	05

Adolescentes	Breves	0	Teses: 0 Dissertações: 0	-	-
Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Brasil	22	Teses: 5 Dissertação: 17	06	16
	Pará/Belém	05	Teses: 02 Dissertações: 03	05	-
	Breves	01	Teses: 0 Dissertações: 01	01	-
Rede de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Brasil	01	Teses: 0 Dissertações: 01	-	01
	Pará/Belém	0	Teses: 0 Dissertações: 0	-	-
	Breves	0	Teses: 0 Dissertações: 0	-	-

Fonte: Dados retirados do site da CAPES.

No levantamento realizado, percebi de forma geral, que o foco dessas pesquisas é a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, com isso, encontrei um número baixo de pesquisas na área da educação que focalizasse o Enfrentamento à Violência Sexual; e quando se trata da Rede de Enfrentamento, o número de pesquisas é bem mais reduzido.

A finalidade do levantamento foi para conhecer as pesquisas existentes na área da violência sexual, mais especificamente sobre Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, foco do meu objeto de pesquisa. Observei também, que as cinco pesquisas encontradas nessa busca sobre o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes estão vinculadas ao grupo de pesquisa INCLUDERE, realizadas no âmbito do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da UFPA, que se apresenta no Quadro 02.

Quadro 2 - Pesquisas realizadas no âmbito do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da UFPA, no período de 2011 a 2018.

Orientador	Temática	Área/Ano	Instituição
	A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Autor: Leonildo Nazareno do A. Guedes (Dissertação)	Educação /2012	ICED/UFPA
	Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra criança e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do Bairro do Guamá, Belém - Pará.	Educação /2013	

Genylton Odilon R. da Rocha	Autor: Flavio Corsini Lírio (Tese)		
	Violência sexual contra crianças e adolescente: a participação das escolas municipais públicas da cidade de Imperatriz no Maranhão na Rede de enfrentamento. Autora: Aricelma Costa Ibiapina (Dissertação)	Educação /2013	
	Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras. Autor: Cleumir Pereira Leal (Dissertação)	Educação /2016	
	A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA). Autora: Marilene Maria Aquino Castro de Barros (Tese)	Educação /2016	

Fonte: Dados retirados do *site* da CAPES

No contexto dessas cinco pesquisas (duas teses e três dissertações), todas foram realizadas na área da Educação, porém, nenhuma dessas investigações possui o foco do meu objeto de pesquisa.

Após constatado que na área educacional poucas pesquisas foram realizadas sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, empenho-me em realizar a presente investigação, no âmbito do município de Breves, por ser uma região que convive com esta problemática e com isso, não se pode aceitar a ideia de que a questão da violência sexual é normal.

Do total de 129 pesquisas encontradas, selecionei nove para dar subsídios a esta investigação, pois, deste montante apenas uma pesquisa foi realizada no município de Breves, intitulada “A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes” de autoria de Leonildo Guedes (2012). Desta feita, para fazer esta seleção, foi necessário analisar a temática, objeto, objetivos e metodologia de cada uma delas. Minha intenção foi encontrar pesquisas que pudessem auxiliar na condução de meu trabalho, bem como identificar se entre essas, alguma se igualaria ao meu objeto de investigação, para compreender melhor o fenômeno da violência sexual que ocorre em diferentes espaços. Portanto, pontualmente escolhi sete dissertações e duas teses, as quais apresento no Quadro 03.

Quadro 3 - Pesquisas que subsidiaram esta investigação.

AUTOR	FINALIDADE DA PESQUISA	ANO
Guedes	Analizou a participação das escolas públicas de ensino fundamental, localizadas na cidade de Breves/PA, na Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Dissertação).	2012
Ibiapina	Analizou a participação das escolas públicas municipais de ensino fundamental, da cidade de Imperatriz/MA, na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Dissertação).	2013
Vagliati	Buscou conhecer como os professores estavam trabalhando com a temática da violência sexual no espaço escolar. Assim, identificou que os professores reconhecem que a exigência de abordagem sobre o tema educação sexual, está acima do conhecimento que a sua formação proporciona (Dissertação).	2014
Penco	A pesquisa analisou a aplicação do projeto Escola Que Protege. Na avaliação das capacitações do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes (COMCEX), foi observado que, em alguns casos, há o fortalecimento da “conspiração do silêncio” pela escola e pela família, impedindo que as denúncias sejam efetuadas, por motivo de medo de represálias e por existir certo descrédito na Justiça (Dissertação).	2015
Pinheiro	Abordou sobre a proteção e defesa da criança e do adolescente frente ao fenômeno da violência sexual, no estado do Amazonas, que tem tido visibilidade em nível nacional quanto às denúncias sobre o esquema de abuso e exploração sexual infantojuvenil, assim como os limites, desafios e possibilidades das instâncias de controle social (Dissertação).	2015
Leal	Procurou compreender de que forma o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes tem sido realizado na escola Dom Rino Carlesi (MA). Entre os resultados, a pesquisa aponta que as ações de enfrentamento se concentram basicamente durante a campanha do dia 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) (Dissertação).	2016
Meurer	Buscou compreender as orientações preconizadas pelos documentos nacionais para enfrentar a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no período de 2000 a 2013, considerando as legislações nacionais e as normativas internacionais. Neste contexto, enfatiza a violência e suas modalidades em vários âmbitos, como: os políticos, econômicos, morais, legais, psicológicos, institucionais, e também o sentido das relações entre os sujeitos sociais e em âmbito individual (Dissertação).	2017
Lírio	Avaliou a implementação da política pública de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental no Bairro do Guamá, em Belém-Pará. Crianças e adolescentes, em idade escolar obrigatória, são as principais vítimas de violência sexual; por isso a importância da inserção efetiva da escola na rede de enfrentamento com condições para identificar e notificar casos dessa natureza (Tese).	2013
Barros	Analizou as ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti-Pará, no combate à exploração sexual contra	2016

	crianças e adolescentes, considerando que esse município, a partir dos anos 2000, foi impactado com a instalação de um grande projeto de mineração de bauxita <i>Aluminum Company of América</i> (ALCOA).	
--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora

As pesquisas apresentadas são de grande relevância na realização de minha investigação, todas elas, de alguma forma, tratam da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O diferencial entre a pesquisa que desenvolvi e as produções científicas encontradas, consiste no fato de que esta pesquisa traz uma visão analítica acerca da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, bem como busca desvelar como a Secretaria Municipal de Educação daquele município se organiza e articula suas ações na promoção desse enfrentamento. Esse movimento demonstra o ineditismo desta pesquisa.

Considerando que há poucas pesquisas realizadas na área que envolve a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual, empenho-me a pesquisar a problemática, por ser um fenômeno que afeta a população de crianças e adolescentes em todas as regiões do Brasil, principalmente no município de Breves-Pará, localizado na região do Marajó.

Para adentrar na discussão que envolve a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves-Pará, é importante enfatizar que esta pesquisa trata de duas formas de violência sexual: o abuso sexual (que se classifica em intra e extrafamiliar) e a exploração sexual. Esses conceitos serão aprofundados no tópico 3.1, que vai tratar da violência sexual contra crianças e adolescentes e suas formas de manifestação.

Outrossim, as formas de violência sexual acima descritas se destacam com frequência nas redes sociais, mídias e noticiários locais, em que exprimem o flagelo da exploração, combinada com a situação social vivenciada pela população da região (CAL S, 2015).

Neste sentido, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes está cada vez mais evidente. A pesquisa de Guedes (2012) registra que esse problema se tornou notório, recorrente e visível, e parte dessa visibilidade “deve-se às denúncias do bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona” (GUEDES, 2012, p.17),

que durante suas visitas aos municípios da região marajoara, constatou casos de exploração sexual comercial.

Em uma reportagem feita pelo Jornal O Liberal (2017), foram anunciados dados estatísticos registrados pela Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 2017, os quais apontaram que:

O número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Marajó não param de crescer, aumenta aproximadamente 20% anos após ano, só no ano de 2017, foram denunciados à comissão 365 casos, em 8 dos 16 municípios que compõem o Pará, uma média de 02 vítimas por dia (G1 PA, JORNAL LIBERAL, 1ª EDIÇÃO, 03/07/2017).

Na mesma reportagem, foi realizada entrevista com o atual bispo do Marajó, Dom Evaristo Spengler, onde diz:

Permanentemente, vemos meninas de 06, 10, 11, 12, 14 anos que estão na balsa e são exploradas sexualmente por pessoas que estão trafegando pelas balsas. É uma situação que pede socorro, é necessária uma atenção permanente (DOM EVARISTO SPENGLER, 2017).

A questão do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó tornou-se evidente e não é “algo que seja distante da nossa realidade ou desconhecido totalmente, uma vez que os veículos de comunicação assumem a responsabilidade de veicularem notícias sobre essa situação [...]” (VIEIRA, 2011, p. 16). Ocorre que a vulnerabilidade social vivenciada pelos marajoaras agrava o processo de exploração sexual com a falta de políticas públicas do Estado para superação dessa situação. Isso sem deixar de considerar que os serviços públicos, que se concentram na área urbana, dificultam o acesso da população ribeirinha a políticas públicas.

Considerando que não são poucas as notícias veiculadas sobre a violência sexual na região marajoara, o município de Breves foi cenário de mais de uma publicação acerca do fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Assim consta no artigo publicado por Lima (2019), professora de Enfermagem na UFPA e que atualmente é vereadora no município de Belém:

Não poderia deixar de abordar nesse primeiro contato, um fenômeno que observei de perto, que para nós Amazônidas, é muito claro e ocorre há anos: a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes ribeirinhas no maior arquipélago do planeta, a ilha de Marajó, onde trabalhei como

enfermeira, servidora da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará, mais precisamente nos Municípios de Breves (1986 – 1987) e Portel no período de 1988 a 1991(LIMA, 2019, p. 01).

Os fatos ilustrados no presente texto demonstram uma população desassistida por seus direitos, enquanto cidadãos brasileiros, e uma desestruturação social que influencia diretamente na educação de crianças e adolescentes. Fato este apontado pela pesquisa realizada por Vieira (2011, p. 27) na região de Breves, que enfatiza “[...] nos anos de 2008 e 2009, [...] algumas jovens abandonaram a escolarização por estarem na condição de exploração sexual nos barcos e balsas que navegam pelos rios que cercam a escola”. Outrossim, ter a educação formal como condição de exercício pleno à cidadania é imprescindível na vida de qualquer sujeito. Assim, o acesso à educação como forma de melhoria de qualidade de vida se torna uma condição importante para o desenvolvimento social, como afirma (CALS, 2015, p.120).

Para tanto, o cenário exposto sobre a problemática da violência sexual me impulsionou a realizar esta pesquisa e buscar conhecer qual tem sido a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Conseqüentemente, a questão do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Pará, com foco no município de Breves, passou a ser um assunto bastante evidenciado e a responsabilidade por realizar o trabalho de enfrentamento é compromisso que direta ou indiretamente, está ligado a órgãos que têm a finalidade de garantir a proteção social e que devem agir no combate a essa prática. Portanto, destaco o setor educacional que tem a função de propagar o conhecimento no âmbito social e poder de transformação da sociedade. A respeito de difundir o conhecimento na educação, o Guia Escolar assinala que:

Embora seja, ainda, uma experiência recente, a participação da escola no enfrentamento da violência sexual já tem possibilitado o registro de muitos avanços no que concerne ao enfrentamento dos desafios que surgem quando da elaboração e implementação efetiva de uma cultura de respeito e exercício dos direitos humanos de crianças e adolescentes (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 15).

Os desafios que se enfrentam na educação, ao tratar do fenômeno da violência sexual não são fáceis, uma vez que a temática não é de simples abordagem. Outro aspecto a ser considerado é que o docente ou qualquer

profissional que for trabalhar com o assunto precisa passar por formação referente à temática. Para tanto, é fundamental que se tenha conhecimento dos direitos que amparam crianças e adolescentes, para que a prática seja mais significativa e assim proporcionar a formação de pessoas que possam exercer a cidadania de forma plena.

O Guia Escolar (2011) destaca que, no cenário brasileiro, temos o sistema de garantia de direitos que é composto por um conjunto de órgãos responsáveis em assegurar a promoção, a defesa e o controle na efetivação das leis de proteção a crianças e adolescentes. Neste sentido,

Entre eles, encontram-se os Conselhos Tutelares, as delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública e os centros de defesa. Ao notificar um caso de abuso e acompanhar os desdobramentos da denúncia, os educadores passam a interagir com esse conjunto de instituições, o que contribui para estimular o funcionamento do sistema e o fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes (GUIA ESCOLAR, 2011, pp.18-19).

Faleiros e Faleiros (2008) indicam que,

[...] combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas, é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 09).

Discutir sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves é um desafio para o setor educacional, pois ocorre que ainda se encontra dificuldades para discutir a temática, seja por receio de questionamento de famílias conservadoras, seja por falta de domínio sobre o assunto ou até mesmo por não ser um assunto de fácil abordagem.

Outro ponto é a percepção de que existe resistência sobre a denúncia. Quando há suspeita ou a detecção de caso de violência sexual contra crianças ou adolescentes, os responsáveis legais destes se eximem da responsabilidade de denunciar. Esta ação se justifica pelo fato de que existe o “temor pela própria vida após a revelação da denúncia, medo do desamparo financeiro ou até mesmo o emocional” (KRUGER & SILVA, 2013, p. 22). Por isso, prevalece o pacto do silêncio dificultando aos responsáveis agir frente a situação, pois a denúncia tende a expor a

violência que ocorre no contexto familiar e com isso a cobrança para procurar a proteção adequada para a vítima.

A busca da proteção à criança e ao adolescente acontece por meio do envolvimento de diferentes profissionais. Neste sentido, Azambuja (2013) chama atenção que:

Para o enfrentamento da violência, em especial a de natureza sexual, entendida como fenômeno social, faz-se necessário envolver a família e diferentes profissionais que costumam interagir com a criança, de professores, médicos, assistentes sociais e psicólogos a advogados, promotores de justiça e magistrados. Nessa tarefa, cada um deve exercer funções distintas, todas elas especializadas, uma vez que o trabalho com vítimas de violência sexual requer uma proposta de atendimento interdisciplinar (AZAMBUJA, 2013, p. 02).

Para tanto, realizar esta pesquisa no campo da Educação é um ato imprescindível, seja pela complexidade que a temática tem, seja pelo caráter urgente e necessário de discutir o fenômeno da violência sexual no contexto educacional, pois para além da complicação em lidar com fenômeno da violência sexual, soma-se a isso o avanço das forças conservadoras e de extrema direita que estão nos postos centrais e que têm implementado ações que inviabilizam as discussões no âmbito educacional.

Toda ação em prol do fenômeno da violência sexual não pode ser enfrentada de forma fragmentada. Por isso, a responsabilidade das ações educativas cabe à Secretaria Municipal de Educação, na condição de mantenedora do Sistema Municipal de Ensino, além de organizadora da Proposta Curricular Pedagógica que norteará a elaboração do currículo de cada unidade de ensino; também detentora do poder econômico necessário para proporcionar a formação continuada para os gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais envolvidos no âmbito educacional para que haja, a partir das ações, a eficácia dos serviços e com isso, instâncias e sujeitos do processo envolvidos na responsabilização das atividades de enfrentamento à violência sexual.

O princípio educativo da formação para a cidadania garantida pela CF de 1988, o direito à educação assegurado pela LDB de 1996, bem como o princípio legal de responsabilização de proteção social firmado pelo ECA de 1990, são princípios que regulamentam o direito de toda criança e adolescente de ser protegida pelo sistema educativo.

Desta feita, o Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca em seu art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Para além disso, prevê a política de proteção social para crianças e adolescentes em situação de risco e estabelece medidas concretas para a garantia dos direitos destes. Assim, é fundamental trabalhar assuntos referentes à temática da violência sexual, para promover a formação e com isso instrumentalizar crianças e adolescentes para que tenham conhecimento e fazer valer seus direitos. Para tanto, é basilar que o fenômeno da violência sexual seja discutido no contexto da educação, enquanto experiência social da atual realidade.

Arroyo (2011, p. 116) afirma que “toda experiência social produz conhecimento”. De certo que a problemática da violência sexual no contexto escolar é uma realidade e discutir o assunto é uma necessidade. Assim, não se pode ignorá-la como um conteúdo qualquer do currículo; é necessário que a escola, na sua totalidade, assuma o compromisso e assim busque meios para trabalhar a temática de forma que oriente crianças e adolescentes a lidar com o fenômeno.

De acordo com Peres e Peres (2008, p. 177), “a escola está sendo chamada ao enfrentamento dessas situações de violência e, particularmente, como escola que protege, para reagir contra situações de abuso contra crianças e adolescentes, usando seu aspecto peculiar: o educativo”.

A educação formal gera condições para que o indivíduo conheça seus direitos e lute pela garantia desses, e assim possa cumprir com suas obrigações e até mesmo intervir para a garantia dos direitos de pessoas que, por falta de conhecimento, seguem silenciadas, pois “é função da escola promover ações que levem crianças e adolescentes a conhecer seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual” (ROCHA, 2010, p.11).

A partir desta compreensão, convém ressaltar a importância que a escola possui no sentido de desenvolver ações pedagógicas relacionadas à temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas, para isso, é necessário que haja comprometimento da Secretaria Municipal de Educação, no sentido de assumir a responsabilidade de promover ações de enfrentamento à violência sexual, não somente com as instituições de ensino, mas também com os órgãos intersetoriais da

Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, CMDCA e Pastoral da Criança, que desenvolvem trabalhos com essa faixa etária de indivíduos.

É oportuno ressaltar que esta pesquisa se propõe a investigar a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por entender que, uma vez a Rede de Enfrentamento atue em nível municipal, com a parceria não somente das instituições educativas, mas com cada instituição relacionada acima, terá maior abrangência nas ações e a sociedade será bem mais esclarecida sobre esse problema. Contudo, é importante que se faça a abordagem e o encaminhamento de maneira adequada dessa situação com intuito de proteger e de não ocorrer o processo de revitimação.

Igualmente, posso inferir que a Rede de Enfrentamento, com a participação do setor educacional, possibilita uma maior abrangência de pessoas, com articulação entre instituições educativas e demais órgãos da Rede de Proteção que têm por finalidade compartilhar ações educativas para a prevenção, bem como para a sensibilização da importância de se denunciar tal prática.

Considerando o exposto, busco realizar a pesquisa com o seguinte questionamento: qual tem sido a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018?

É importante enfatizar que a escolha desse recorte temporal se deu em função de querer dar continuidade à discussão da temática da Violência Sexual no município de Breves-Pará. A primeira pesquisa a envolver esta temática aconteceu no período de 2005 a 2010, intitulada “A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-Pará no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes”, do Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes e foi a partir da realização dela, que se passou a ter conhecimento sistematizado acerca do fenômeno da violência sexual, no município. É interessante saber como o fenômeno vem sendo trabalhado a partir da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, tendo como principal *lócus* de pesquisa, a SEMED de Breves.

Outrossim, apresento as questões que nortearam esta investigação:

a) Como está organizada a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves?

b) Como se dá a articulação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual existente no município? e

c) Que ações a Rede Municipal de Educação de Breves tem realizado para promover o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nas escolas municipais?

Para tanto, esta pesquisa traz como objetivo geral: analisar a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no período de 2011 a 2018.

E como objetivos específicos pretende-se:

1) Compreender a organização da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves;

2) Avaliar a articulação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual existente no município; e

3) Identificar as ações realizadas pela SEMED de Breves na promoção do Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nas escolas municipais.

É importante destacar que no âmbito de uma investigação científica, há três vertentes que possuem grande importância na pesquisa, quais sejam: a relevância social, a acadêmica e a pessoal.

A pesquisa sobre o Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes é de grande relevância social, pois a realização desta vai contribuir para dar visibilidade ao tema da violência sexual e para problematizar como o enfrentamento da violência está ocorrendo no município de Breves, os avanços e os desafios, bem como poderá ajudar a Rede Municipal de Educação a promover reflexões para que faça a avaliação da sua participação na Rede de Enfrentamento, aprofundando assim, o diálogo no Sistema de Ensino Municipal, proporcionando não somente aos profissionais da educação como também a todas as instituições intersetoriais, a discussão sobre os mecanismos de enfrentamento para esta problemática social.

A relevância acadêmica se dá, em primeiro lugar, porque o tema, de acordo com levantamento feito no *site* da CAPES, de modo geral, é pouco investigado. Em segundo lugar, posso assegurar que das pesquisas encontradas, nenhuma é idêntica ao objeto de pesquisa que proponho, qual seja, a participação da Rede Municipal de Educação do Município de Breves-Pará na Rede de Enfrentamento da

Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no período de 2011 a 2018, garantindo assim seu ineditismo. Ademais, é uma pesquisa que irá contribuir para o avanço do conhecimento, uma vez que nenhuma investigação realizada, em nível de município, tangenciou para o descortinamento da participação da Secretaria de Educação na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Outrossim, esta pesquisa tende a cooperar significativamente na produção de conhecimento, não somente para o *Campus* da UFPA, mas para todos aqueles que se inquietam com o conhecimento acerca do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, bem como para pesquisadores e estudiosos da área.

A relevância pessoal desta pesquisa é que ela vai contribuir para meu processo formativo, possibilitar meu aprofundamento nos conhecimentos teóricos sobre a violência sexual, além de assegurar minha participação como sujeito competente e ativo da Rede de Enfrentamento. Outrossim, a realização desta pesquisa na área da Educação, no município de Breves, é a realização de um sonho, pois o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes sempre me inquietou, por já ter convivido com situações de suspeita de violência sexual no contexto da sala de aula. Deste modo, trabalhar a temática possui um sentido subjetivo para mim.

Considerando esta pesquisa como uma realização pessoal e de grande importância para a sociedade, vale destacar que esta vai ao encontro de temas que são privilegiados pela Linha de Currículo da Educação Básica, no PPEB, e tem o compromisso com o INCLUDERE, vinculado ao NEB da UFPA, que é coordenado pelo Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, discutindo e problematizando a violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto das escolas paraenses.

A estrutura da presente dissertação se divide em cinco seções:

A primeira seção correspondeu à Introdução, em que se apresentou o tema da investigação, a problemática e os objetivos que se pretendeu alcançar com a realização da pesquisa.

A segunda seção anunciou os procedimentos metodológicos adotados, apontando o caráter qualitativo da pesquisa em desenvolvimento, assim como apresentou o Estudo de Caso como tipo mais adequado a esta investigação e, em seguida, justificou-se os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise de dados que se almejou utilizar.

A terceira seção intitulou-se “A violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento no município de Breves” contextualizou a violência sexual contra crianças e adolescentes e suas formas de manifestação. Em seguida, partiu-se para à análise dos dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves-Pará. E, por fim, abordou-se sobre o papel da Rede de Enfrentamento como se organiza e funciona no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves-Pará.

A quarta seção trouxe como título “A Rede Municipal de Educação de Breves-Pará e sua Participação na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”. Nessa seção, descreveu-se a estrutura da Rede Municipal de Educação, bem como o seu funcionamento. Em seguida, analisou-se as articulações da Rede Municipal de Educação com a Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. E, finalmente, identificou-se as ações de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes promovidas pela Rede Municipal de Educação.

A quinta seção correspondeu à Conclusão, onde apresentei os resultados finais que este estudo permitiu alcançar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Objetivou-se, nesta seção, apresentar o percurso metodológico realizado na pesquisa. Inicialmente, apresentei abordagem qualitativa da pesquisa. Em seguida, descrevi os procedimentos do Estudo de Caso, apresentei as especificidades das técnicas de análise dos dados e a análise de conteúdo; e para finalizar, delineei as etapas de desenvolvimento da pesquisa, bem como as demais etapas.

2.1– O caráter qualitativo da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e se diferencia de outros métodos das ciências sociais, por se empenhar a desvelar os aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Focaliza sua prática na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, em que praticamente todo objeto de estudo qualitativo é oriundo de acontecimentos da vida real (YIN, 2015).

No caso de minha pesquisa, cujo objeto de estudo é a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no período de 2011 a 2018, se harmoniza na perspectiva qualitativa porque uma das características deste tipo de abordagem é o estudo do fenômeno social, e esta pesquisa quando se direciona para a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes se origina dentro de uma realidade social em que as ações são produzidas pelos sujeitos.

O fascínio da pesquisa qualitativa é que ela permite a realização de estudos aprofundados. Segundo Yin (2015, p. 06), essa abordagem “oferece maior liberdade na seleção de temas de interesse, porque os outros métodos de pesquisa tendem a ser limitados”.

Os estudos qualitativos têm se firmado como possibilidade de investigação na área da educação, sendo um tipo de pesquisa singular e que tem uma importância particular para a compreensão da investigação qualitativa em educação, sobre o prestígio de se fazer uma pesquisa fundamentada em fenômenos de fatos sociais, no âmbito da pesquisa qualitativa (BODGAN e BIKLEN, 2012, p. 23). Esta mesma literatura corrobora com o seguinte destaque “os levantamentos de fatos sociais têm uma importância particular para a compreensão da história da investigação

qualitativa em educação, dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular a meio caminho entre a narrativa e o estudo científico”.

As características apontadas por Yin (2016, p. 29), que acompanham uma pesquisa qualitativa, vêm se adequar ao tema que proponho, pois, a primeira característica “estuda o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real” (YIN,2016, p.29). O fenômeno da violência sexual aqui pautado busca estudar a vida dos sujeitos e as condições em que realmente vivem. Isto é, independentemente de qualquer investigação, as pessoas estarão desempenhando suas atividades cotidianas normalmente.

A segunda “abrange as condições contextuais em que as pessoas vivem”; com relação ao tema do enfrentamento à violência sexual, essa característica ajuda a demonstrar as condições sociais, institucionais e ambientais em que as pessoas habitam.

A terceira, “contribui com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano” (YIN,2016, p.29); na abordagem qualitativa, não se deve focar na narrativa da vida dos sujeitos envolvidos, mas sim, explicar acontecimentos por meio de conceitos existentes. O fenômeno da violência sexual se desenvolve nesta linha de raciocínio e o estudo procura mostrar os fatos no ambiente social contemporâneo, buscando revelar as ações e acontecimentos partindo da ação humana.

A quarta característica, “esforça-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte” (YIN,2016, p.29); neste quesito, entende-se que a pesquisa qualitativa procura coletar e apresentar dados de diferentes lugares. Segundo Yin (2016), provavelmente a variedade de fontes será uma decorrência de o pesquisador ter que estudar a vida real e seus participantes. E quanto ao fenômeno em estudo, ele também possibilita ao pesquisador buscar, coletar e apresentar dados de diferentes fontes da pesquisa *in loco*: documentos, entrevistas, permitindo que a pesquisa tenha várias informações para analisar e inferir.

A reciprocidade entre pesquisador, pesquisado e ambiente social em que o fenômeno está inserido, a relação de significados atribuídos pelos sujeitos e suas ações em um determinado contexto, são fundamentais para compreender os fatos em estudo. Por isso é necessário vivenciar essa conjuntura (ANDRÉ; GATTI, 2008).

Desta forma, esta pesquisa evidencia e focaliza uma problemática no contexto histórico e social, e possibilita maior apropriação do fenômeno estudado

que, de acordo com Minayo (2014), busca aprofundar a reflexão sobre o processo de análise na pesquisa qualitativa com base empírica.

2.2 – O tipo de pesquisa que foi realizada

O tipo de pesquisa adotada nesta investigação é o Estudo de Caso, que também está dentro de uma abordagem qualitativa. Esse método de pesquisa é usado em diferentes situações, tendo como foco de pesquisa fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2015).

As ideias de Stake (1999) acerca do Estudo de Caso, buscam esclarecer que:

De un estudio de casos se espera que abarque la complejidad de un caso particular. Una hoja determinada, incluso un solo palillo, tienen una complejidad única -pero difícilmente nos preocuparán lo suficiente para que los convirtamos en objeto de estudio. Estudiamos un caso cuando tiene un interés muy especial en sí mismo. Buscamos el detalle de la interacción con sus contextos. El estudio de casos es el estudio de la particularidad y de la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad en circunstancias importantes (STAKE, 1999, p.11).

Assim, no contexto de investigação científica, o Estudo de Caso emerge da necessidade de compreender fenômenos sociais complexos. Para tanto, a presente investigação busca compreender a participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cuja problemática se origina de uma realidade social complicada, por ser um município que enfrenta diversos problemas nas áreas sociais, políticas e econômicas e isso vem refletir diretamente na vida daquela população.

Os apontamentos de Ludke, (1983, p.15) assinalam que “o método [...] procura responder à exigência de melhores e mais efetivas contribuições da pesquisa para a realidade da prática educacional”. O autor ainda ressalta:

[...] que o Estudo de Caso procura retratar naturalmente a realidade do fenômeno educacional em sua inteira reza, sem depender muito de artifícios analíticos utilizados por outros métodos mais tradicionais da investigação científica. No esforço de retratar a realidade, o pesquisador dela procura se aproximar tanto pela sua maneira de agir durante o estudo, como pelo relato final (LUKDE, 1983, p. 15).

Para tanto, quando busco apontar a singularidade desta pesquisa enquanto Estudo de Caso, procuro destacar algumas das características presentes em meu trabalho. Assim, esta se caracteriza como uma investigação empírica que envolve sujeitos concretos, bem como o contexto em que estes são envolvidos pelo fenômeno da violência sexual, especialmente em Breves.

Destaco ainda que o objeto de estudo que proponho nesta pesquisa é inédito e possível de realização. De fato, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é um tema pouco explorado no contexto educacional e científico, possibilitando a esta pesquisa se tornar um caso único e específico. Logo, resalto minha motivação por este tipo de estudo, por ter a convicção de que este objeto não fora pesquisado por ninguém e também por ser a primeira pesquisa que tem como foco a Secretaria Municipal de Educação de Breves. Ademais, investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto natural, permitindo que se faça o estudo de um caso específico numa “perspectiva holística e do mundo real” (YIN, 2015, p.04).

O aporte teórico sobre este método de estudo aponta que,

[...] o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 650).

No ato de desenvolvimento de um Estudo de Caso, foca-se em um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Para Godoy (1995, p.06), “é um exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”; e quando se trata de um ambiente ou situações detalhadas, esta pesquisa busca trilhar um percurso envolvendo o Estudo de Caso e suas características de modo que se enquadrem ao movimento do objeto de pesquisa. Assim, separei apenas três das setes características citadas por (LUDKE & ANDRÉ, 1986), pois estas possuem atributos que se enquadram no propósito deste estudo e assim se apresentam:

1) *Os Estudos de Casos visam à descoberta* – o pesquisador deve estar atento aos pressupostos teóricos que envolvem o Estudo de Caso. Neste contexto, novos elementos podem surgir durante o estudo; e por esta pesquisa investigar um

fenômeno contemporâneo que está em constante atuação e em diferentes espaços, a ciência tende a expandir os estudos acerca do fenômeno.

2) *Os Estudos de Caso enfatizam a interpretação em contexto* – para apreender sobre o objeto, é necessário compreender a manifestação do fenômeno, as ações e as interações onde ocorrem a problemática. Um exemplo da atuação do fenômeno, é a questão do abuso sexual que segundo os estudiosos o crime pode ser cometido por pessoas que têm parentescos e/ou convivem com a vítima e por ter esta a proximidade, a predominância do abuso pode ser constante. Por isso, o Estudo de Caso aponta que é necessária a interpretação em contexto, um olhar mais atento.

3) *Os Estudos de Caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda* – durante a investigação o pesquisador busca retratar a realidade e dimensões presentes em um determinado problema de forma mais intensa (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Neste caso o pesquisador não pode cair no achismo, a averiguação e constatação dos fatos são primordiais, pois além de não poder cometer equívocos, tão pouco pode deixar de registrar a realidade vivida.

Geralmente o desenvolvimento do estudo de caso segue três fases: exploratória ou definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados (André, 2013, p. 98). Na fase exploratória, descrevi os detalhes no subtópico que trata das etapas de desenvolvimento desta pesquisa. Quanto à coleta de dados, solicitei via ofício, documentos acerca dos registros de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em órgãos institucionais do município de Breves: o Conselho Tutelar, CREAS e DEAM/DEACA e um documento da SEPLAD que encontrei na internet.

Além disso, tive uma conversa com a coordenadora do CREAS e com a diretora da Divisão da Política de Proteção Social Especial no âmbito da SEMTRAS, pois precisei esclarecer sobre dados obtidos e apresentados no subtópico 3.2, que tratou da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves. Na última fase, abordei sobre a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, que se encontra na seção 4, que tratou sobre a Rede Municipal de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e assim desvelar os fatos sociais por meio de um Estudo de Caso.

2.3 – As etapas de desenvolvimento da pesquisa

Iniciei o movimento da presente investigação por meio da pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa se baseia em buscar dados para fomentar o desenvolvimento do objeto de pesquisa, possibilitando assim, conhecer e assegurar se o ambiente definido pelo pesquisador contém os dados necessários para a realização da pesquisa.

A coleta de dados dentro de uma pesquisa científica é um processo de busca de informações relevantes para dar suporte à pesquisa, sobretudo “são elementos registrados, que resultam de alguma forma de experiência, observação ou experimento [...]” (YIN, 2016, p.116).

Dando prosseguimento à investigação, em paralelo à pesquisa exploratória, fui realizando a revisão bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.158) “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Durante a realização da revisão bibliográfica, consultei livros na Biblioteca Central da UFPA e no portal de periódicos da CAPES. Durante esse levantamento, defini como categorias analíticas: violência sexual, enfrentamento à violência sexual e Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. A partir dessa busca, selecionei os autores utilizados para a fundamentação teórica deste trabalho. Assim, para discutir o conceito de violência sexual contra crianças e adolescentes, após a revisão bibliográfica, selecionei Azevedo e Guerra (2015); Faleiros e Faleiros (2008); Kruger e Silva (2013); Landini (2011); Lowenkron (2015); Miranda (2016); e Oliveira *et.al* (2017).

Para discutir o conceito de “enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”, foram selecionados os seguintes autores: Faleiros e Faleiros (2008); Guia Escolar (2011); Lima *et.al* (2012); Lavareda e Magalhães (2015); Silva, Lopes e Carvalho (2019); e Peres e Peres (2008); e sobre a categoria de Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, selecionei os trabalhos de Guedes (2012); Lírio (2013); Ibiapina (2013); Vagliati (2014); Leal (2016); e Barros (2016).

De acordo com a literatura de Yin (2015):

O caminho para um bom resultado no estudo de caso é realizar uma revisão minuciosa de literatura com a proposição cuidadosa e atenta das questões ou objetivos da pesquisa, sendo assim, “seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos” (YIN, 2015, p.03).

Os autores que selecionei para revisão da literatura sobre a pesquisa qualitativa foram: Bodgan e Biklen (2012); Gatti e André (2008); Godoy (1995); Minayo (2014; 2012); e Yin (2015; 2016).

Os autores que escolhi, sendo parte da revisão de literatura sobre os Estudos de Casos foram: Yin (2015); Alves-Mazzotti (2006); Godoy (1995); Ludke e André (1986); e André (2013). Para fundamentar a seção teórica das técnicas de coleta de dados, selecionei os seguintes autores Lakatos e Marconi (1991); Rosa (2014); Ludke e André (1986); e Bardin (2016). A literatura escolhida para dar base à análise de conteúdo da referida pesquisa foi: Franco (2012); Bardin (2016); e Lakatos e Marconi (2018).

Na etapa da coleta de dados, utilizei dois tipos de instrumentos de coleta de dados, que foram: a análise documental e a entrevista semiestruturada.

A análise documental é uma técnica de grande importância na busca da realização de pesquisa na área educacional e faz parte do desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, bem como de um Estudo de Caso. Essa técnica busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A análise documental se constitui em:

[...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

O uso desse instrumento em pesquisa deve ser valorizado, pois além de ser uma fonte que possui elemento “natural”, proporciona ainda riqueza de informações para a compreensão e desenvolvimento do objeto de estudo. Isto demonstra a importância singular da análise documental para a presente pesquisa.

Ludke e André (1986) esclarecem que a primeira decisão no processo para análise documental é a caracterização do tipo de documento que será usado ou selecionado, sendo que a escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses que definem a escolha de determinados documentos.

Assim, inicialmente verifiquei que tipo de documento seria necessário para responder as questões de investigação. Do mesmo modo, selecionei os documentos oficiais da SEMED: as Propostas Curriculares (Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e da EJA), o Plano Municipal de Educação (PME), a Lei nº 2.248/12, do Sistema Municipal de Ensino, o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente de Breves (PMEVSCA) e o Programa Saúde na Escola (PSE).

Para me certificar que estes documentos eram passíveis de análises e que continham o conteúdo que precisava, fiz uma visita *in loco*, tive contato com todas as escrituras oficiais e constatei o teor das informações que precisava. Posteriormente, oficializei um documento para solicitá-los e fiz as análises. Portanto, esta averiguação prévia estabeleceu uma compreensão clara do fenômeno que foi desvendado pelo pesquisador e sobretudo, forneceu uma base de sustentação para que eu pudesse, com maior confiança, realizar esta pesquisa na esfera da Secretaria Municipal de Educação de Breves.

A pesquisa documental é uma operação ou um conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência (BARDIN, 2016, p. 51). Sua utilização constitui uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, mas, Ludke e André (1986) chamam atenção quanto a caracterização dos tipos de documentos que devem ser analisados, ao citar que:

A primeira decisão nesse processo é a caracterização do tipo de documento que será usado ou selecionado. Será do tipo oficial (por exemplo, um decreto, um parecer), do tipo técnico (como um relatório, um planejamento, um livro-texto) ou do tipo pessoal (uma carta, um diário, uma autobiografia)? Envolverá informações de arquivos oficiais ou arquivos escolares? Ou ambos? Será um material instrucional (filme, livro, roteiro de programa) ou um trabalho escolar (caderno, prova, redação)? Incluirá um único tipo desses materiais ou uma combinação deles? (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.40).

A importância de tomar atenção quanto à caracterização do tipo de documento que se vai analisar, levou-me também a ver que essa escolha, segundo Ludke e André (1986), não deve ser aleatória. Por isso, ressalto a importância da realização da pesquisa exploratória que me ajudou a confirmar o tipo de documento necessário para realizar a análise.

Inicialmente realizei a análise nos seguintes documentos oriundos da SEMED de Breves: Proposta Curricular Pedagógica (urbana e rural), Plano Municipal de Educação (PME), Programa Saúde na Escola (PSE), Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Projeto Institucional CREAS nos Bairros e dados estatísticos da SEMED. Os dois primeiros documentos foram solicitados na SEMED de Breves; o terceiro foi solicitado no CDMCA; e o último, que trata de Projeto Institucional, foi solicitado na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS).

Um segundo instrumento para a coleta de dados que utilizei nesta investigação, foi a entrevista semiestruturada, que tem como objetivo extrair informações, experiências e conhecimentos acerca do fenômeno em processo de investigação, que deve proceder de acordo com os questionamentos previamente elaborados pelo entrevistador.

[...] a entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem[...] (MANZINI, 2012, p. 08).

Uma das grandes vantagens deste instrumento é que se estabelece uma interação entre pesquisador e pesquisado. Além disso, “permite a captação imediata e corrente da informação desejada [...]. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais” (LUDKE; ANDRÉ, 1986 p. 34).

A entrevista semiestruturada é:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento usado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 1991, 195).

De acordo com Gil (2008), este tipo de entrevista tem por finalidade proporcionar ao pesquisador, elementos técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. Assim, elaborei um roteiro de entrevista semiestruturada para a coleta de dados qualitativos. Concomitantemente, organizei um termo de consentimento para sua realização e para isso, houve um planejamento para sua execução.

Planejamento da entrevista: deve ter em vista o objetivo a ser alcançado;
Conhecimento prévio do entrevistado: objetiva conhecer o grau de familiaridade dele com o assunto;
Oportunidade da entrevista: marcar com antecedência a hora e o local, para assegurar-se de que será recebido;
Condições favoráveis: garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade;
Contato com líderes: espera-se obter maior entrosamento com o entrevistado e maior variabilidade de informações;
Conhecimento prévio do campo: evita desencontros e perda de tempo;
Preparação específica: organizar roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.199).

Esse tipo de coleta de dados proporcionou ao pesquisador formular questões de “forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre o tema apresentado” (ROSA, 2014. p. 30). Portanto, esse instrumento se adequou à presente pesquisa, por sua dinâmica possibilitar a coleta de informações de um modo mais amplo, pois as entrevistas serão efetivadas e posteriormente transcritas para melhor instrumentar este trabalho.

Os sujeitos que fizeram parte das entrevistas foram profissionais que trabalharam na Secretaria Municipal de Educação de Breves e alguns ainda trabalham por serem profissionais concursados, a citar: a Diretora de Ensino que exerceu o cargo no período de 2009 a 2016 e também foram entrevistados técnicos pedagógicos educacionais, no total de três, sendo que dois eram responsáveis pelo trabalho no meio urbano e um no meio rural.

Para tanto, fiz um breve resumo sobre o perfil de cada entrevistado(a). A professora Lucyjane Bezerra é funcionária pública concursada no município de Breves e exerceu a função de Diretora de Ensino no âmbito da SEMED por nove anos consecutivos. Foi na sua gestão que foram construídas todas as propostas curriculares de todos os níveis e modalidades de ensino. A professora e técnica Valcilene Gama é concursada há 14 anos no município e fez parte da construção de vários documentos públicos dentre estes, as propostas curriculares do meio urbano e rural. A professora e técnica Manuelle Espindola também é concursada há vários anos e foi uma das responsáveis pela construção da proposta curricular do meio rural, possui grande domínio na área da educação do campo; e o professor e técnico Robson das Neves que também é concursado e esteve por vários anos como responsável, dentro da SEMED, pela Educação de Jovens e Adultos.

Outrossim, a Secretária que assumia a pasta da Educação, na época do recorte desta pesquisa, também foi selecionada para ser entrevistada, porém por questões de saúde, isso não foi possível. A participação desses profissionais teve importância singular para esta pesquisa, pois foram eles que conduziram a construção da Proposta Curricular e projetos da Secretaria Municipal de Educação.

Portanto, a realização destas entrevistas foi de grande relevância, pois foi por intermédio delas que pude complementar algumas lacunas que foram encontradas nos documentos oficiais analisados.

A clareza no roteiro da entrevista e nos termos de consentimento colaboraram na realização da entrevista e facilitaram para que não houvesse frustração no momento em que ocorreu o encontro do pesquisador com o pesquisado. Para este momento, Lakatos e Marconi (1991, p 199) recomendam que é necessário que haja um contato inicial com o entrevistado para estabelecer “uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objeto, relevância e ressaltando a necessidade de sua colaboração [...]”.

Seguindo esta recomendação, fiz o contato prévio com todos os sujeitos que participaram desta pesquisa, marquei dia e hora para uma conversa informal com cada sujeito e no momento da conversa, ressaltai a importância da colaboração destes para a realização desta investigação. Após acordado em participar da entrevista, deixei agendado o encontro com os participantes.

Na ocasião, solicitei ao meu orientador os ofícios nomeados, bem como o termo de consentimento que os sujeitos precisariam assinar. De posse destes e

antes de iniciar a entrevista, todos leram os documentos e assinaram ciente da responsabilidade.

À medida em que fui coletando os dados, iniciei também a quarta etapa que é a de análise dos dados, por meio da análise de conteúdo, a qual utilizei nesta pesquisa.

Partindo da premissa de que trabalhar com o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e suas diferentes manifestações requer por parte do pesquisador um olhar atento quanto as investigações, elegi para esta pesquisa a técnica análise de dados denominada de análise de conteúdo.

Esta técnica se constitui em uma metodologia de pesquisa qualitativa ideal para descrever e interpretar dados, tanto das entrevistas, quanto dos documentos selecionados, bem como exige em sua análise, uma inferência refinada que requer do pesquisador, dedicação, paciência e bastante tempo.

Franco (2012, p. 17) destaca que esse tipo de metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, e para isso é

[...] levado em conta suas bases teóricas e metodológicas, a complexidade de sua manifestação que envolve a interação entre interlocutor e locutor, o contexto social de sua produção, a influência manipulador, ideológica e idealizada presente em muitas mensagens, os impactos que provocam, os efeitos que orientam diferentes comportamentos e ações e as condições históricas e sociais [...] transmitidos vias mensagens [...] (FRANCO (2012, p. 17,18).

Em conformidade com o tema desta pesquisa, o uso da coleta de dados foi de grande importância, pois o tratamento por meio da análise de conteúdo me levou a obter informações significativas, que segundo (BARDIN, 2016, p. 49), “leva em consideração as significações dos conteúdos”, haja vista que perpassa por uma interpretação pessoal por parte de quem pesquisa.

Além disso, Franco (2012) enfatiza que:

[...] o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela (verbal ou escrita), gestual, silenciosa figurativa ou diretamente provoca”. Assim, “as mensagens expressam [...] as elaborações mentais socialmente construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento” (FRANCO, 2012, p. 12).

A análise de conteúdo, como método de investigação nas ciências sociais, disponibiliza procedimentos especiais para o desenvolvimento de pesquisa no âmbito científico. Neste íterim, a literatura de Bardin (2016) aponta três fases da análise de conteúdo: 1) pré-análise: trata da fase de organização e sistematização de todo o processo a ser desenvolvido; 2) exploração do material: esta fase é considerada “longa e fastidiosa”, pois corresponde “às operações de codificação e decomposição” das mensagens; e 3) tratamento dos resultados: nesta etapa, o pesquisador vai dar tratamento aos resultados brutos que correspondem à inferência e interpretação.

No âmbito do método de análise de conteúdo, uma importante finalidade dessa técnica é “produzir inferência sobre qualquer um dos elementos básicos de comunicação: a fonte emissora, o processo codificador que resulta em uma mensagem: o detectador [...] da mensagem: e o processo decodificador” (FRANCO, 2012, p.31). Outrossim, são as interações que levam o pesquisador a produzir inferências acerca do objeto pesquisado, transcrevendo de maneira mais objetiva o material analisado.

Nesta etapa, foi feito o recorte das unidades de registros durante a análise dos documentos e das falas dos entrevistados, ou seja, no momento da exploração do material, selecionei as categorias de análises da pesquisa que foram: violência sexual, abuso sexual, exploração sexual enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Ademais, fiz destaque nos documentos quanto a ausência dessas categorias.

Desta feita, baseada na literatura de Bardin (2016, p. 49), saliento que este tipo de técnica leva em consideração “[...] as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos [...]”, pois na análise de conteúdo é feita a descrição. Posterior a isso, é feita a interpretação dos dados e por último é realizada a inferência. Nessa lógica, “a inferência é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação” (FRANCO, 2012, p. 32).

Para a realização da análise de conteúdo é necessário:

[...] extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo

subsequente. Dessa forma, não apresentam descrições quantitativas exatas entre as variáveis determinadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.188).

Portanto, nesta parte desenvolvi a interpretação das mensagens que os documentos e as falas dos entrevistados possuíam, destacando as categorias de análises. Assim, o resultado das inferências culminou nas respostas acerca das perguntas que nortearam esta pesquisa.

Para finalizar o percurso metodológico, a quinta etapa da pesquisa consistiu na escrita do texto que foi submetido ao exame de qualificação; e a última etapa se deu com a continuidade da pesquisa, para que fosse escrito o texto da dissertação para ser submetida à defesa pública.

3 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU ENFRENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE BREVES

Objetivo, nesta seção, discutir as categorias centrais que orientam esta pesquisa. Na revisão bibliográfica, para abordar o tema de violência sexual contra crianças e adolescentes, utilizei os autores: Chauí (2016); Ferreira (2002); Lowenkron (2015); Nascimento e Deslandes (2016); Modena (2016); Miranda (2016); e Stoltz e Walger (2008).

Para discutir o enfrentamento à violência sexual, selecionei: Faleiros e Faleiros (2008; 2011); Castanha (2002); Guia Escolar (2011); PAIR (2002); e Nascimento e Deslandes (2016); e para finalizar, os autores que fizeram parte da discussão acerca da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual foram: Cals (2015); CECRIA (2000); Guimarães, Mindal e Silva (2008); Lopes, Gonçalves e Paula (2002); Motti (2002, 2017); Motti e Santos (2002); e Oliveira *et. al* (2017). Esses teóricos possibilitaram o conhecimento sistematizado, crítico e formal acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes.

3.1 A violência sexual contra crianças e adolescentes e suas formas de manifestação

Ao longo da história da humanidade, diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes sempre foram fenômenos que estiveram presentes no cotidiano. Por isso, herdamos uma sociedade marcada pela violência, porque comumente sempre “esteve presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais” (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.08).

Para caracterizar este fenômeno Minayo (2006, p.26) argumenta que a violência é parte de “manifestações que provocam ou são provocadas por uma carga emocional de quem a comete, de quem sofre e de quem a presencia”. Partindo desses princípios, alega que é importante entender de que forma o assunto é visto pela sociedade e como se predomina.

Para conceituar violência, Modena (2016, p. 08) assinala que este termo “parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao

comportamento deliberado que produz danos físicos, tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produzem humilhações, ameaças, ofensas”.

De acordo com Chauí (2011), a palavra “violência”

[...] vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém, e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2011, p. 379).

A violência é uma ação intencional, usada com a finalidade de subjugar o outro. Sendo assim, a violência sexual contra crianças e adolescentes “afeta meninas e meninos e, muitas vezes ocorre nos espaços doméstico, familiar e escolar” [...], afirma o Ministério da Saúde (2018, p. 01). Dentre as formas de violência existentes na contemporaneidade, uma das mais latentes contra crianças e adolescentes é a violência sexual. Miranda (2016, p. 10) assinala que “[...] é importante observar que a realidade brasileira tem revelado que dentre as situações mais graves de exclusão e vulnerabilidade de crianças e adolescentes, encontram-se as situações da violência sexual que envolvem a exploração sexual e o abuso”.

Um dos casos mais emblemáticos que recebeu visibilidade da mídia e repercutiu nacionalmente, foi o caso da menina Araceli Cabrera Sanches Crespo³, de oito anos de idade, que foi assassinada em Vitória (ES).

De acordo com o boletim do Ministério da Saúde (2018),

Um caso de violência que chocou o país ocorreu no dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória/ES. Esse crime bárbaro ficou conhecido como o “Caso Araceli”. Uma menina de apenas 8 anos de idade, Araceli, teve todos os seus direitos humanos violados: foi raptada, drogada, estuprada, morta e

³ Outro caso que repercutiu internacionalmente foi o da menina Marielma Sampaio de 11 anos. A mãe de Marielma, uma agricultora que mora no interior do Pará, conta que entregou a filha para um casal residente em Belém, com a promessa de que a menina iria trabalhar e estudar. “Prometia uma vida melhor para ela. Um estudo dela, roupa dela, calçado, comida”. Marielma foi morta na casa dos patrões, em Belém. A menina trabalhava como babá para o casal Ronivaldo Guimarães Furtado e Roberta Sandreli Rolim. Os dois foram condenados pela morte da menina. De acordo com o Ministério Público, Marielma recebeu choques elétricos, foi estuprada, torturada e espancada até a morte. Disponível em <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/05/patroa-condenada-por-tortura-e-morte-de-menina-de-11-anos-e-recapturada.html>. Acesso em 02 de maio de 2020.

carbonizada. Os suspeitos de envolvimento no crime pertenciam a famílias de classe média alta do estado do Espírito Santo e o processo do caso foi arquivado pela Justiça, após julgamento e absolvição dos acusados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p. 01).

No ano 2000, o Congresso Nacional instituiu o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio da Lei Federal nº 9.970/2000.

Por causa desse e de outros casos, no ano 2000, o 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e, todos os anos, essa data tem o propósito de levantar reflexões e oportunizar a avaliação das ações e políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p.01).

Por conta da gravidade desse e de outros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi que essa temática ganhou grande repercussão na mídia e assim o fenômeno entrou como “prioridade nas agendas políticas internacional e nacional, demandando uma série de reflexões teóricas e conceituais que transformou de forma paradigmática o seu enfrentamento” (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 10).

Considerando que a temática tem grande relevância para o meio social e histórico, Lowenkron (2015, p. 36) considera que nas “últimas décadas ocorreu uma explosão discursiva” sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, concebe que o problema é social e político contemporâneo. Assim, é de suma importância compreender que:

[...] o fenômeno da violência sexual está inserido na dinâmica das relações sócio históricas estabelecidas em cada cultura e tempo determinado, pois essas práticas sociais vêm recebendo diferentes significados, os quais, por sua vez, relacionam-se com o modo pelo qual a infância e a adolescência são socialmente percebidas (MIRANDA, 2016, p. 13).

No campo dos estudos sobre violência sexual, é imperioso entender o fenômeno e suas peculiaridades. Nesse sentido, um dos primeiros passos foi conceituar o problema e esclarecer as formas de violência sexual definidas no meio científico. A classificação mais usual, de acordo com Faleiros e Faleiros (2008), de

[...] denominadas formas de violência é: violência física, psicológica e sexual. Classifica-se a violência sexual em abuso sexual e exploração sexual comercial; o abuso sexual em intra e extrafamiliar; a exploração sexual em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais[...] (FALEIROS; FALEIROS, 2011, p. 31).

Os autores supracitados ainda ressaltam que essas formas de violência não se configuram dissociadamente e sim, se agrupam. Neste sentido, exemplificam que:

[...] a violência sexual é também violência física e psicológica; a violência física sempre é também psicológica. Na exploração sexual comercial, encontram-se presentes, além da exploração econômica, as violências: estrutural, física, psicológica, social e moral. Por fim, a violência simbólica estimula todas as formas de violência (FALEIROS; FALEIROS, 2011, p. 31).

De acordo com Faleiros e Campos (2000), conceituar a violência sexual contra crianças e adolescentes implica em compreender o processo que esse fenômeno provoca na vida de um sujeito, que assim se descreve:

Deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;
Confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;
Inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.10)

Considerando a exposição dos textos acima e como já foi apresentado, os conceitos da violência sexual, a partir de então, apresentam-se nas formas de violência que são tidas como categorias que esta pesquisa investigou: abuso e exploração contra crianças e adolescentes; e dentro de cada forma, compreendeu-se que as manifestações que envolvem esses fenômenos se configuram de jeito particular, dependendo do contexto em que a vítima está inserida. Desse modo, o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes possui um caráter íntimo, relacional, que se reveste de extrema gravidade.

Para assinalar essas duas categorias, iniciou-se mostrando a prospecção de Faleiros e Campos (2000) acerca do abuso sexual. As autoras, mostram que o abuso sexual pode ser um elemento que se inclui na categoria de maus tratos, pois é por meio deste que a criança ou adolescente é infligido, violado e forçado a praticar um ato que culmina em maus tratos físicos. Por conseguinte, explicitam seus pressupostos afirmando que:

É consensual nos estudos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes que esta se constitui numa relação de poder, autoritária, na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.07).

O abuso sexual conhecido também como incesto é “definido como qualquer forma de atividade sexual entre uma criança ou adolescente e um membro imediato da família” (Kruger e Silva, 2013, p. 19), que poder ser pai, padrasto, irmão, tio avô, tia, primo. O contexto social em que este fenômeno é praticado varia de sujeito, para isso é importante destacar que o abuso sexual pode ser considerado intrafamiliar e extrafamiliar.

O abuso intrafamiliar acontece quando o sujeito possui uma relação de parentesco entre vítima e agressor como fora exemplificado acima e, no caso da violência extrafamiliar, acontece quando não há vínculo de convivência familiar entre os sujeitos (FALEIROS & CAMPOS, 2000), contudo, possui uma certa vivência com a vítima, que pode ser: filho do padrasto, namorado da tia, vizinho, pessoas próximas à família, educador, instrutor, entre outros.

Faleiros e Faleiros (2008, p. 39) esclarecem que o abuso sexual é um “relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo”. Por consequência, é um tipo de violência que acontece por meio de uma relação de poder em que o agressor tem o domínio sobre o agredido e neste caso, a criança ou o adolescente fica em total desvantagem.

Sob o mesmo ponto de vista, Miranda (2016, p. 28) enfatiza que no abuso sexual “sua principal característica é o estabelecimento de uma relação de poder desigual entre uma criança e um adulto, que se utiliza dessa criança para atos de natureza sexual, a fim de satisfazer seus próprios desejos sexuais”. Para Ferreira (2002), o abuso sexual:

É a utilização do corpo de uma criança ou adolescente, por um adulto ou adolescente, para a prática de qualquer ato de natureza sexual [...] física, emocional e psicologicamente. Trata-se de uma relação que satisfaz, de forma unilateral, uma só parte – aquele que pratica o abuso. Compreende atos libidinosos (incesto, pedofilia, assédio) até o estupro (FERREIRA, 2002, p. 47).

Na maioria das vezes, o abuso sexual relatado ocorre entre pai e filha ou entre padrasto e filha (Kruger e Silva, 2013, p. 19). Neste tipo de violência, a mãe, muita das vezes, tem conhecimento dos fatos, mas com medo de retaliação da família ou punição da justiça prefere silenciar sobre o crime. Uma outra possibilidade: a mãe pode entender que a vítima pode ser a maior culpada do crime e acaba acreditando que o abusador é o inocente. Nesse caso, ela pode ser enquadrada como conivente e negligente, concorrendo por meio da omissão para a continuidade da prática de um crime.

Com relação à categoria de exploração sexual contra crianças e adolescentes, esta é descrita como um ato em que a criança ou o adolescente é explorado sexualmente, e que as práticas sexuais são realizadas mediante promessa de pagamento. Neste contexto, FERREIRA (2002, p.47) afirma que a exploração sexual comercial ocorre em redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual.

Pelo fato de a exploração sexual envolver questões financeiras na relação dos sujeitos, é comum ouvir falar que a criança bem como o adolescente se prostitui. Na verdade, esta forma de falar é totalmente equivocada, pois a questão quando envolve crianças e adolescentes não é prostituição e sim exploração, para tanto:

[...] opta-se pela expressão “prostituídas” e “exploradas a fim de romper com os estereótipos e culpabilização das crianças e adolescentes envolvidas nesse comércio sexual, que há exploração sexual infantil uma relação de violência que visa obtenção de proveito por parte do adulto [...] KRUGER; SILVA, 2013, p. 56).

Neste sentido, Faleiros e Oliveira (2000, p. 18) apontam que “a década de 90 foi marcada pelo início do movimento contra a exploração sexual de crianças e adolescentes um marco no enfrentamento do mercado do sexo”. E ainda destacam que por meio de “uma conscientização da gravidade e do avanço do problema em todo o mundo” se promoveu um movimento nacional “[...] mobilização esta que

possibilitou importantes avanços no conhecimento e na compreensão desse fenômeno” (FALEIROS; OLIVEIRA, 2000, p. 18).

Para tanto, o fenômeno da exploração sexual:

[...] não se havia ainda aprofundado os estudos do fenômeno enquanto mercado, exploração, e muito menos como produção industrial pornográfica. O incremento do turismo sexual e o desenvolvimento de todo seu mercado (inclusive o tráfico de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino), e posteriormente o surgimento e rápida expansão do sexo via Internet, possibilitou uma maior clareza sobre a importância da pornografia enquanto forma de exploração de crianças e de adolescentes (FALEIROS; OLIVEIRA, 2000, p. 18).

Diante desses apontamentos, ressalta-se que em relação à questão da exploração sexual, pode-se dizer que é um problema de cunho social que advém de questões que envolvem a desigualdade social, a pobreza, falta de habitação, falta de trabalho, falta de conhecimento sobre o problema e as consequências causadas por este fenômeno na vida dos sujeitos explorados.

Este cenário de exploração sexual envolve:

Prostituição

A prostituição é uma forma de exploração sexual comercial, ainda que seja uma opção voluntária da pessoa que está nessa situação. A prostituição feminina, no mundo adulto, abre um campo para o debate sobre a sua natureza, na qual intervêm diversas disciplinas (Filosofia, Ética, Psicologia, Sociologia) e aspectos jurídicos. As crianças e adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são consideradas em situação de prostituição/exploração sexual comercial.

Pornografia infantil

A produção pornográfica utilizando crianças e adolescentes constitui exploração sexual e são considerados exploradores os produtores (fotógrafos, *videomakers*), os intermediários (aliciadores e pessoas de apoio), os difusores (anunciantes, comerciantes, publicitários) e os colecionadores ou consumidores do produto final. A maioria desses envolvidos são pedófilos. Mas, entre os consumidores, encontram-se também aqueles que, por já terem acesso a toda gama de pornografia adulta, buscam material mais estimulante na produção que utiliza crianças e adolescentes.

Turismo Sexual

Turismo sexual é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos; hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia; garçons e porteiros; postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas; prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem.

Tráfico para fins de exploração sexual

De acordo com o Código Penal Brasileiro, o tráfico é a promoção da saída ou entrada de crianças/adolescentes do território nacional (PAIR, 2002, pp. 49-50).

A prática da exploração sexual contra crianças e adolescentes é “realizada por pessoas de todas as classes sociais e, na maioria das vezes, por indivíduos do sexo masculino” Stoltz e Walger (2008, p. 164). Por consequência, são vários os fatores que contribuem para que aconteça a exploração sexual. Assim, posso mencionar a desigualdade social, o fator econômico, a exclusão social, o desemprego, a intolerância de gênero, entre outros.

Ferreira (2002) aponta diferentes fatores que são preponderantes para que a exploração sexual ocorra, pois,

[...] sobre os fatores que contribuem para a exploração sexual comercial de crianças, dentre os mais complexos, temos as disparidades econômicas; as estruturas socioeconômicas injustas; a desintegração familiar; a questão da educação, o consumismo; a migração rural-urbana; a discriminação de gênero; a conduta sexual masculina irresponsável; as práticas tradicionais nocivas e o tráfico de crianças (FERREIRA, 2002, p. 50).

Por fim, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes engloba todas as formas de manifestações descritas acima. Esse problema ganha força na sociedade porque há a vulnerabilidade de meninas e meninos, possibilitando aos criminosos inúmeras chances de realizar esses crimes e assim, aumentar as estatísticas de crianças e adolescentes acometidos pelo fenômeno da violência sexual.

3.2 A violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Breves – Pará.

A região do Marajó é composta por muitas ilhas e nesta há dezesseis municípios que são: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Pontas de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (CAL S, 2015). Dentre esses, Breves é considerado o maior município do arquipélago marajoara, por possuir uma população de 92.860 habitantes segundo o IBGE (2010). Encontra-se “localizado ao sul da ilha de Marajó, a uma altitude de 01°40’56’ sul e a uma longitude de 50°28’49” oeste, a uma altitude de 40 metros, às margens do rio Parauaú; possui uma área de

aproximadamente 9.550,454 km² e faz parte da mesorregião do Marajó e da microrregião do Furo de Breves” (CALs, 2015, p. 106).

Figura 1 - Foto da cidade de Breves



Fonte:g1.globo.com

Nas últimas décadas, mais precisamente a partir de 1990, o município de Breves passou por mudanças substanciais no âmbito político, social, econômico e cultural. Segundo Cals (2015, p. 113), aconteceu uma retração no setor econômico, sendo que inúmeras madeireiras fecharam e com isso diminuíram “drasticamente os postos de empregos para a população brevesense”.

Essas mudanças abalaram a vida de inúmeras pessoas que dependiam unicamente do trabalho nessas madeireiras; muitas famílias, que moravam em vilas e povoados, abandonaram suas residências para tentar uma nova forma de sobrevivência no meio urbano e outras se mudaram para outras localidades. Diante de tal contexto, as mudanças não aconteceram apenas no setor econômico, mas também no social. Com isso, “o sonho de viver em melhores condições na sede do município acaba virando uma utopia e os novos cenários em que as famílias passaram a conviver são o da violência, criminalidade, da prostituição, da mendicância, entre outros” (CALs, 2015, p.116).

O plano Pacto Pelo Pará de Redução da Pobreza – Região de Integração do Marajó (2013) menciona que:

O Marajó apresenta os mais preocupantes índices de vulnerabilidade, dentre todas as regiões, tornando essa a região prioritária para a intensificação de serviços das diversas políticas públicas.

A população em extrema pobreza nessa região alcança 180.048 pessoas, o equivalente a 37,3% da população total, dos quais 46.825 residentes em áreas urbanas e 133.223 em área rural, distribuída nos seus 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, **Breves**, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. A condição de extrema pobreza considera aqueles, cuja renda familiar *per capita* não ultrapassa R\$ 70,00 (setenta reais) mensais (SEPLAD/PARÁ, 2013, p. 11 grifo meu).

Por consequência Breves faz parte desta estatística, assim aponta o plano Pacto Pelo Pará de Redução da Pobreza – Região de Integração do Marajó.

O documento ainda aponta que:

Os dados sobre trabalho indicam a predominância das ocupações informais, em grande parte voltada ao próprio consumo. De acordo com os registros disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2010 havia na Região do Marajó, um estoque de 20.930 vínculos formais, equivalendo a 2,20% do estoque existente no Estado, constatando-se uma grande importância do emprego na administração pública, a qual concentrava 77,37% dos postos de trabalho formalizados. Além desta, merecem destaque a indústria de transformação e o comércio, com participações de 8,03% e de 6,66% respectivamente. Em conjunto, esses três setores alcançavam 92,06% dos empregos formais gerados na Região do Marajó. **Em termos espaciais, destaca-se o município de Breves com uma concentração de 30% dos empregos**, podendo ser citados ainda, os municípios de Portel, Afuá e Gurupá, responsáveis por 13,09%, 8,75, e 8,20% respectivamente do estoque existente no Marajó (SEPLAD/PARÁ, 2013, p. 17 grifo meu).

É fato que, com a falta de políticas públicas para a população e oportunidades de novos trabalhos, essa situação fragiliza a família e expõe crianças e adolescentes a um dos cenários mais tristes que existem no município, que é a exploração sexual. Assim, a literatura de Cals aponta que:

Além da mendicância, a prostituição infantojuvenil mancha os rios do Marajó e são destaques na grande mídia nacional e internacional. Em busca de sobrevivência, meninas, adolescentes e jovens, denominadas *balseiras* (por se prostituírem nas balsas que passam pelos rios da região), perdem a infância e abandonam a escola para passar semanas viajando e se prostituindo nas embarcações que trafegam e carregam cargas e suprimentos para Macapá, Manaus, Belém, entre outras localidades (CALS, 2015, p.118).

No jornal Folha de São Paulo (2009), na seção Cotidiano, há um texto com o seguinte título: “Crianças de Marajó se prostituem por *hot-dog*”, em seguida, a matéria reporta:

No grupo, há mais de dez meninas. Elas andam sozinhas, depois da meia-noite, pelas ruas vazias de Breves, a maior cidade da ilha de Marajó, um arquipélago de 104 mil km² no norte do Pará. Elas gritam e dão pulinhos, animadas pela festa logo ao lado, próxima à zona portuária, num galpão com mais de sete metros de pé-direito, todo feito de madeira - como boa parte das construções na cidade. Não parecem ter mais do que 15 anos. Mas, como é comum em Breves, vestem roupas de adultas: shorts que não chegam à metade das coxas, blusas minúsculas. Na festa, diz uma placa, menores não entram, mas ninguém pede seus RGs. Dentro, na semiescuridão, elas se mesclam às centenas de pessoas, a maioria delas mais velhas, atingidas pela potência de uma caixa de som do tamanho de uma parede, que toca os hits recentes do "melody", uma variação do tecnobrega, música que mistura batidas eletrônicas com ritmos caribenhos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

O município de Breves, em decorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes, também foi matéria de noticiários televisivos, após várias denúncias feitas pelo bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona, que fez relatos e denúncias sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na referida localidade; ele, que viveu na região das ilhas por mais de 30 anos, testemunhou casos de exploração sexual [...] em que crianças com idade de 07 anos se prostituíam com o consentimento da família (JORNAL NACIONAL, 2015).

A denúncia feita por Dom José Luís Azcona Hermoso sobre a violência sexual na cidade de Breves [...], no Marajó, repercutiu na Europa. O bispo denunciou que meninos e meninas entre 11 e 16 anos se “prostituem” em navios e balsas que transportam mercadorias no rio Amazonas (RÁDIO VATICANO, 2015) e, por motivo dessas denúncias, ele foi ameaçado de morte.

Mesmo diante das denúncias e de toda a repercussão em âmbito internacional, a prática da violência sexual segue ocorrendo de forma intensa na região marajoara. Em maio de 2017, a exploração sexual infantil foi notícia do jornal Folha de São Paulo: “O Pará é um emblema tanto da exploração sexual infantojuvenil quanto do enfrentamento do problema”, afirmou o jornal.

A Comissão de Justiça e Paz da CNBB alerta para o aumento de casos de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios da ilha de Marajó no ano de 2017, pois dos 16 municípios que compõem a região, em oito desses foram denunciados 365 casos de violência sexual. Contudo, a grande

repercussão no Marajó, indica a ausência de políticas públicas eficazes de enfrentamento ao problema, nesse período.

Com relação a políticas públicas para a região do Marajó, no dia 25 de julho de 2019, o município de Breves recebeu a visita da ministra Damares Regina Alves e sua comitiva. Esta visita faz parte do Programa Abrace o Marajó, que é uma “ação do Governo Federal que pretende combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região, além de buscar o desenvolvimento econômico dos municípios marajoaras”, institucionalizado pelo Decreto nº 10.260/2020. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2019). A ministra conheceu um pouco da realidade dos marajoaras, em especial dos breveses. E após esta visita, concedeu uma entrevista e durante esta, falou do Abrace Marajó e referenciou que:

O abuso sofrido pelas meninas da Ilha do Marajó, no Pará, era por falta de calcinhas. A declaração foi feita durante um evento no Palácio do Planalto, no qual a ministra mostrou os resultados do programa Abrace o Marajó. E que “Especialistas chegaram a falar para nós que as meninas lá são exploradas porque elas não têm calcinhas, elas não usam calcinha porque são pobres”, disse a ministra ao comentar o alto índice de estupro na região” (CARTA CAPITAL, 2019).

Esta fala repercutiu nacionalmente de forma muito negativa, pois a população do Marajó não necessita de “calcinhas” e isto não vai resolver a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes na região. O que esta população precisa urgentemente é de políticas públicas permanentes para que as famílias possam viver com seus familiares dignamente e isto é uma responsabilidade do Estado.

É fato que “[...] a falta de políticas de enfrentamento que diminuam o abandono a que estão subjugados os paraenses, principalmente os das áreas rurais, mostra o verdadeiro abismo que existe entre o que propõe o Estado e o que realmente é disponibilizado a eles” (ANDRADE, 2019, p.04).

É sabido que “resolver” a conjuntura socioeconômica que o Marajó vive atualmente é praticamente utópico. Mas, para amenizar tal situação, é possível de se realizar por meio de um conjunto de políticas, programas e ações viabilizado pelo Estado, para ajudar uma parcela das famílias marajoaras que vivem em uma situação socioeconômica precária.

Como citei acima, isto pode ser um amenizador para os problemas socioeconômicos, porém a questão da violência sexual ainda assim persistiria. Pois, a população não necessita apenas de políticas públicas emergenciais, mas de um conjunto de ações para desenvolver no enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Assim, a população marajoara carece de pais/mães e responsáveis conscientes sobre seu papel na proteção integral de seu/sua filho(a); da educação formal que trate do assunto constantemente e sensibilize quanto ao problema, bem como da Rede de Enfrentamento atuante na proteção social de crianças e adolescentes.

Outrossim, é importante destacar que a violência sexual contra crianças e adolescentes não é uma exclusividade dos rios marajoaras. Esse fenômeno pode ocorrer em residências, escolas, instituições públicas ou privadas ou até mesmo na rua, afirma o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2010). “O enfrentamento desse fenômeno é complexo, pois além de suas causas serem múltiplas, a invisibilidade das situações é um fato inegável e o índice de subnotificação é muito elevado” (CONANDA, 2010, p.16).

De acordo com a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos (2010), um dos principais desafios consiste no estímulo para que as situações de violações e de violências sejam denunciadas. Neste contexto, destaca-se a participação da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de educação como órgãos vitais para a rede de proteção.

A notificação é obrigatória para os profissionais da saúde e educação, que devem comunicá-las ao Conselho Tutelar, mas muitos desconhecem isso e têm dificuldades de identificar a ocorrência de práticas de violência. A efetividade dos mecanismos de denúncia e notificação garante a possibilidade não apenas de atendimento às vítimas, mas também de responsabilização e tratamento dos agressores, evitando a impunidade e o ciclo repetitivo da violência (CONANDA, 2010, p.16).

Comunicar aos órgãos competentes sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes é um dever do profissional da saúde e da educação, assim reporta o Art. 245 do ECA. Neste sentido, Minayo (2001, p. 01) chama atenção que o ...

[...] Estatuto da Criança e do Adolescente oferece importante instrumento para que a sociedade e o estado possam, reconhecendo o protagonismo

desses sujeitos, buscar superar as formas de violência que prejudicam o seu crescimento e desenvolvimento e, portanto, o desenvolvimento social (MINAYO, 2001, p. 01).

Em razão da vulnerabilidade social no município de Breves, o fenômeno da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é recorrente. Assim mostra a pesquisa realizada por (GUEDES, 2012).

Para tanto, é importante mostrar os dados referentes a esta problemática no município de Breves. Com isso, início apresentando os dados obtidos do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

De acordo com os dados apresentados por essa instituição sobre o fenômeno da violência sexual, temos o Quadro 4:

Quadro 4 - Quantidade de denúncias registradas no banco de dados do CREAS - município de Breves⁴.

Crime	Ano								Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Abuso Sexual	189	X	73	52	38	11	24	10	397
Exploração Sexual	Registros inexistentes no CREAS								

Fonte: CREAS do município de Breves.

Descrevendo os dados obtidos, ou seja, um total de 397 casos de abuso sexual registrados no período de 2011 a 2018, constatou-se que no ano de 2011 houve 189 denúncias, que correspondem a 48% dos casos. Em 2013, foram realizados 73 registros, correspondendo a 18% das denúncias; e entre os anos de 2011 e 2013, houve uma queda de 30% nas denúncias. E a partir de 2013, percebe-se uma queda substancial no número de registros: sendo que de 2013 para 2014 caíram em 5% os registros; e finalmente de 2015 a 2018, as denúncias foram mais baixas ainda.

A queda nos registros de dados a partir do ano 2011 é notável, e para compreender sobre esse fato ocorrido, tive uma conversa com a coordenadora do

⁴ No documento apresentado pelo CREAS, não vieram os dados do ano de 2012. De acordo com a coordenadora da instituição, houve perda de materiais físicos e mídia durante a transição de Governo.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de onde os dados foram recebidos, esta afirmou que até aquele momento, tinha recebido apenas encaminhamentos que faziam referência ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Explicou que todos os encaminhamentos advêm da DEAM/DEACA e do Conselho Tutelar; que o CREAS somente faz o acompanhamento da vítima e da família desta. Esta ação persiste por um período de 6 meses e finalizou dizendo que as portas de entrada de denúncias são o Conselho Tutelar e a DEAM/DEACA. Em suma, foi confirmado pela coordenadora que não havia registros sistematizados nenhum sobre a exploração sexual na instituição.

Para entender sobre a atuação do CREAS, recorri a Faraj e Siqueira (2012, p. 02) que definem a função do CREAS “como um serviço de atendimento e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes que visa à proteção e à garantia integral de direitos da população infanto-juvenil”. E ainda destacam que:

O atendimento especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, previsto no ECA (BRASIL, 1990), deve ocorrer nos chamados Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os CREAS são integrantes do Sistema Único de Assistência Social e constituem-se no articulador da proteção social de média complexidade, devendo promover orientações e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados [...] (FARAJ; SIQUEIRA, 2012, p.02).

Como se viu, o papel do CREAS realmente é de fazer o acompanhamento da vítima e seus familiares, portanto, possui um papel fundamental para o meio social, no qual cumpre com sua função ofertando o atendimento psicológico e social à criança e ao adolescente vítima de violência.

Entende-se que os dados sistematizados nos órgãos que trabalham na proteção social de crianças e adolescentes são imprescindíveis para que se tenha um diagnóstico do fenômeno no âmbito social. Assim, para conhecer os dados organizados pelo Conselho Tutelar, apresento o Quadro 5:

Quadro 5 - Quantidade de denúncias registradas no banco de dados do Conselho Tutelar de Breves.

CRIME	ANO			
	2016	2017	2018	Total

Abuso Sexual/Estupro de ⁵ Vulnerável	12	07	18	37
---	----	----	----	----

Fonte: Conselho Tutelar do município de Breves

Expondo os dados obtidos no período de 2016 a 2018, apresenta-se um total de 37 casos registrados no Conselho Tutelar, sendo que em 2016 houve 12 registros de violência sexual; já no ano de 2017 houve 07 denúncias, representando uma queda de 58,33 nos registros referentes ao ano anterior. No ano de 2018, foram feitas 18 denúncias e neste contexto, houve um aumento no registro de casos do ano de 2017 para 2018, representando um acréscimo de 61,11% de casos registrados. Contudo, destaco a ausência de dados referentes aos anos de 2011 a 2015.⁶. Acerca destes dados, sabe-se que as notificações que foram feitas nesses órgãos, significam efetivamente que são vidas salvas e que de alguma forma foi feita justiça por estes sujeitos que tiveram seus direitos violados.

Outrossim, enfrentei problemas para adquirir informações nos órgãos públicos e ainda, quando tive acesso aos dados, não vieram de acordo como fora solicitado no ofício. A precariedade dos registros ocasiona grandes dificuldades de evidenciar de maneira adequada a problemática do abuso e da exploração sexual na região marajoara. Ademais, esta fragilização do registro implica inclusive na definição de políticas públicas adequadas para o enfrentamento.

Gregoli, Silva e Ribeiro (2018) relatam que:

Os desafios relacionados à operacionalização dos registros têm origem não apenas na dimensão continental do Brasil, mas também na diversidade de realidades políticas e socioeconômicas do território nacional. Há estados, por exemplo, em que boletins de ocorrência registrados pelas polícias civis ainda são preenchidos à mão e nem todas as delegacias contam com acesso à internet. Não há, portanto, possibilidade de integração entre os dados (GREGOLI; SILVA; RIBEIRO, 2018, p.07).

⁵ É relevante destacar que a nomenclatura que a instituição usa para designar o crime de violência sexual é diferente da que esta pesquisa categoriza, que é abuso e exploração sexual. Assim, optei em apresentar as nomenclaturas que o Conselho Tutelar utiliza para categorizar a violência sexual.

⁶ A coordenadora do órgão Sra. C.M. informou que tiveram grandes perdas no que se refere a dados sistematizados, devido o órgão não possuir logística própria. Que a cada mudança de governo é um novo local de funcionamento e toda vez que troca de prédio, há perdas de documentos e perdas de dados organizados. Outrossim, ainda ressaltou que Breves ainda não possui o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) - Conselho Tutelar. SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O SIPIA tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor.

A pesquisa de Vieira (2011, p.62) foi realizada em Breves e tratou sobre obter informações nos órgãos públicos; ressalta que “embora as instituições públicas do município não se eximam de prestar informações sobre a problemática da exploração sexual, estas ações ainda são tímidas e limitadas em virtude da realidade local de silêncio e, talvez, conivência”.

Para tanto, no cerne de uma pesquisa, seja qual for o fenômeno social, a sistematização dos dados e, sobretudo, sua interpretação, tornam-se fundamentais para compreender a dinâmica de atuação do fenômeno em determinado local, a quantidade de casos ocorridos dentro de determinado período, bem como possibilitar aos órgãos de proteção, desenvolver estratégias para sanar o problema de acordo com a realidade de cada local. Para além disso, “a análise de dados pode subsidiar a decisão governamental de que o enfrentamento desse problema público é prioritário em relação a outros e demanda uma intervenção governamental para o seu enfrentamento, visando a uma alteração da realidade social” (GREGOLI; SILVA; RIBEIRO, 2018, p.02).

Para tanto, a intenção em expor dados de diferentes órgãos incide em apresentar o número de registros de crianças e adolescentes, vítimas de um fenômeno que destrói vidas emocional e estruturalmente e além disso, prejudica consideravelmente o desenvolvimento estudantil das vítimas.

Em relação a estatísticas, a pesquisa de Guedes (2012) apontou:

Para o reconhecimento da situação atual da violência sexual no município de Breves, procuramos por estatísticas nas instituições que deveriam formar uma rede de proteção para crianças e adolescentes. A resposta obtida evidencia a falta de registro/memória da maior parte das instituições acerca da violação de direitos da criança e do adolescente e das ações necessárias, como se a infância e a adolescência e os problemas que lhes afligem fossem esporádicos, episódicos, menos importantes, por se tratar da esmagadora maioria dos casos de filhos de —ninguém, sem prestígio social, —sem parentes importantes, vindos do interior (GUEDES, 2012, p. 196).

É importante enfatizar que a organização de dados estatísticos nas instituições sociais possibilita a interpretação de acontecimentos, bem como permite à pesquisa científica, uma forma de interpretar fatos, permitindo assim entender melhor as informações acerca do que se pesquisa. Portanto, organizar e tabular dados estatísticos é uma ferramenta essencial na produção e disseminação do conhecimento, cientificamente.

De certo, sistematizar e publicar dados de diferentes órgãos que trabalham com a finalidade de proteger crianças e adolescentes, leva a compreensão de forma mais profunda como o fenômeno da violência sexual está disseminado no município. Para tanto, a busca de registro sobre o fenômeno da violência sexual foi além dos órgãos municipais. Assim, procurou-se também a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) Breves, para conhecer os registros de atendimento feitos por essa instituição, sendo que esta é um órgão estadual e atende à 8ª Região Integrada de Segurança Pública do Marajó Ocidental, que está sob a responsabilidade da delegada Tamires Ávila Teixeira.

A DEAM possui em seu âmbito institucional, o Departamento Especializado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (DEACA), que faz atendimento a sujeitos que tem seus direitos violados. Assim, no Quadro 06, apresentam-se os registros que a unidade do PARAPAZ Integrado Polo/Breves/DEAM/DEACA, expediu.

Quadro 6 - Quantidade de denúncias registradas no banco de dados da DEAM/DEACA na região do Marajó dos anos de 2017 e 2018.

CRIME	ANO		
	2017	2018	Total
Abuso Sexual	07	57	64
Exploração Sexual	39	04	43

Fonte: DEAM/DEACA. 8ª Região Integrada de Segurança Pública do Marajó Ocidental

Os dados apresentados acima não são uma exclusividade do município de Breves, sendo que a DEAM realiza um trabalho e atende à região do Marajó ocidental que conglomerava os municípios de: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Currálinho, Gurupá, Portel, Muaná, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista. Assim, o número de registros de denúncias no ano de 2017 foi de 07 casos e ano de 2018 foi de 57, totalizando 64 denúncias sobre abuso sexual registradas. Outrossim, houve um aumento de 87%,72 de casos do ano de 2017 para 2018. Já sobre a exploração sexual, no ano de 2017 foram feitos 39 registros de casos e no ano seguinte 04 denúncias, o que totalizou 43 casos. A queda nos registros de casos de exploração sexual equivale a 89,74% do ano de 2017 para o ano seguinte.

Diante desses dados, é importante destacar que não se pode mensurar quantos casos o município de Breves registrou nessa instituição, mas, pelo número de casos registrados, pode-se afirmar que o fenômeno da violência sexual na região do Marajó é ameaçador. Assim, olhando pelo contexto histórico social, o Marajó é estudado e registrado pelo documento da SEPLAD/PARÁ (2013, p.14), que mostra que a região marajoara “apresenta os mais preocupantes índices de vulnerabilidade, dentre todas as regiões, tornando essa a região prioritária para a intensificação de serviços das diversas políticas públicas”. Evidentemente que a pobreza não justifica a inserção desse povo na violência sexual, porém, se torna um caminho fácil para algumas pessoas se envolverem e terem como possibilidade de sobrevivência, como é o caso das meninas vulgarmente chamadas de “balseiras”, como já foi mencionado anteriormente neste texto.

A população em extrema pobreza nessa região alcança 180.048 pessoas, o equivalente a 37,3% da população total, dos quais 46.825 residentes em áreas urbanas e 133.223 em área rural, distribuída nos seus 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. A condição de extrema pobreza considera aqueles, cuja renda familiar per capita não ultrapassa R\$ 70,00 (setenta reais) mensais (SEPLAD/PARÁ, 2013, p.12).

Segundo Minayo (2006, p.33), “a violência encontra espaço muito mais propício para se exprimir quando a realidade social não está estruturada”, isto é, não está organizada para enfrentar o fenômeno. Seguindo este raciocínio e trazendo a vertente da discussão para o contexto do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, a violência sexual precisa ser analisada a partir da sociedade que a produziu, assim como ela foi construída por determinado sujeito, bem como definida em determinada ocasião, assim também ela pode ser desconstruída e vencida com ações e estratégias para proteger crianças e adolescentes que já tiveram ou podem vir a ter seus direitos violados.

Com a intenção de apontar sobre a questão da vulnerabilidade do povo marajoara, o Quadro 07 mostra os municípios que apresentam diferentes formas de violência:

Quadro 7 - Demonstrativos de violações de direitos contra crianças e adolescentes em municípios do Marajó em 2012.

MUNICIPIOS	SITUAÇÕES IDENTIFICADAS
Afuá	Abuso e exploração sexual, tráfico de pessoas (adolescentes) e tráfico de drogas.
Bagre	Abuso sexual.
Breves	Abuso e exploração sexual, pedofilia, abuso sexual contra a mulher e pessoa com deficiência, violência psicológica intrafamiliar contra a mulher, violência psicológica contra a criança na escola, violência contra pessoas idosas e violência contra criança e adolescente.
Cachoeira do Arari	Violência doméstica e sexual.
Melgaço	Abuso e exploração sexual.
Muaná	Abuso sexual, tráfico de drogas.
Salvaterra	Violência física e atos infracionais cometidos por adolescentes.
Santa Cruz do Arari	Abuso sexual e tráfico de drogas.
São Sebastião da Boa Vista	Abuso sexual, gravidez precoce e violência intrafamiliar.
Soure	Violência e abuso sexual e violência intrafamiliar.

Fonte: SEAS/2012

Fonte: SEPLAD/PARÁ, 2013.

Como se vê no Quadro 07, Breves é o terceiro município que é destacado como possuidor do fenômeno da violência sexual. Ademais, o documento da SEPLAD/PARÁ, ainda realça a questão da vulnerabilidade em segurança e justiça e menciona que “os municípios dessa Região de Integração vêm apresentando ao longo dos últimos anos, um quadro recorrente de violação de direitos, particularmente no que se refere ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” [...] (SEPLAD/PARÁ, 2013, p. 25).

Concluindo, sublinho que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime que possui amparo legal. A Lei nº 8.069/90 garante o direito a todas as meninas e meninos à proteção social sem distinção de idade, sexo, raça, etnia, cor, religião, crença, deficiência, condição pessoal, econômica e social. Mesmo, com toda esses requisitos e também depois que se passaram 31 anos da aprovação do ECA, ainda assim, existe um longo caminho em busca de proteção integral para prevenir todos e todas as crianças e adolescentes da violência sexual e assim, possibilitar o bem estar e desenvolvimento da cidadania plena desses sujeitos.

3.3 O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: o Papel das Redes de Enfrentamento.

Nos últimos anos, a Rede de Enfrentamento tem se fortalecido para alcançar uma atuação mais abrangente na proteção de crianças e adolescentes e com isso busca se orientar nas legislações vigentes como a Constituição Federal de 1988 e o ECA de 1990, bem como no Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que são a base para a implementação de ações e estratégias concernentes à proteção integral. Para além disso, a Rede tem como função primordial se organizar com um conjunto de “instituições que têm o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes” (GUIA ESCOLAR, 2011, p.160).

Nesta perspectiva, para que se alcancem os objetivos traçados em Rede, torna-se necessário:

Integrar as diversas políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes: saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, entre outras;

Articular ações governamentais e não governamentais na assistência a crianças e adolescentes. Os programas e serviços de atendimento municipais devem interagir entre si, trocar as informações necessárias, compartilhar a metodologia e o conhecimento acumulado e fomentar a complementaridade, a fim de evitar a sobreposição e a dispersão de recursos;

Introduzir mecanismos de acompanhamento e avaliação para monitorar a política implantada, a qualidade do serviço e seu impacto na vida de crianças, adolescentes e suas famílias;

Mobilizar a sociedade para que possa participar da política de atendimento por intermédio de instituições que participam da rede e que assumam a tarefa de fazer sua gestão. As redes necessitam de lideranças que animem os processos de intercâmbio e coordenação das ações a serem desenvolvidas;

O trabalho em rede proporciona ações interdisciplinares facilitando uma abordagem holística do fenômeno da violência sexual na vida das crianças e adolescentes; potencializa a ação de cada uma das instituições melhorando os fluxos entre os diversos atores; amplia a oferta de programas e serviços; estimula o intercâmbio de experiências, a ampliação das oportunidades de capacitação (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 161).

A organização e articulação desta Rede está pautada segundo Lopes, Gonçalves e Paula (2002) “[...] em uma organização humana”. As autoras entendem que esta pode ser considerada como “novo padrão organizativo na sua forma de operacionalização e pode auxiliar os sujeitos sociais, que, ao acioná-la, podem obter

resultados transformadores de realidades” (LOPES; GONÇALVES; PAULA, 2002, p.189).

Neste sentido, Motti e Santos (2002) definem a Rede de Enfrentamento

[...] como uma articulação de pessoas, de organizações e instituições com objetivo de compartilhar causas, projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização que está baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências [...] (MOTTI; SANTOS, 2002, p.108).

A Rede de Enfrentamento configura-se como uma malha tecida por pessoas. A mesma é composta por órgãos e instituições que se entrelaçam, complementam-se de forma a não se romper, para atingir seu objetivo, ou seja, é um trabalho baseado na ação coletiva e dialógica.

Sendo assim, a constituição de uma Rede de Enfrentamento requer ações conjuntas e articuladas para o atendimento específico voltado para crianças e adolescentes. Com isso, inúmeros desafios foram enfrentados e conquistas alcançadas para se efetivar políticas públicas em prol da proteção da criança e do adolescente, em solo brasileiro.

Foi em “meados da década em 1980, que estudiosos, pesquisadores, ativistas sociais, grupos e instituições vinham se manifestando a respeito da violência sexual como um fenômeno social a ser enfrentado pelas políticas públicas” (MOTTI, 2017, p. 16). Essas manifestações apontavam a necessidade de se promover a integração de ações pontuais do Estado e da sociedade em geral, para que a situação da violência sexual saísse do âmbito das políticas assistencialistas e passasse a fazer parte da política de Estado e não da política de Governo (MOTTI, 2017).

Em 1988, foi aprovado o texto da Constituição Federal, e em seu Art. 227 expressa que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Neste contexto, a redação é categórica e deixa nítida a absoluta prioridade quanto aos direitos da criança e do adolescente. Além disso, no §4º do mesmo Artigo, ainda especifica: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1988).

Com efeito, com base na Constituição Federal de 1988, em 1990 foi criada a lei específica de amparo à proteção integral da criança e do adolescente, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069/90, em que crianças e adolescentes “são reconhecidas como sujeitos de direito que necessitam de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento, em decorrência de sua imaturidade física e mental” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 39).

A lei brasileira preconiza um conjunto de normas que asseguram os direitos humanos para toda a população na faixa etária de 0 a 18 anos de idade. Além disso, traz em seu bojo o Art. 86 que trata da responsabilidade da construção da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e assim pontua: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990).

Ainda se tratando de prioridade absoluta, a Lei nº 13.431/2017 vem normatizar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, bem como institui mecanismos para prevenir a violência e sobretudo, estabelece medidas de proteção. Em seu Art. 4º, inciso III, cita: “violência sexual, é entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não”.

A lei supracitada é um dos mecanismos mais recentes destinados a coibir a violência contra crianças e adolescentes e no Art. 1º

Normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência (BRASIL, 2017).

As normas legislativas incorporadas na Lei nº 13.431/2017, buscam instituir mecanismos mais eficazes para atuação do Poder Público, na perspectiva de assegurar, sobretudo, um atendimento mais rápido, com qualidade e acima de tudo humanizado, para as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência (MINISTÉRIO PÚBLICO/PARANÁ, 2018).

Com alterações e aprovações de leis em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes, temos ainda a Lei nº 13.718/2018, que traz mudanças substanciais acerca dos crimes sexuais. Esta legislação altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e um novo crime, descrito no Art. 215-A, chamado de "importunação sexual", em que:

Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; revogando o dispositivo de "ofensa ao pudor"(CODIGO PENAL, 1940).

Com a instituição dessas legislações, o Estado passou a ser o responsável por criar e implementar projetos e/ou ações que viessem coibir toda e qualquer ação que ferisse o direito subjetivo de cada criança e adolescente.

A primeira iniciativa do Governo Federal relacionada ao enfrentamento à violência sexual se deu por meio do Plano Plurianual de 2000/2003 (O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o horizonte de quatro anos), que objetivou “prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade” (MOTTI, 2017, p. 18).

No âmbito do Plano Plurianual foi integrado o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PROCAESCA), que segundo Motti (2017, p. 19), essa integração se deu em “resposta às denúncias internacionais da existência da exploração sexual de meninas e tráfico para os fins de exploração na região da Amazônia e no Nordeste do País”. Na esfera do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes ficou visível a proposta técnica e financeira aos municípios para a

criação dos Centros de Serviços de Referência para o Atendimento às Crianças e aos Adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual (MOTTI, 2017).

Em 2000, o CONANDA promulga o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil (PNEVSIJ). Com base no apontamento do Guia Escolar (2011), esse documento foi elaborado pelo Governo Federal em parceria com a sociedade civil [...], e destaca que o encontro foi um marco na história da mobilização contra a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Assim

Participaram da discussão e da elaboração do PNEVSIJ representantes do Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos dos Executivos Federal, Estaduais e Municipais, ONGs brasileiras e internacionais, assim como representantes juvenis e integrantes dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares [...] (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 164).

O PNEVSIJ tornou-se a diretriz nacional para o enfrentamento no âmbito das políticas públicas e sociais. Cabe destacar que o documento tem como referência fundamental, o ECA (BRASIL, 1990), reafirmando os princípios da proteção integral de crianças e adolescentes, bem como sua condição de sujeitos de direito e de pessoas em desenvolvimento.

O referido Plano veio subsidiar metodologicamente instituições educacionais, programas, estruturar políticas, bem como serviços para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Sua estrutura é composta por seis eixos estratégicos, a citar:

Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.

Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos, etc.

Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.

Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.

Protagonismo Infantojuvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos (BRASIL, 2013, p. 09).

Os eixos acima citados são de suma importância, pois servem de norteadores para o desenvolvimento das ações e garantem a legitimidade e implementação das ações para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Tão importante quanto, após a promulgação do Plano Nacional em 2000, Motti (2017, p. 20) destaca que nesse mesmo período “pesquisas vinham apontando a existência de redes organizadas de exploração sexual de crianças e adolescentes em diversas regiões do Brasil, sobretudo na modalidade do tráfico [...]”.

Com a ocorrência desse fenômeno, em 2002 foi publicada a primeira Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF). A realização dessa pesquisa esteve sob a coordenação do Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) que tinha como coordenadora geral Neide Castanha⁷. Motti (2017, p. 20) destaca que “os resultados dessas pesquisas tiveram apoio do Ministério da Justiça e apontaram a existência de mais de 200 rotas de tráfico de mulheres e adolescentes [...]”.

A pesquisa tem como objetivos incentivar a participação social, a produção de conhecimento especializado e atualizado sobre o tema, e a orientação para a definição de ações de enfrentamento do fenômeno, fundamentadas na concepção dos direitos humanos e em enfoque multidisciplinar do tráfico (CECRIA, 2002, p. 35).

No mesmo ano, mas no mês de outubro, surgia o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR) no território brasileiro, que veio da base para a Rede de Enfrentamento, e assim definiu como objetivos para seu desenvolvimento:

Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e

Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que possam ser disseminadas para outras regiões brasileiras, referenciadas na organização, no fortalecimento e na integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção de todos os processos (PAIR, 2002, p.12)

⁷ Neide Castanha foi coordenadora Geral do Centro de Referência e Estudos sobre Crianças e Adolescentes, Secretaria Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Esse Programa foi construído de acordo com os eixos do PNEVSIJ, e foi realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o apoio da *United States Agency for International Development (USAID)*/Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, e sua organização esteve sob a responsabilidade de Antônio José Ângelo Motti e Thais Dumê Faria.

O PAIR traz em sua estrutura um diferencial em relação aos demais Programas, pois suas ações são apontadas para trabalhar diretamente com municípios brasileiros. Assim, seu desenvolvimento prevê algumas etapas:

A articulação política de cada município; a formação de um grupo intersetorial em cada cidade; a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo que revele maiores informações sobre a violência sexual; a realização de um grande Seminário Municipal para debater o problema e construir coletivamente um Plano Operativo Local – POL para o enfrentamento do problema; a escolha da Comissão Local que cuidará da efetivação do POL; a Capacitação da Rede e o Assessoramento Técnico (PAIR, 2002, p.07).

A implantação do Programa, bem como todo seu desenvolvimento, configura-se numa metodologia de integração e fortalecimento de todos os setores, ONGs, órgãos e instituições envolvidos na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo: saúde, educação, assistência social, judiciário, polícias, Ministério Público, direitos humanos, trabalho e emprego, turismo e outros (PAIR, 2002), ou seja, uma Rede de Enfrentamento integrada e articulada.

Para implantação de ações e os desafios propostos pelo fenômeno da violência sexual, o PAIR foi estabelecido, inicialmente, nos seguintes locais: Região Norte: Pacaraima (RR), Manaus (AM), Rio Branco (AC); Região Centro-Oeste: Corumbá (MS); e na Região Nordeste: Feira de Santana (BA) e Campina Grande (PB).

Esse Programa inicialmente foi implantado em seis cidades brasileiras. Hoje, a metodologia do PAIR ampliou sua atuação para mais municípios brasileiros. “Os municípios acima relacionados foram selecionados a partir do cruzamento de informações de duas pesquisas referenciais: a PESTRAF e a Aids nas Fronteiras do Brasil (Ministério da Saúde, 2003), desenvolvidas com apoio financeiro da USAID” (PAIR, 2002, p. 11).

A partir da seleção desses municípios, diversas ações de articulações junto às autoridades federais, estaduais e municipais foram realizadas para a

apresentação do Programa e a integração de políticas e ações locais. Nessas localidades foram contatadas autoridades federais, estaduais e municipais, bem como organizações da sociedade civil, de setores empresariais e membros integrantes da Justiça da Infância e da Juventude (PAIR, 2002, p. 11).

Em 2004, o Ministério da Educação e a *Partners of the Americas* (Parceiros pela América) lançaram o Programa Escola Que Protege, com o objetivo de oferecer informações e subsídios para os educadores atuarem na prevenção e no combate à violência sexual.

Os Programas acima citados são ações com atribuições específicas que foram criadas com o intuito de instituir a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nos municípios brasileiros. Com efeito, a Rede de Enfrentamento tem um caráter peculiar quando se trata da violência sexual, sua base é construída, implementada e conduzida no coletivo, de forma que sua estrutura se dá a partir de múltiplos níveis de organização.

O PAIR, com a finalidade de integrar e fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, consubstancia sua política nos seguintes objetivos:

Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e

Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que possam ser disseminadas para outras regiões brasileiras, referenciadas na organização, no fortalecimento e na integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção de todos os processos (PAIR, 2002, p. 12).

Entendi, portanto, que o papel final de uma Rede de Enfrentamento é poder contribuir com a sociedade e, especificamente, ajudar a população de crianças e adolescentes que vivem à margem de seus direitos e sem nenhuma proteção.

Apesar de todo este aparato de Programas e Ações instituídos no território brasileiro, em prol do enfrentamento à violência sexual, sabe-se que esse fenômeno não é problema simples de se resolver. “E ninguém e nenhuma organização são suficientes para responder e ter ações totalmente resolutivas no próprio âmbito de atuação” (MOTTI; SANTOS, 2002, p. 109).

No que se refere ao resultado de implantação do Plano Nacional, Castanha (2012) faz uma crítica em que diz:

[...] firmemente que não temos uma política pública para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Temos diferentes iniciativas que até podem ser avaliadas como bem-sucedidas, mas não são suficientes para configurar em uma política de estado. O Estado brasileiro, no sentido do Estado aparelho/burocrático e do Estado-comunidade, ainda não conseguiu dar uma resposta efetiva e eficaz para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes e assumir as responsabilidades para garantir o bem-estar de todos (CASTANHA, 2012, p. 174).

A crítica da autora nos faz refletir que políticas públicas vão e vêm no âmbito da gestão de Governo e são poucas as que ficam para realmente cumprir com seu papel social; isso porque a maioria das políticas públicas institucionalizadas é organizada como Política de Governo e não como Política de Estado.

Saber que o fenômeno da violência sexual é um problema gravíssimo em nossa sociedade, já sabemos, mas o que fazer para efetivar ações que venham envolver as crianças e os adolescentes em práticas educativas formais? A escola é o *locus* privilegiado para desenvolver e sensibilizar sobre essa problemática.

A instituição educativa tem função relevante, mesmo que não exclusiva, na formação de crianças e adolescentes. Há de se convir que toda escola é parte integrante da Rede de Enfrentamento, assim tem o compromisso de contrastar pelos direitos de seus discentes. Para isso, “precisa utilizar práticas pedagógicas capazes de responder a essa questão” (GUIA ESCOLAR, 2011, p.42), possuir estratégias de mobilização no âmbito educativo para e com os discentes, bem como ações capazes de sensibilizar toda a comunidade escolar para o enfrentamento da violência sexual contra meninas e meninos.

Para fortalecer esse espaço específico de enfrentamento: a escola, o Governo Federal institucionalizou o Programa Escola Que Protege, com o objetivo de oferecer informações e subsídios para os educadores atuarem na prevenção e no combate à violência sexual.

Mas, para isso, é necessário realizar um diagnóstico detalhado do espaço escolar, escolher instrumentos teórico-metodológicos de intervenção e sistematizar ações de formação de professores e demais profissionais da educação para o reconhecimento do problema e do domínio de mecanismos de pronta intervenção (GUIMARÃES; MINDAL; SILVA, 2008).

O Programa veio com ações pontuais para trabalhar na área da educação e seus objetivos foram:

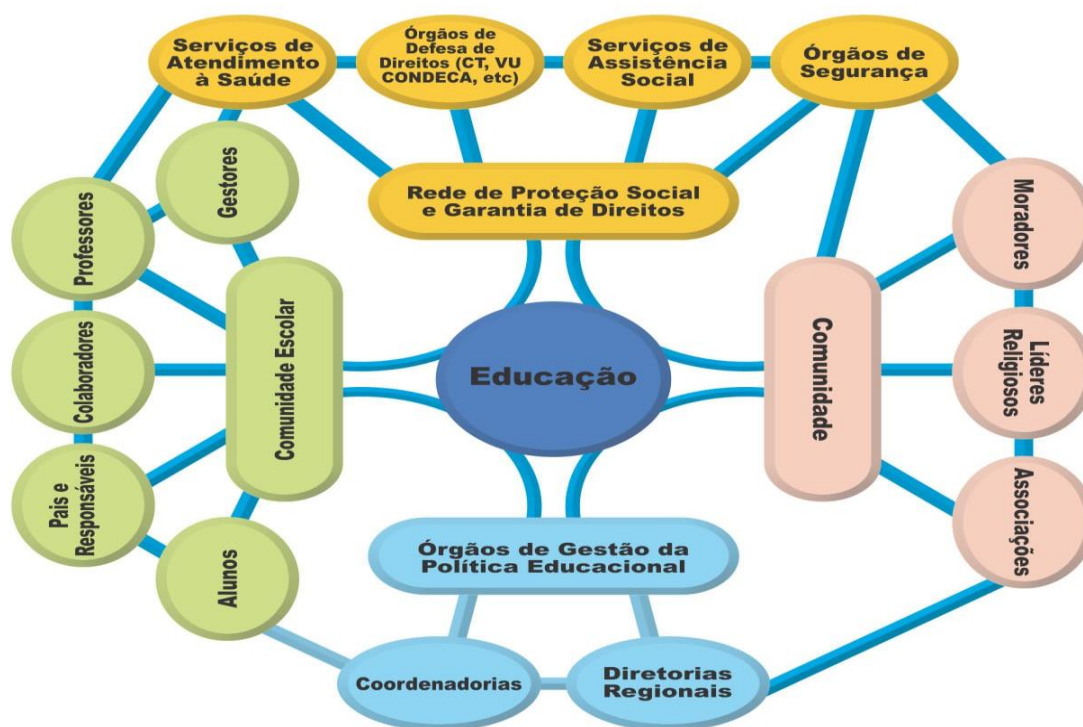
- Formar profissionais de educação para a identificação de evidências de situações de exploração do trabalho infantil, de violência física, psicológica, negligência e abandono, abuso e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes e enfrentamento no âmbito educacional, em uma perspectiva preventiva.
- Sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre os prejuízos causados pelas diversas formas de violência (física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração do trabalho infantil) no desenvolvimento bio-físico-psíquico-social das crianças, adolescentes, e a família como um todo.
- Estreitar as relações e integrar os sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento junto à Rede de Defesa, Responsabilização e Proteção à criança e ao adolescente (GUIMARÃES; MINDAL; SILVA, 2008, p. 12).

O papel da Rede de Enfrentamento na área da educação não é um dos mais simples, porém não é impossível; é necessário:

Uma construção permanente dos diversos atores; detectar as instituições com potencial de integração e os contatos com pessoas que pertençam a tais organizações (mapeamento); entrar em contato com as instituições e definir uma agenda para a primeira reunião; planejar o primeiro encontro (LOPES; GONÇALVES; PAULA, 2008, p.195).

Deve-se considerar que a “construção e manutenção de redes têm como estratégia principal a mobilização” e, principalmente, estabelecer como pano de fundo “crianças e adolescentes como sujeitos de direitos” (LOPES; GONÇALVES; PAULA, 2008, p. 196).

Gráfico 1 - Fluxograma de uma Articulação em Rede de Enfrentamento no Campo da Educação.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como mostra o fluxograma acima, a Rede de Enfrentamento é um conjunto formado e representado pelo Poder Público Municipal, CMDCA e Conselho Tutelar, Vara Especial da Infância e da Juventude, entidades de atendimento, Ministério Público, órgãos de segurança pública, Defensoria Pública e centros de defesa de direitos (GUIA ESCOLAR, 2011), com foco especial para as instituições educativas que tendem à formação da cidadania e contribuem para a promoção e para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O envolvimento das instituições educativas na defesa dos direitos da criança e do adolescente configura-se na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes com força para atuar na articulação, elaboração de projetos, organização de atividades e eventos em prol do enfrentamento a essa violência.

[...] o sistema escolar necessita tornar-se parte integrante da rede de proteção a crianças e adolescentes. Essa articulação possibilitará melhor coordenação das ações e otimização do trabalho de profissionais dos diversos segmentos envolvidos, assim como dos serviços destinados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de todo o território nacional (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 22).

Neste sentido, faz-se necessário o incentivo à prática constante do diálogo, a troca e a atualização de informações, a sensibilização quanto a responsabilidade de cada um de nós contra a problemática da violência sexual, bem como a importância da formação de toda a comunidade escolar. Assim, o trabalho em rede é uma forma de:

Trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes (MOTTI; SANTOS, 2011, p.04).

Para construir e trabalhar em Rede, com foco no Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, é imprescindível entender que:

Estamos lidando com um fenômeno, de rara complexidade, recorrente na história humana e, em especial, na história brasileira que se diversifica e ganha contornos diferentes em cada época, cada cultura, cada região e território;

Os fatores responsáveis pela sua ocorrência são múltiplos e se constituem em um “nó” de difícil resolução, segundo Safiotti (1995);

Lidamos com redes de exploração sexual com níveis diferenciados de organização, às vezes informais (taxistas, vendedores ambulantes, recepcionistas de hotéis, etc.) e, em muitos casos, com níveis de organização que garantem alta lucratividade, como no caso do tráfico doméstico e internacional para fins de exploração sexual comercial;

Envolve a pedofilia e pornografia infantil pela internet;

São vários os atores envolvidos na sua ocorrência, tanto no ambiente doméstico (abuso sexual intrafamiliar) quanto nas situações de exploração sexual comercial (pornografia infantojuvenil, turismo sexual, tráfico e prostituição);

O atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias em situação de violência sexual exige uma equipe multiprofissional, interdisciplinar, com o envolvimento das diversas políticas públicas setoriais e a construção de serviços de referência e contra-referência; e

A complexidade do fenômeno da violência sexual exige a articulação e a integração efetiva de políticas na perspectiva do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que define ações nos eixos de: análise da situação, mobilização e articulação, prevenção, atendimento, defesa e responsabilização e protagonismo juvenil (MOTTI; SANTOS, 2011, p. 04).

A Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, conta com o envolvimento de diferentes instituições sociais e têm por finalidade as causas em prol da proteção de crianças e adolescentes. Sua

organização e funcionamento possui uma dinâmica em que é necessária uma articulação de pessoas, estrutural, social e política.

Motti e Santos (2002) definem a Rede de Enfrentamento

Como uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências [...] uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes (MOTTI; SANTOS, 2002, p.04).

Trabalhar com a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual não é uma tarefa simples e quando se trata da proteção de crianças e adolescentes, o desafio torna-se bem maior. Trabalhar em rede é imprescindível, porém é importante termos consciência de que não se “constitui em tarefa simples, pois envolve muita participação, assunção de responsabilidades, divisão de tarefas e, especialmente, mudança de mentalidade” (MOTTI; SANTOS, 2002, p.05).

O enfoque da rede incide:

[...] nas articulações, nos nós comunicativos, na variabilidade das possibilidades que eles engendram, nos cruzamentos, nas intersecções, na perspectiva do todo para a solução do problema da parte, na incompletude e na incerteza, na espontaneidade, na entropia, no equilíbrio relacional, na probabilidade e na dilatação das particularidades em benefício dos entrecruzamentos e das relacionalidades (TECENDO REDES, 2014, p.23).

Com base nas orientações de Motti e Santos (2002, p. 06), é primordial que haja o “levantamento de todas as organizações e instituições governamentais e da sociedade civil que direta ou indiretamente, têm a ver com a rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

Na definição sobre a Rede de Enfrentamento, Motti e Santos (2002, 07) recomendam que “as relações devem se pautar pelo profissionalismo, pelas atribuições e competências de cada instituição”. Além disso, a rede é formada por pessoas que se estabelecem em relações sociais e implica em “relação humana com limites e possibilidades, e, assim, as marcas, a forma de fazer, o nível de qualificação/formação, a concepção de mundo, de criança, de vida, etc. das pessoas

também estarão presentes, e demarcarão todo o processo” (MOTTI; SANTOS, 2002, p. 7).

É com sensibilidade, consciência e disposição harmônica dos pares e responsabilização social dos diferentes entes e sujeitos que acontecem os acordos de cooperação e prevalecem as respostas que podem ser alcançadas dentro de uma Rede de Enfrentamento.

Contudo, não se pode esquecer que trabalhar com o fenômeno da violência sexual é lidar com seres humanos e esse problema é muito complexo. Para trabalhar na Rede de Enfrentamento é necessário que se compreenda que a rede é composta por um coletivo de pessoas, instituições e órgãos de diferentes setores e que esses atores são dotados de aptidões e possibilidades para construir uma rede com ações exitosas, mas não podemos esquecer que esses humanos também possuem suas fragilidades e limitações. Estas limitações não são somente dos sujeitos, mas também das condições de infraestrutura, da problemática de formação continuada e dos recursos para desenvolvimento das ações da Rede de Enfrentamento.

3.4 A organização e o funcionamento da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves.

No município de Breves, a organização da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes é coordenada, em grande parte, pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), mas sempre com as parcerias: Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e Secretaria Municipal de Saúde.

A SEMTRAS sempre organizou as ações a serem desenvolvidas na Rede de Enfrentamento por meio de um calendário anual. Assim informou a Senhora C.M. que trabalhou a frente da Divisão da Política de Proteção Social Especial, no âmbito da SEMTRAS. Este calendário se constituiu com base nas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como nas ações e estratégias que foram determinadas pelo Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

SUAS é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil que tem por objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

Em conversa, a Senhora C. M. informou que o município de Breves sempre seguiu o que determina as normativas que amparam os direitos de crianças e adolescentes, principalmente o SUAS. Além disso, respeitou o que preceitua o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. As ações que fazem parte do Plano de Enfrentamento foram realizadas em parceria com SGD envolveram promoção, defesa e controle social.

A promoção dos direitos se dá por intermédio da elaboração e implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente [...]. A defesa dos direitos é executada por órgãos, entidades, agentes e autoridades especializadas e qualificadas, o Conselho Tutelar merece destaque[...].

O controle social sobre as ações do Poder Público, que é exercido, sobretudo, no âmbito dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Setoriais deliberativos de políticas públicas, tendo respaldo no Art. 1º, Parágrafo Único e 227, §7º c/c 204, da Constituição Federal e Art. 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90 (dentre outras) [...] (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2014).

Neste contexto, destaquei algumas ações que fazem parte do Plano de Enfrentamento, para conhecimento das atividades e da área de abrangência:

Promover reuniões e oficinas trimestrais de sensibilização com profissionais da saúde para identificação, notificação e prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes;

Ampliar ações de prevenção na escola através de campanhas, palestras, seminários, encontros, oficinas com profissionais da educação, pais e alunos;

Promover a política de fiscalização nos transportes fluviais municipais e intermunicipais;

Fortalecer ação de prevenção sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, através das estratégias de saúde da família e agentes comunitário de saúde com o apoio de técnicos da área da saúde;

Realizar busca ativa/abordagem social, constantes referentes a exploração sexual;

Realizar atividades de educação em saúde bimestral, destinada a população ribeirinha acerca da temática da violência sexual contra crianças e adolescente durante as Ações de Saúde desenvolvidas no meio rural (PMEVSCA, 2016, pp. 11-15).

Uma ação importante do trabalho em rede foi o projeto CREAS nos Bairros, coordenado pela SEMTRAS. Este trabalho iniciou no ano de 2011 e continua em execução até os dias atuais e foi baseado nos preceitos do Programa Sentinela. Antes de explicar como se desenvolveu este projeto, é importante conhecer um pouco sobre o Programa Sentinela.

De acordo com Nascimento e Deslandes (2016):

Uma das primeiras ações do Governo Federal, após a aprovação da primeira versão do PNEVSIJ, foi a formulação do Programa Sentinela, ao final do ano 2000. Consonante com o Eixo do Atendimento do Plano Nacional, o programa, lançado em dezembro de 2002, propunha a estruturação de serviços municipais de atendimento especializado, multiprofissional e interdisciplinar numa perspectiva de atuação em rede. Implementado como suporte técnico à intervenção dos Conselhos Tutelares nos casos de violência doméstica e exploração sexual, o Sentinela passou a ser considerado um marco metodológico de atendimento (NASCIMENTO; DESLANDES, 2016, p.10).

Este Programa “previa um conjunto de medidas de prevenção, articulação do atendimento em rede e atendimento especializado” (Motti, 2017, p.19) para ser oferecido pelos municípios. Neste ínterim, o Programa Sentinela passou a desenvolver serviços de média complexidade no CREAS, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social.

Este Programa veio propiciar aos municípios um novo pensar acerca das questões sociais, psicológicas e culturais que permeiam e sustentam os ciclos de violência presentes nos lares e nas ruas (OLIVEIRA *et al.*, 2007). Sua composição dispõe de:

Uma equipe interdisciplinar e ações intersetoriais baseadas nas três modalidades de prevenção à violência (primária, secundária e terciária), o Sentinela vislumbra reduzir os índices de violência contra a criança e o adolescente em nosso município. Entre as atividades desenvolvidas estão atendimentos individuais e em grupo às famílias; visitas domiciliares e institucionais; oficinas e palestras para a rede; reuniões de equipe; participação em conselhos, comissões e fóruns. Todos os esforços primam pela articulação com a rede e pela capacitação da equipe, visando atender de forma eficiente a todas as necessidades colocadas pelas crianças e pelos adolescentes, bem como por suas famílias (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p. 02).

Seguindo as regras do Programa Sentinela e com uma equipe especializada, o município de Breves por meio da SEMTRAS organizou o Projeto CREAS nos

Bairros e para seu funcionamento e execução foram realizadas algumas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria do Centro de Artes e Esportes, Conselho Tutelar, CMDCA e DEAM.

Nesse contexto, cada instituição participou contribuindo de alguma forma. O referido Projeto foi executado diretamente por profissionais do CREAS, com o apoio dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos Bairros.

A SEMED disponibilizou logística e profissionais das escolas para a mobilização da comunidade escolar para discutir o tema do fenômeno da violência sexual e também participou dessa ação por meio do apoio técnico, pois trabalhou com *banners* e orientações sobre o fenômeno; a Secretaria do Centro de Artes e Esportes Unificados disponibilizou a praça e foram organizados grupos teatrais e *banners* com informações sobre a temática da violência; o Conselho Tutelar, o CMDCA e a DEAM fizeram parte da equipe que proferiram palestras e orientações sobre o fenômeno da violência sexual para a comunidade escolar juntamente com os profissionais do CREAS.

Outra ação em rede que aconteceu foi a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A realização deste evento foi de responsabilidade do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente com a parceria da SEMTRAS que disponibilizou a logística e recursos financeiros para a efetivação do mesmo e também contou com a participação de todos os órgãos que foram citados acima. Este evento foi de grande relevância, pois se constituiu um importante instrumento de mobilização e participação popular.

Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por finalidade garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência (convocação da sociedade civil organizada e instituições governamentais). (MPPA, 2018, p.18).

As ações desenvolvidas em rede propiciaram ao público conhecimento amplo sobre o fenômeno do abuso e exploração sexual: causas, consequências, tipo de pessoas envolvidas e mostraram para a comunidade escolar os serviços, os programas que são desenvolvidos fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos, com fomento à denúncia e notificação de casos ou suspeitas de abuso e exploração sexual contra as crianças e os adolescentes.

É sabido, que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, depende, sobretudo, da ação em rede, que é constituída por diferentes instituições, tal como preconiza o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) em seu eixo de Mobilização e Articulação.

Assim, a Rede de Enfrentamento:

[...] é uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), que deve potencializar e contribuir para que os conselhos de defesa de direitos elaborem políticas públicas intersetoriais de atendimento; sejam implementados serviços/ações, programas e projetos; estabeleçam-se formas de controle social efetivos; e se adotem estratégias que fomentem a participação das organizações da sociedade civil e da comunidade local (MOTTI; SANTOS, 2002, p..07).

Para além de articular e integrar serviços e ações, a rede deve ser organizada para os seguintes fins:

Atenções Primária, Secundária e Terciária: os níveis de atenção devem ser diferenciados, de acordo com o estágio de desenvolvimento da criança ou adolescente, da dinâmica familiar e dos níveis de violência (tipo de violência, duração, pessoas envolvidas etc.).

Referência e Contrarreferência: atendimento e encaminhamento para outras organizações que atuam em áreas específicas, de acordo com a necessidade da criança, do adolescente e da família, do tipo e da complexidade da violência vivenciada.

Proteção Jurídico-social – defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Buscar organizações que atuam na defesa de direitos, escritórios-modelo de universidades e outras parcerias, se não houver profissionais da área jurídica no serviço de enfrentamento à violência sexual.

Atendimento, de qualidade, de todos os casos de violência, sem exceção. Deve buscar a descentralização e a regionalização do atendimento, de forma a possibilitar que as crianças e os adolescentes sejam atendidos o mais próximo possível de suas residências.

Proteção imediata às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, bem como de suas famílias.

Imediato afastamento da situação de violência. Como define o artigo 130 do ECA, o agressor deve ser afastado no caso em que a moradia for comum.

Promoção da família: encaminhamento das famílias em situação de violência para serem atendidas pelas demais políticas sociais públicas, de acordo com o Plano de Intervenção, elaborado com a plena participação dos usuários, como protagonistas. O atendimento deve proporcionar autonomia e independência crescente das famílias nas dimensões econômica, social e cultural (MOTTI; SANTOS, 2002, p.8).

Nesta perspectiva, o foco de todo o trabalho na Rede de Enfrentamento é a proteção integral de crianças e adolescentes, o combate e a prevenção da violência sexual, mas para isso é necessário compreender que a trajetória está “longe do

caminho fácil das vias únicas, pois o trabalho em rede possui variados atalhos, favorece contatos em muitas direções, parcerias [...] apoios possíveis e tão próximos e tão ignorados quando atuamos individualmente” (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p.13).

4 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES – PARÁ E SUA PARTICIPAÇÃO NA REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nesta seção, apresenta-se a Rede Municipal de Educação de Breves – Pará, para compreender a sua participação na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, conhecer sua estrutura, bem como seu funcionamento e a quantidade de escolas que são mantidas pela entidade mantenedora, bem como descrever e interpretar tanto os dados dos documentos oficiais, quanto os da entrevista semiestruturada e assim elucidar por meio destes *corpus* as articulações da Rede Municipal de Educação com a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. E por fim, explicitar as ações de enfrentamento à violência sexual, promovidas pela Rede Municipal de Educação de Breves-Pará.

A precisão de descrever estes pontos acima se justifica nesta seção, devido pontualmente situar e analisar o objeto desta pesquisa que trata da Participação da Rede Municipal de Educação de Breves – Pará e compreender a sua atuação na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O suporte teórico que embasa esta seção está amparado com os seguintes autores: Alves (2011); Arroyo (2010), Caetano (2013), Cals (2015); Guará (2010), Guimarães Gadelha (2017), (1995); Hage e Reis (2018), Kruger e Silva (2013), Landini (2015), Melo (2010), Sacristán (2000) e Zabala (2010). Ademais, esta seção foi produzida a partir da análise dos seguintes documentos da SEMED: Propostas Curriculares Pedagógicas (urbana e rural), Plano Municipal de Educação, Programa Saúde na Escola, Lei do Sistema Municipal de Ensino, Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; e também a partir de entrevistas com Secretários de Educação, Diretora de Ensino e Técnicos Educacionais. Ademais utilizei: CONANDA (2010) e Resolução (170); Constituição Federal (1988); ECA (1990); PEEVSCA (2014); PNATE (2004); PSE (2015) e Rede de Proteção Social (2010).

4.1 Uma Breve Apresentação da Rede Municipal de Educação de Breves – Pará e sua Participação na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Foi com a aprovação da Constituição de 1988, que estados e municípios ficaram amparados legalmente para descentralizar a gestão da educação e passaram a ter autonomia para gerir a educação municipal. Sobretudo, a lei promove os municípios à condição de entes federados, permitindo a liberdade de organizarem seus sistemas próprios de ensino em colaboração com a União e os Estados.

Para tanto, a autonomia e liberdade, em conjunto com a municipalização, vieram ganhar mais força com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Foi a partir destes atos legais que os governos locais se tornaram os principais responsáveis pela oferta de ensino no município.

Com as condições adequadas para assumir a gestão da educação e a responsabilidade com o ensino, no ano de 1989, a SEMED foi instituída no município de Breves, por meio da Lei nº 1.533, de 06 de dezembro de 1989. É com base nesta, que a Secretaria Municipal de Educação de Breves versa sua competência de administrar as atividades educacionais desenvolvidas pelo município, com ênfase na Constituição Federal de 1988 e com o que preconiza a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, que em seu Art. 11 preceitua que os municípios incumbir-se-ão de:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Além dessas incumbências, é responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Breves seguir o que prescreve a Lei nº 2.248, de 10 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino:

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação é o órgão próprio do Sistema Municipal de Ensino para planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as atividades de ensino a cargo do poder público municipal no âmbito da educação básica (SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, 2012).

Dentre suas responsabilidades, o Art. 14 do Sistema Municipal de Ensino aponta suas competências enquanto entidade mantenedora:

Art. 14. À Secretaria Municipal de Educação compete:
I – Coordenar, administrar e ordenar todo o Sistema educacional do Município de Breves dentro do que preconiza as normas e diretrizes da educação nacional em vigor;
II – Desenvolver programas para adoção de estudos supletivos, convênios, cursos e outros meios para o desenvolvimento da educação;
III – Manter sob sua responsabilidade todas as suas Divisões, Diretorias e Coordenações constantes de seu organograma;
Parágrafo Único: As competências atribuídas às Divisões, Diretorias e Coordenações no inciso III deste artigo deverão estar determinadas no Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, regulamentado por meio de Decreto assinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal (SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, 2012).

Com relação à manutenção do ensino no âmbito municipal, seu compromisso determina-se nos seguintes pontos:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - Valorização do profissional da educação escolar;
VIII - Gestão democrática do ensino público;
IX - Garantia de padrão de qualidade;
X - Valorização da experiência extraescolar;
XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, 2012).

Em suma, além da SEMED seguir os preceitos das leis federais, estaduais e municipais, busca desenvolver um trabalho de cooperação com todas as instituições que estão sob sua égide e com os órgãos com quem trabalha indiretamente.

Ao longo de décadas baseada nos princípios legais, a Secretaria Municipal de Educação de Breves (SEMED) construiu sua história na educação do município e atualmente se localiza na Avenida Rio Branco nº 48 e sua estrutura de funcionamento é organizada de acordo com o anexo do Decreto nº 036/2011,

alcançado como organograma. Assim esta estrutura se compõe conforme a Tabela 1.

Quadro 8 - Organograma Estrutural dos setores da SEMED

Assessoria Jurídica	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		Chefe de Gabinete
Assessoria de Comunicação e Eventos			Admin. do prédio da SEMED
Arquivo da Educação			
Diretoria Administrativa Financeira-DAF	Diretoria de ensino – DEN	Diretoria de Educação do Meio Rural - DEMR	Diretoria de Assistência ao Estudante – DAE
Divisão de Finanças-DIFIN	Equipe Técnica e Articulação Pedagógica	Divisão do Distrito de Antônio Lemos – DDAL	Divisão de Patrimônio e Material Escolar DIPAM
Divisão de Contabilidade-DICON	Divisão de Esportes, Artes e Lazer-DEAL	Divisão do Distrito de Curumú - DDC	Divisão de Alimentação Escolar – DIALE
Divisão de Lotação-DILOT	Divisão de Estatística e Censo Escolar DECES	Divisão do Distrito de São Miguel – DDSM	Divisão de Transporte Escolar – DITES
Divisão de Recursos - DRH	Divisão de Projetos e Programas Financiáveis – DIPROF	Divisão do Distrito de Sede Rural – DPSR	Divisão de Manutenção e Construção – DIMACRO
Divisão de Tecnologia – DITEC	Divisão de Educação de Jovens e Adultos DEJA	Divisão de Ensino Modular Rural – DEMR	Almoxarifado
Arquivo da Educação			

Fonte: SEMED/BREVES.

A Secretaria Municipal de Educação é composta de 04 principais Diretorias: Diretoria Administrativa e Financeira (DAF), Diretoria de Ensino (DEN), Diretoria de Educação do Meio Rural (DEMR) e Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE), onde cada uma possui suas respectivas divisões, atribuições e competências.

Com o passar dos anos foram criados outros setores para atender a demanda da educação no município. Um exemplo disso é o Centro de Atendimento Educacional Especializado Halleff Pinheiro Vasconcelos, comumente chamado de Centro Halleff, foi criado e organizado para trabalhar com a educação especial no

município de Breves. É um órgão vinculado: pedagógica, financeira e administrativamente à Secretaria Municipal de Educação.

Em se tratando de funcionamento da SEMED, este acontece nos dias úteis da semana, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 8h00 às 14h00 para o público, sendo que a partir das 14h00, fica restrito aos trabalhos internos. Somente os Distritos fazem uma jornada de trabalho de 8 horas de atendimento para o público que reside no meio rural, devido às dificuldades de transporte que cada cidadão enfrenta para chegar até a cidade de Breves, sendo que algumas pessoas passam até 24 horas viajando de barco para chegar na sede do município.

A SEMED atualmente tem sob sua responsabilidade, um total de 269 escolas, sendo que 29 dessas instituições educativas estão localizadas no meio urbano e atendem: Educação Infantil (creche e pré-escolas), anos iniciais (1º ao 5ºano) e (6º aos 9º anos finais). E, na educação do campo existem 240 escolas distribuídas em quatros Distritos: Antônio Lemos, Curumú, São Miguel e Sede Rural,⁸ atendendo como maior demanda os anos iniciais e finais do fundamental.

Quadro 9 - Demonstrativo da quantidade de escolas no meio urbano.

Descrição	Escolas	Total
Educação Infantil	08	29
Anos Iniciais	11	
Anos Finais	10	

Fonte: SEMED/BREVES

O Quadro 09 mostra apenas os números de escolas do meio urbano que possuem estruturas de funcionamento próprio para cada nível de ensino, porém existem escolas que funcionam com mais de um nível de ensino. Por exemplo, há escolas que agregam educação infantil e anos iniciais e outras onde funcionam os anos iniciais e finais juntos, bem como existe uma escola de porte grande que oferece ensino desde a educação infantil até o nível médio.

No meio rural, quando se trata de estrutura física de escola, a dinâmica é diferenciada, apesar de o município ter construído nos últimos 10 anos, um quantitativo de 110 escolas. Ainda assim, há um número considerável de escolas que funcionam com turmas multissérie/multiano, estas por sua vez, são salas de

⁸ Sede Rural é uma nomenclatura utilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Breves para indicar que esse Distrito fica mais próximo do meio urbano.

aulas que agregam diferentes níveis de ensino em uma mesma turma. Além disso, a carga horária para ministrar aulas fica na responsabilidade de apenas um docente, para dar conta da educação infantil, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano. Isto quem afirma é Cals (2015. p. 47) que destaca [...] “que há um número considerável de escolas multisseriadas com um professor ensinando crianças de várias séries ao mesmo tempo” [...].

Os pesquisadores e estudiosos da área da Educação do Campo, destacam que:

Por encontrarem-se distantes das sedes dos municípios, elas são denominadas de escolas isoladas e terminam por organizar-se sob a forma de (multi) seriação, como justificativa dos gestores públicos para o atendimento dos estudantes dos territórios rurais nas próprias comunidades em que vivem [...]. (HAGE; REIS 2018, p. 04).

Ainda Hage e Reis (2018) mencionam que:

[...] há situação em que um professor atende concomitantemente estudantes de várias séries em uma mesma sala de aula – constitui a forma precária, viável e exequível que o modelo seriado de ensino encontrou para se concretizar e manter sua hegemonia nos territórios rurais (HAGE; REIS, 2018, p.79).

Sobre a realidade das escolas no município de Breves, Cals (2015) explica

Que a maioria das escolas existentes na região marajoara é muito precária, funcionam em locais improvisados e são tão diversificadas quanto os contextos locais existentes na ilha. Podem ser encontradas em seu vasto território, escolas de vilas de madeireiros, escolas que funcionam na casa de comunitários e professores, nos salões de festas, nas igrejas católicas e evangélicas etc. (CALSA, 2015, p. 47).

Para tanto, apresentam-se no Quadro 10, os números atuais fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação:

Quadro 10 - Demonstrativo da quantidade de escolas no Meio Rural.

Distritos	Nº de escolas	Nível de Ensino	Total
Sede Rural	36	Educação Infantil	240
São Miguel	72	Anos iniciais	
Antônio Lemos	42	Anos finais	
Curumú	90	EJA	

Fonte: SEMED/BREVES

Acrescente-se a essas informações, que o maior número de escolas que o município de Breves possui se concentram no meio rural: são 240 escolas distribuídas em quatro Distritos, assim como já foi especificado no Quadro 09. O local que possui o maior número de escolas é o Distrito do Curumú com 90 unidades educacionais que correspondem a 269 turmas. O Distrito de São Miguel possui 72 escolas que correspondem a 187 turmas. O Distrito de Antônio Lemos possui 42 escolas que totalizam 118 turmas e por fim, o Distrito Sede Rural possui 36 escolas que somam 146 turmas.

Caetano (2013, p.75) apontou que “a distância da cidade de Breves aos distritos pode levar em média até de 2h a 15h”, conforme destacou:

Breves - Antônio Lemos: em torno de 5h;
Breves - Curumú: aproximadamente 9h;
Breves - São Miguel: de 12 às 15h;
Breves - Sede Rural: de 20 min. a 2h.
(CAETANO, 2013, p. 75).

Sobre essas distâncias, a autora ainda destaca que “devido a essas distâncias algumas escolas que estão sob a responsabilidade do Município de Breves, encontram-se a 15 horas longe da cidade, muitas ficam até mais próximas do Estado do Amapá do que da cidade de Breves” (CAETANO, 2013, 0. 76).

Na Figura 02, mostra-se o modelo da escola padrão construída em alguns Distritos do meio rural.

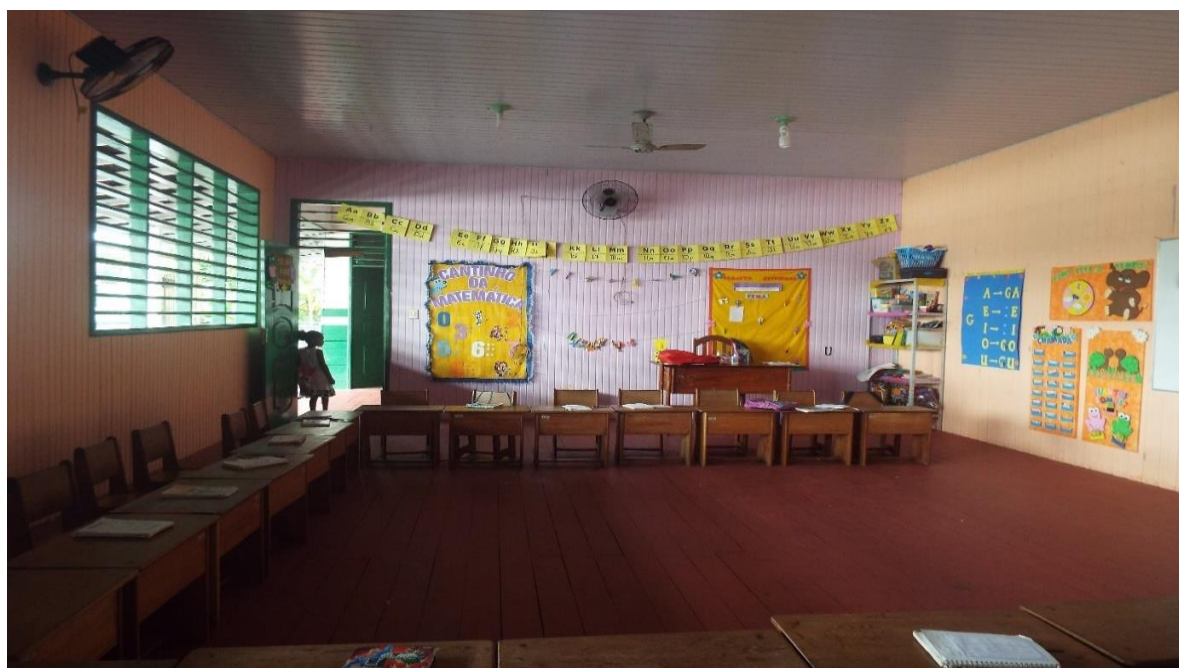
Figura 2 - EMEF Alípio Garrido Caramês, modelo de escola padrão no meio rural.



Fonte: Arquivo da autora

Esta é a EMEF Alípio Garrido Caramês e fica localizada no Distrito Sede, bem próximo da cidade de Breves e atende educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos, com funcionamento nos turnos matutino e vespertino.

Figura 3 - Estrutura de uma das salas de aula de EMEF Alípio Garrido Caramês.



Fonte: Arquivo da autora

Figura 4 - EMEF Ideal localizada no Distrito Curumú, no meio rural.



Fonte: Arquivo da SEMED

Figura 5 - Estrutura física da EMEF Ideal.



Fonte: Arquivo da SEMED

Figura 6 - Sala de aula da EMEF Ideal com alunos, no meio rural.



Fonte: Arquivo da SEMED

Assim, foram expostos dois tipos de estrutura de escolas que fazem parte do cenário educacional do meio rural, no município de Breves. No entanto, é importante destacar que a maioria das escolas que não passaram por uma reforma, possuem uma estrutura precária e ainda é possível mencionar que as salas de aulas

evidenciam a hegemonia de um modelo de seriação de ensino. E que este tipo de organização da educação é um grande desafio para qualquer gestor municipal.

4.2 – As Articulações da Rede Municipal de Educação com a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Na atual conjuntura que vivemos, presenciamos violência contra crianças e adolescentes todos os dias, sejam elas físicas, psicológicas ou verbais. Por isso, as instituições e ONG's necessitam realizar um trabalho em conjunto, de forma que venham planejar, articular e organizar ações em prol de crianças e adolescentes que vivem e convivem com a prática de abuso ou exploração sexual.

Mas para isso, é necessário que as envolvidas, sejam elas instituições públicas, privadas ou ONG's, estejam em total sintonia para que o trabalho flua. Este compromisso entre os órgãos intersetoriais se transformou em parcerias, onde ocorrerá o compromisso com as causas das vítimas de violência sexual e conseqüentemente se desenvolverá entre os pares, a responsabilidade de se buscar caminhos para solucionar a problemática. Com efeito, é assim que se constitui uma Rede de Proteção Social.

A elucidação de Melo (2010) sobre o trabalho em rede, afirma que:

Tecemos a rede com novos fios, entrelaçamentos e parceiros para buscar novos saberes e conhecimentos. Afinal, a criança, o adolescente e a família têm pressa, e nós, tecelões do social, estamos redesenhando novos arranjos, costurando e amarrando novas redes e novos parceiros-atores sociais a favor da justiça e da proteção social. Afinal, a vida e a dignidade da população Infantojuvenil tem pressa (MELO, 2010, p. 66)

Neste contexto, se entendeu a importância de um trabalho no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes de forma organizada e articulada. Neste trilhar, a Secretaria Municipal de Educação de Breves (SEMED) dentre as suas diferentes funções enquanto instituição mantenedora do ensino, já realiza um trabalho intersetorial e integrado com outras instituições municipais. Referente a isso, a seguir destaquei da entrevista uma fala que registra essa questão de intersectorialidade:

[...] nós começamos um trabalho a partir do diálogo com a SEMTRAS [...] a gente articulou com o Conselho do Direito da Criança e do Adolescente e

também com o Conselho Tutelar, então a gente iniciou um diálogo levando a problemática que estávamos enfrentando no município, principalmente as manifestações das escolas no que diz respeito a exploração e abuso de crianças, então a gente buscou esses órgãos para ajudar a gente neste combate (LUCYJANE BEZERRA – entrevista concedida em 02.10.20).

A busca de ajuda com os órgãos que são referências na proteção social de crianças e adolescentes é a decisão correta a ser tomada, pois esses órgãos são a porta de entrada para dar encaminhamento aos processos de violação dos direitos desta população, prescritos em lei.

Um trabalho que vise ações conjuntas tem como princípio norteador o conhecimento acerca da problemática (neste caso a violência sexual contra crianças e adolescentes), pois, somente com este conhecimento, se pode planejar, articular e implementar ações em prol da proteção social da população infantojuvenil. Posto isso, é importante que se articule com os órgãos e profissionais que objetivem a proteção integral da criança e do adolescente; e que esta proteção esteja fundamentada e firmada em pressupostos éticos e políticos, assumida por cada participante, sejam pessoas, instituições e/ou ONG's.

A Rede de Proteção Social concebe relações mais horizontalizadas e exige

A disposição para uma articulação socioeducativa; Abre-se para acolher a participação de várias políticas públicas setoriais; Derruba limites de serviços que agem isoladamente; Inclui a participação da sociedade, comunidade, famílias; e Acolhe o território onde se localizam as crianças e os adolescentes (GUARÁ, 2010, p.13).

A autora ainda ressalta que quando se trata de articulação, é sobretudo, “fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem uma ação coletiva concreta na direção do bem comum” (GUARÁ, 2010, p. 13).

Neste sentido, a partir do ano de 2017, a SEMED passou a desenvolver um trabalho coletivo com a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), por meio do Programa Saúde na Escola (PSE). Este é um programa do Governo Federal que objetiva “contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, de prevenção e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e de jovens da Rede Pública de Ensino” (PSE, 2015 p. 20). Assim:

[...] foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, fruto do esforço do governo federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse contexto, as políticas de Saúde e Educação voltadas às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos da educação pública estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno deste público (PSE, 2015, p.08).

A adesão ao Programa no município de Breves aconteceu no ano de 2017, com a celebração de Acordo entre as partes:

Termo de Compromisso Municipal - que firmam as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação do BREVES, representadas pelos(as) seus Secretários (as) de Saúde e Educação, para pactuar e formalizar as responsabilidades e metas inerentes à execução do Programa Saúde na Escola, nos territórios de responsabilidades, objetivando o desenvolvimento das ações de promoção e atenção à saúde e de prevenção das doenças e agravos relacionados à saúde dos escolares, para recebimento de recursos financeiros e materiais.

O Município de BREVES, por intermédio da Secretaria de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 02967936000111, e de Educação, inscrita no CNPJ sob nº 31393712000141, neste ato representado pelos seus Secretários de Saúde A.J.S.C.[...] e a Educação D.A.S.R. [...] considerando o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e 205, as Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, o Decreto nº 7.508/2011, e considerando o que dispõe o Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola - PSE, celebram o presente termo de Compromisso Municipal/do Distrito Federal, formalizando as metas das ações de promoção e atenção à saúde e de prevenção das doenças e agravos relacionados à saúde dos escolares da Educação Básica da Rede Pública de Ensino e a formação permanente de profissionais de saúde e educação, nos seus territórios de responsabilidades (BREVES-SEMED, TERMO DE COMPROMISSO MUNICIPAL, 2017).

Para o desenvolvimento do Programa, o gestor municipal escolheu três pessoas para coordená-lo, por Secretaria. Desta forma, a primeira faz parte da Secretaria Municipal de Saúde, a segunda da Secretaria Municipal de Assistência Social e a terceira da Secretaria Municipal de Educação. Após isso, é feito um comunicado às escolas para participarem do Programa, por meio de um ofício circular.

Neste documento, é feita uma breve apresentação do PSE, e a decisão de participar do Programa fica a cargo de cada unidade de ensino. A escola que decidir participar é convocada para uma reunião. No encontro, acontece um diálogo entre as partes, momento este em que é explanado o objetivo e como se desenvolverão as ações do Programa. Todo esse processo fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Para tanto, a função da SEMED foi dar suporte na logística, nos materiais e organizou as escolas para receber o Programa. Enquanto que a SEMSA organizou a o cronograma com as ações e disponibilizou os profissionais que atuaram nas escolas. Assim, as ações foram desenvolvidas com os discentes, bem como para os profissionais do âmbito escolar.

Nas orientações do Programa se asseguram os apontamentos de como agir nas escolas, bem como orientações básicas:

Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os educandos, e também com professores e funcionários, precisa ter como ponto de partida “o que eles sabem” e “o que eles podem fazer”. É preciso desenvolver, em cada um, a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida. Desse modo, profissionais de Saúde e de Educação devem assumir uma atitude permanente de emponderamento dos princípios básicos de promoção da saúde por parte dos educandos, professores e funcionários das escolas. (BRASIL, 2015, p.06)

Outrossim, considerando as vinte e cinco ações do Programa e suas estratégias a serem abordadas a partir de temas considerados prioritários para a implementação da promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto escolar, destacam-se a “Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), direito sexual e reprodutivo e prevenção das DSTs/AIDS” (BRASIL, 2015, p.26). A finalidade desta ação é similar ao enfoque desta pesquisa, pois, visa trabalhar na escola quanto ao enfrentamento à violência sexual e prevenção desta. Além disso, visa esclarecer a comunidade escolar quanto ao direito da dignidade sexual de crianças e adolescentes.

E com relação a articulação entre SEMSA, SEMTRAS e SEMED por meio do PSE, a Diretora de Ensino que atuava na época, nos concedeu entrevista e acentuou que “[...] a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, em que trabalhamos Saúde na Escola, esse programa foi muito eficiente no sentido de trabalhar essa temática junto as famílias e junto com os alunos, então foi programa que favoreceu” (LUCYJANE BEZERRA).

Este programa desenvolveu ações com educandos mediante práticas de promoção da saúde, prevenção de doenças e teve como estratégia a articulação entre as equipes de saúde e as escolas do município de Breves. Neste contexto,

realizou doze ações preconizadas pelo PSE, planejadas em conjunto pelas equipes da unidade de saúde e da escola e que são:

I. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*; II. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas; III. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos; V. Prevenção das violências e dos acidentes; VI. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação; VII. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor; VIII. Verificação e atualização da situação vacinal; IX. Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;(PSE, 2015, p.03).

Na entrevista concedida acima, percebe-se a importância de um trabalho coletivo e articulado entre o setor educacional e o setor de saúde. Ainda que não se reconheça, vivemos no serviço público e principalmente entre as instituições, em um trabalho fechado em si, prevalecendo sempre o trabalho individual. Porém, os novos desafios e inesperados problemas que acontecem cotidianamente, nos direcionam para um caminho adverso do individual. A realidade que nos cerca, fica cada dia mais complexa e exige um olhar mais amplo das situações e com isso precisamos superar essa visão de instituição fechada e abrir espaço para o diálogo.

Com efeito, o trabalho em rede tem esta prerrogativa, que possibilita aos setores a integração e compartilhamento de ações, dando condições imprescindíveis para que seja garantida a proteção integral de crianças e adolescentes, assim como prevê o ECA. Todavia, se “reforça a ideia de que agir em redes multi-institucionais altera radicalmente a arquitetura da gestão pública tradicional” (REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, 2010, p.09)

A articulação da SEMED também aconteceu com um órgão Estadual Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), esta ação foi possível conhecer por meio da entrevista com a Lucyjane Bezerra, a qual citou, que foi a partir do contato da SEMTRAS que aconteceu a parceria entre SEMED e SEASTER. Assim, destacou “[...] tivemos a visita de uma das coordenadoras, que estava na linha de frente desse combate à exploração sexual, ela esteve no município, então ela colocou toda a importância da elaboração do plano de enfrentamento” (LUCYJANE BEZERRA).

A parceria entre as esferas Estadual e Municipal é uma articulação que é amparada pelo Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2014). Com efeito, o plano traz no eixo da prevenção,

como estratégia “ampliar a ação preventiva mediante a realização de oficina temática nos municípios e articulação junto ao profissional de saúde e outros setores” [...] (PEEVSCA, 2014, p.14).

Toda ação que envolve a realização de um trabalho no coletivo, exige dedicação exclusiva. Constatei isso com o trabalho desenvolvido entre SEMED, SEMTRAS e SEMSA, quando colocaram em prática o que regem as normas estabelecidas pelo Selo UNICEF, cuja primeira adesão aconteceu em 2009 e se realiza até os dias atuais.

Neste contexto, destaca-se abaixo o relato da técnica Valcilene Gama, que fala acerca da articulação do Selo UNICEF, no município de Breves, sendo que a entrevistada foi técnica de referência do Selo UNICEF na sede do município e possui um conhecimento acentuado sobre o funcionamento das ações desenvolvidas naquele Programa, principalmente quando se trata do envolvimento da SEMED quanto ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes:

O município de Breves fez adesão ao selo UNICEF, que historicamente é coordenado por um técnico da Secretaria Municipal de Educação, então todas as ações voltadas para o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente no município, ela inicia pela SEMED, isto quando esse trata do envolvimento das escolas, dos professores, dos vetores aí quem toma frente é a secretaria. Então como a SEMED sempre disponibilizou uma pessoa para ficar de articuladora do selo, essas outras instituições elas passaram a partir de 2009 a ser convocados através do selo UNICEF, mas assim, não chega se configurar como uma rede [...], consistente porque ficou muito assim no campo de eventos pontuais, tipo 18 de maio, vamos mobilizar as escolas, mobilizar as secretarias e vamos fazer uma caminhada, vamos até uma determinada instituição e promover palestras, seminários ficou muito assim, centrado em ações pontuais [...] (VALCILENE GAMA – entrevista concedida em 19.08.20).

É realidade que os Programas do Governo que desenvolvem ações voltados à política de proteção a crianças e adolescentes são executados em tempos determinados, ou seja, chegam em determinado local, realizam suas ações e deixam seu legado para que o município possa dar continuidade nas ações que foram desenvolvidas. O certo seria, que a cada finalização de um Programa desenvolvido em escola ou comunidade ribeirinha, deveria haver interesse dos órgãos governamentais para fiscalizar e cobrar junto ao gestor municipal para que dessem continuidade nas atividades dos Programas desenvolvidos no município.

Para isso, uma das metas do Selo UNICEF nos municípios em que atuou é a formação para todos os envolvidos.

Para isso acontecer, a Prefeitura e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) mobilizam pessoas e organizações dos diversos setores da sociedade civil, tais como crianças, adolescentes, famílias, escolas, serviços públicos, conselheiros tutelares, comunidades locais e tradicionais, grupos religiosos, culturais e esportivos, veículos de comunicação e empresas, num movimento indispensável para o sucesso da iniciativa.

O UNICEF promove a capacitação de gestores e técnicos municipais, conselheiros de direitos e adolescentes, visando contribuir com a qualificação de sua atuação nos processos de elaboração, execução, monitoramento, avaliação protagonismo juvenil e controle social de políticas públicas intersetoriais (GUIA METODOLOGICO, UNICEF 2017-2020, p. 10)

Neste contexto, a educação vem aparentemente desenvolvendo atividades “pontuais” e isto, quem afirma é a técnica Valcilene Gama, que coordenou o Selo UNICEF e acompanhou por bastante tempo o desenvolvimento da temática da violência sexual nos contextos educativos. Assim pontua que:

[...] ficou muito assim no campo de eventos pontuais do tipo 18 de maio e vamos mobilizar as escolas, mobilizar as secretarias e vamos fazer uma caminhada, vamos até uma determinada instituição e promover palestras, seminários ficou muito assim centrado em ações pontuais (VALCILENE GAMA – entrevista concedida em 19.08.20).

Esta fala se refere à aplicação do Programa UNICEF nas instituições educativas em Breves, em que se percebe a fragilidade da atuação da educação na Rede de Enfrentamento, de acordo com a entrevista acima. Assim, é aconselhado que as escolas realizem práticas pedagógicas com frequência, não somente no período da atuação dos Programas de Governo, tampouco só na data alusiva ao dia 18 de maio e sim contextualizar a temática nas diferentes áreas, por meio da interdisciplinaridade, sendo que a escola tem papel fundamental de prevenir, identificar e realizar ações no enfrentamento da violência sexual.

Para tanto é importante destacar, o Selo UNICEF tem suas atuações são pontuais, porque em sua natureza administrativa não tem objetivo de se firmar apenas em um local. A função deste órgão consiste em se dedicar exclusivamente, em um período determinado, dentro de cada município, para garantir que a infância e a adolescência sejam prioridade nas políticas públicas.

Com efeito, cada etapa realizada no Selo requer dedicação e muito diálogo por parte de quem coordena, bem como da equipe de pessoas e órgãos envolvidos, neste caso, a SEMED, SEMSA, o Conselho Tutelar, o CMDC e comunidade escolar.

Assim, o município assume os seguintes compromissos:

[..] elaborar um diagnóstico da situação da população de 0 a 18 anos incompletos e um Plano Municipal de Ação para enfrentar os principais problemas que afetam essa população nos territórios, sempre de forma participativa. Os municípios também se comprometem a desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, proteção e participação social de crianças e adolescentes e a monitorar os resultados alcançados por meio de indicadores e de debates em fóruns comunitários (GUIA METODOLÓGICO SELO UNICEF, EDIÇÃO 2017-2020, p. 09).

Prioritariamente o Selo trabalha com o propósito de fortalecer as políticas públicas e reduzir as desigualdades que afetam a vida de crianças e de adolescentes brasileiros que vivem na Amazônia e no Semiárido. Assim, está articulado com as esferas estaduais e federais, na perspectiva de reduzir as disparidades regionais (GUIA METODOLÓGICO SELO UNICEF, EDIÇÃO 2017-2020).

O UNICEF é um órgão não governamental que busca garantir que os direitos de crianças e adolescentes sejam respeitados e efetivados. Por conseguinte, todos os órgãos que atuam no campo da defesa e proteção de crianças e adolescentes de forma direta ou indireta, obedecem a leis, decretos, normas ou plano instituído no Brasil. Além de que, para a atuação destas entidades, em cada município deverão efetivar a inscrição de seus programas, obedecer às regulamentações do CMDCA que registra a inscrição, faz comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária local.

Estas regulamentações advêm de um processo histórico construído com base nas leis que amparam crianças e adolescentes. Como resultado deste construto histórico, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 227 elegeu a criança e o adolescente como prioridade absoluta no desenvolvimento de políticas, programas e ações com o objetivo de atendê-los em seus direitos fundamentais e após este marco legislativo, foi instituído o ECA em 1990, cujas especificações são exclusivas na proteção integral da infância e juventude, além de reafirmar em seus Artigos 4º, 5º, 18 e 101, os direitos garantidos na Constituição Federal.

Estas duas leis brasileiras foram um grande avanço na área da infância e juventude, como também:

[...] na construção e na implantação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que trouxe três grandes eixos: promoção, defesa e controle social. Por meio da articulação entre sociedade civil organizada e Estado, o ECA viabilizou mecanismos legais para a efetivação dos direitos infantojuvenis (PNPI, 2020, p.09).

No encadeamento de entidades que trabalham na área de proteção da infância e juventude, se destaca o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Este Conselho é amparado pela Lei nº 8.242 de 1991, é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, o que está mencionado no artigo 88 da Lei nº 8.069/90 (ECA).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) possui uma importante atribuição, pois é o órgão responsável em:

[...] definir as diretrizes que orientam a Política de Atenção Integral e o acompanhamento e controle das ações que põem essa política em prática. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também têm seus respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, com o nacional, formam uma rede de imensa capilaridade (PNPI, 2020, p.21).

Estas diretrizes regem a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no solo brasileiro. Por conseguinte, as ações realizadas pelos órgãos governamentais e não-governamentais são fiscalizadas pelo CONANDA, para além disso, existem outras atribuições deste órgão, a citar:

São atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar sobre a política da área, incluindo a gestão orçamentária do Fundo e o monitoramento do orçamento governamental correspondente. Também compete aos Conselhos fiscalizar as ações, projetos e programas implementados; estruturar e apoiar os Conselhos Tutelares, no caso dos Conselhos Municipais; registrar as entidades e programas de atendimento governamentais e não-governamentais; divulgar e sensibilizar a sociedade sobre os direitos da criança e adolescente (CONANDA, 2010, p.23).

De acordo com o exposto, é possível perceber a grande importância do CONANDA nas ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A lei acima citada, que institucionalizou o CONANDA, menciona que a “composição paritária integrada por 28 conselheiros, sendo 14 representantes do

Poder Executivo e 14 representantes de entidades não-governamentais[...]” (LEI Nº 8.242/1991). No entanto, no Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro aconteceram algumas alterações na composição do CONANDA, por meio do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, afetando consideravelmente o funcionamento deste.

Com as alterações, o CONANDA passa a contar com nove representantes titulares de entidades não governamentais e mais nove de entidades governamentais, cada um dos 18 titulares terá um suplente indicado ou eleito. Antes, o Conselho era composto por 28 integrantes com o mesmo número de suplentes. Outra mudança foi observada no âmbito da escolha dos novos representantes da sociedade civil, que serão escolhidos entre os indicados por entidades não governamentais que já atuem na proteção dos direitos da criança e do adolescente em âmbito nacional (RODRIGUES, 2019).

Não obstante, as organizações serão escolhidas em processo seletivo público, segundo regras elaboradas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Pelas regras anteriores, os representantes da sociedade civil eram escolhidos com base no resultado da votação. As 14 vagas de titulares eram ocupadas pelos indicados pelas entidades mais votadas e as demais organizações com maior número de votos ficavam com as 14 vagas para suplentes. Em suma, o Decreto publicado também proíbe a reeleição dos representantes da sociedade civil ao fim do mandato de dois anos, bem como fica determinado que as reuniões ordinárias passam a ser trimestrais, em vez de mensais (RODRIGUES, 2019).

Estas mudanças demonstram um grande retrocesso no âmbito de formação, estruturação e funcionamento do CONANDA, bem como afetam consideravelmente o implemento das políticas públicas destinadas à proteção das crianças e adolescentes. Contudo, já existe o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 608/2019 que pede a anulação do Decreto nº 10.003/2019, mas que ainda está em tramitação.

E de acordo com o que regem as leis federais e normas do CONANDA, em 30 de abril de 2015, o Prefeito do município de Breves, José Antônio Azevedo Leão reformulou a Lei Municipal nº 1.579/1991, que trata sobre a Política dos Direitos das Crianças e do Adolescente [...] para adequação à Lei Federal nº 12.696 /2012 e Resolução nº 170 do CONANDA, passando a vigorar a Lei nº 2.384/2015.

Na Lei 2.384/2015, o Art. 7º determina a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Dada a sua importância e

incumbência é um órgão permanente, deliberativo e controlador das ações e políticas de atendimento à infância e à juventude. A composição deste Conselho é paritária e nesta, a Secretaria Municipal de Educação indica dois técnicos de carreira para fazer parte do Conselho; assim, seguem o calendário proposto pelo CMDCA e participam de toda demanda de trabalho realizado no setor.

Outra articulação importante que acontece no município de Breves foi o projeto intitulado CREAS nos Bairros. Esta ação é promovida pela SEMTRAS e executada pelos Centros de Referência de Assistência Social dos Bairros e Centros de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e tem a parceria da SEMED, SEMSA, CMDCA, PROPAZ/DEAM/DEACA, Conselho Tutelar; Escolas e Unidades de Saúde (agentes comunitários sociais).

Este projeto foi implantado no município de Breves em 2010 e sua execução perdura até os dias atuais. Ele foi idealizado com base no Programa Sentinela, que foi um programa do Governo Federal implantado nos municípios e que ofereceu:

[...] um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Amparado por legislação Federal este programa foi incorporado ao Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra a Criança e Adolescente, ofertado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS (PORTARIA Nº 878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2001).

Os objetivos em implementar esta ação no município, foi orientar a comunidade em geral sobre a responsabilização dos agressores e a omissão da população mediante as violações de direitos; empoderar os munícipes sobre a importância de denunciar os casos de violência sexual e do acesso à rede de serviços no município, bem como articular e fortalecer a rede de serviços e políticas públicas em Breves.

Com efeito, toda demanda voltada à proteção social de crianças e adolescentes requer uma postura política, seja dos gestores públicos (atores internos) que trabalham na perspectiva de cumprir o que rege as leis, seja a participação da sociedade civil (atores externos) para quem se destina a legislação. Além dos esforços em conjunto, é necessário empenho para uma articulação eficaz, pois do contrário, a política se atenua e perde sua legitimidade.

Na primeira vez que o CREAS trouxe este projeto a público, no mês de maio de 2010, houve uma participação em massa da população e até os dias atuais, a sociedade local e os órgãos responsáveis pela proteção social da infância e juventude participam desta mobilização. Esta ação acontece na semana em alusão ao dia 18 de maio.

Com efeito, toda a atuação em articulação no setor público tem sua relevância. Para Guará (2010, p.13), “articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum”.

É inevitável quando acontece o trabalho articulado entre órgãos fundamentais para se atingir um objetivo maior, a tendência a favorecer contatos, trazer novas ideias, novos conhecimentos e apoios possíveis de órgãos e pessoas especializadas, levando a gente a refletir sobre a competência de cada órgão ou instituição a ter um trabalho fechado em si, sem dar a devida importância ao outro, o que pode levar a ações superficiais ou isoladas sem que se cumpra de fato a real finalidade. Guará (2010, p.13) afirma que “o movimento em direção ao outro pode trazer boas surpresas quando se descobrem recursos e apoios possíveis tão próximos e tão ignorados quando atuamos individualmente”.

4.3 - As ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes promovidas pela Rede Municipal de Educação de Breves-Pará.

Indubitavelmente, as perspectivas de trabalho de uma Secretaria de Educação, sobretudo as estruturas administrativas para uma governança devem ser cuidadosamente organizadas para que seus objetivos sejam efetivamente alcançados. E ao tratar do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, as ações em prol desta problemática devem ser atenciosamente discutidas, planejadas e organizadas, por se tratar de um problema complexo e de difícil enfrentamento. Ademais, se encontra inserido em nosso contexto histórico social e percorre caminhos conflituosos, assim, precisa de cautela em sua operacionalização para que se tenham resultados exitosos.

A saber, a Secretaria Municipal de Educação de Breves tem se organizado de diferentes formas para trabalhar o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois, no momento de análise dos dados, identificou-se diferentes ações que foram realizadas que neste texto vamos designar como categorias. Para tanto, criou-se uma classificação e assim, organizei separadamente cada uma, para compreender de que forma as ações foram realizadas.

Neste sentido, as categorias de ações encontradas foram 1) Parcerias para trabalhar a formação com os profissionais da educação; 2) Palestras nas escolas; 3) Campanhas alusivas ao dia 18 de maio; 4) Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente do município de Breves; 5) A temática da violência sexual contra crianças e adolescentes nas propostas curriculares.

1. Parcerias para trabalhar a formação com os profissionais da educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Breves, ao longo dos anos, veio mantendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e com isso tem se preocupado em proporcionar aos profissionais da educação momentos de formação e reflexão acerca do fenômeno da violência sexual. A busca por parceiras se justifica devido estes órgãos possuírem um quadro de profissionais capacitados, que trabalham com os diferentes tipos de questões sociais, das mais simples às mais complexas.

Para além disso, a SEMED, segue o que prescreve a Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015, do Plano Municipal de Educação (PME) na meta 8, estratégia 4.9.2 em que determina:

Garantir em parceria com as secretarias municipais formação continuada permanente aos profissionais da educação básica que atuam em escolas do campo sobre Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Relação escola-comunidade, Diversidade, Educação do Campo, Sexualidade e Educação Inclusiva, Pesquisa, Identidade do educador do campo, politização, a cada dois anos (PME, 2015, p.167)

Desta feita, o município fez parcerias com algumas instituições que se propuseram a discutir a temática da violência sexual. Com isto, durante a entrevista com os técnicos pedagógicos, tomei conhecimentos relevantes sobre as ações que a SEMED desenvolveu, acerca da formação continuada.

A LDB de 1996, em seus Arts. 61 a 67, faz menção a diferentes tipos de formação que o profissional do magistério deve ter em sua carreira. Dentre as diferentes passagens no texto, menciona a formação inicial perpassando pela formação continuada. Percebe-se que a Carta Magna não faz referência quanto aos procedimentos de como a formação continuada deve ser trabalhada e com que frequência. Logo, cabe à instituição mantenedora do ensino no município assumir essa responsabilidade de formação junto a seus profissionais, já que o Plano Municipal de Educação (2015) menciona em “garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores [...]” (PME, 2015, p. 154), portanto é uma prerrogativa do município essa responsabilidade.

Nesse íterim, pelo fato do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes serem pautas de indagações nas instituições educativas, a SEMED buscou parceria com os profissionais da SEMTRAS e isso identificou-se na entrevista que tratou acerca das formações que aconteceram:

[...] a primeira formação aconteceu com os coordenadores pedagógicos, para que os coordenadores pedagógicos alcançassem os professores e assim os professores pudessem ter instrumentos para alcançar as crianças e assim identificar casos de abuso e exploração das crianças. (LUCYJANE BEZERRA - entrevista concedida em 02.10.20)

Por muito tempo, o trabalho do coordenador pedagógico se limitou apenas à atividade de supervisor escolar. Na atual conjuntura, esta função ganhou uma nova compreensão, ampliando-se para a gestão pedagógica da escola. O coordenador pedagógico é “um técnico articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandiosamente para o sucesso das entidades de ensino” (OLIVEIRA; GUIMARAES, 2013, p. 95).

Sendo assim, é compreensível que para desenvolver um trabalho consistente, este profissional precisa de uma formação continuada e consolidada, capaz de dar suporte para o trabalho a ser desenvolvido na escola. Assim, os desafios encontrados no cotidiano escolar não são poucos; e quando se trata do fenômeno da violência sexual, não é assunto simples de se abordar pela forma como ocorrer, os obstáculos que se encontram e os tabus que o cercam. Portanto, em decorrência de algumas suspeitas que as escolas do município de Breves demonstraram ter, a

SEMED proporcionou a formação desses profissionais em diferentes momentos, com a parceria da SEMTRAS.

Outro parceiro que desenvolveu formação para os profissionais da educação foi o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA – Emaús). Para tanto, é relevante saber que:

O CEDECA-Emaús nasceu dedicado a enfrentar a violência policial, na época uma prática contumaz contra os meninos trabalhadores e em situação de rua no Ver-O-Peso [...]

Em 24 anos, o CEDECA-Emaús ampliou a área de atuação e hoje presta assistência jurídica a mais de 60 casos em que crianças e adolescentes são vítimas de violência institucional - na maioria das vezes policial -, tráfico internacional de seres humanos, redes de exploração sexual e violência doméstica. O trabalho é feito por meio do Departamento de Intervenção Jurídica e Social (DIJUS).

O CEDECA-Emaús possui hoje uma equipe multidisciplinar voltada para atender as mais diversas situações envolvendo a criança, o adolescente e seus familiares que têm seus direitos violados [...] (EMAÚS, s/d).

Este órgão firmou parcerias por meio da SEMTRAS para realizar formação com os profissionais da Secretaria de Educação. Na fala da Lucyjane Bezerra é possível destacar que “[...] o CEDECA-Emaús esteve no município e organizou um momento de formação. Para este momento de formação, eles chamaram os coordenadores pedagógicos e alguns técnicos da Secretaria de Educação[...]” (LUCYJANE BEZERRA – entrevista concedida em 02.10.20).

O contexto desta fala está marcado pela política de formação continuada, em que demonstra a possibilidade de uma educação que vise a qualidade social. Pois, para trabalhar com o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, tem que entender e conhecer como ele acontece no meio social, pois suas variantes são diversas e mesmo diante de sua complexidade é possível educativamente enfrentá-lo.

A SEMED por sua vez, tem a responsabilidade de realizar a formação para os profissionais que nela atuam. Sacristán enfatiza que “não existe política mais eficaz de aperfeiçoamento [...] que aquela que conecta a nova formação àquele que motiva sua atividade diária [...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 10).

Outrossim, não obstante trabalhar a formação que trate da temática da violência sexual, torna-se necessário que se faça uma reeleitura do Projeto Político Pedagógico para inserir ações de enfrentamento acerca da violência sexual no documento norteador. Isto amplia a responsabilidade dos profissionais para

trabalhar a problemática com os discentes e, sobretudo, aumenta as possibilidades de realizar ações diretamente com a comunidade escolar, bem como fazer parcerias com agentes de organismos governamentais, que pela natureza de suas funções trabalham com instrumentos de ações específicas, articulação com instituições e instâncias do Poder Público.

Para trabalhar as ações de enfrentamento no âmbito educacional exigem, portanto, a participação efetiva do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e dos adolescentes (SGD), pois “[...] tem o papel de zelar pela aplicação de instrumentos normativos e pelo funcionamento dos eixos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual e Municipal [...]” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2015, p.151).

Estes organismos são compostos por órgãos que trabalham diretamente na proteção social de crianças e adolescentes que são: Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacia Especializada e Sistema de Saúde que são órgãos imprescindíveis para qualificar e fortalecer o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Contudo, é importante ressaltar que a escola é uma instituição que integra esta Rede de Proteção e possui a “reponsabilidade de identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante de acordo com a necessidade e gravidade do caso, com a proposição de ações preventivas” (PARANÁ, 2021).

Na concepção de Landini (2011), tratar do fenômeno da violência sexual, é “[...] pensar em possíveis soluções para o problema da violência sexual, implica pensar nas crianças e adolescentes como sujeitos ativos e proteger da violência e do abuso não significa isolá-los do mundo (real e virtual), mas prepará-los para lidar com essas situações” (LANDINI, 2011, p. 98).

É sabido que a formação continuada é indispensável para o profissional da educação e tem sua importância particular para a compreensão do fenômeno, mas isto não é tudo. Considerando que a formação mostra como proceder diante do problema, ainda deve-se ponderar que o coordenador/formador necessita potencializar nos docentes o compromisso de trabalhar a temática e principalmente

despertar o sentimento de pertencimento para com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além disso, não basta apenas receber a formação, tem que assumir o compromisso de ser um sujeito defensor da criança e do adolescente, bem como transmitir ao discente: confiança, respeito, segurança ao tratar da problemática, estar aberto às indagações, curiosidades, enfim, ser um grande incentivador para que o discente faça denúncia mediante qualquer tipo de violência. Contudo, é fundamental “[...] despertar uma consciência da sociedade e dos formadores de opinião sobre o direito de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável por parte de crianças e adolescentes” (GUEDES, 2012, p. 95).

Seguindo com a dinâmica de apresentação dos parceiros que realizaram formação para profissionais da Rede de Ensino no Município de Breves, a UFPA foi uma delas, pois essa ação aconteceu por meio do **Projeto de Extensão**, que objetivou qualificar teórica e tecnicamente coordenadores pedagógicos para a articulação de projetos de intervenção nas escolas.

Este projeto aconteceu durante o ano de 2013 e teve a duração de 10 meses consecutivos, seu público-alvo foram os coordenadores pedagógicos de vinte e oito escolas municipais. A diretora de ensino que estava em exercício contou durante a entrevista que o projeto foi apresentado para a SEMED e relata que:

[...] a SEMED fez parceria junto com a universidade Federal do Pará então o público alvo desta formação eram os coordenadores pedagógicos que eles seriam os multiplicadores nas escolas, [...] foi o professor Leonildo Guedes então ele apresentou o projeto para a secretaria, a secretaria entrou como parceira e aí foi-se trabalhando essa formação (LUCYJANE BEZERRA – entrevista concedida em 02.10.20).

A prática de fazer parcerias com outros setores tem como principal objetivo suprir as exigências das demandas que surgem no contexto educativo, para que as informações sejam atualizadas e as práticas educativas deem conta das mudanças ocorridas no contexto escolar. Neste sentido, chamou-se atenção para a importância da presença do coordenador pedagógico em uma instituição educativa, pois sua atribuição incide:

[...] na formação em serviço dos professores. Para agir de forma eficiente, precisa, além de uma formação consistente, um investimento educativo contínuo e sistemático para que sejam desenvolvidas capacidades e habilidades múltiplas, como exige a educação atual (OLIVEIRA; GUIMARAES, 2013, p. 95).

Não obstante, além das parcerias apresentadas até o momento, ainda se identificou durante a entrevista com a técnica Manuelle Espindola, um convite para os técnicos da SEMED participarem de uma formação. O relato da técnica diz: “[...] nós fomos acionados, nós (SEMED), SEMTRAS, Conselho Tutelar, fomos todos chamados para uma formação com um juiz que está na Comarca do município de Chaves, que faz um trabalho muito interessante sobre violência e exploração sexual de crianças no Marajó [...]” (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

Com base no exposto, compreendeu-se que as oportunidades de formação realizadas pelos profissionais da área da educação foram excelentes, porém insuficientes para suprir a realidade da problemática nas escolas do município de Breves. Pois, assim como a SEMED recebeu, também promoveu formação, mas na opinião da técnica Valcilene Gama “acredito que não foi suficiente, pois não abrangeu todo mundo, foram poucas”.

Estas formações recebidas ou promovidas pela SEMED foram realizadas por profissionais de setores externos, que compreendem a importância de ser trabalhada a questão da violência sexual na área educacional e que lidam com problemas sociais complexos. O público atingido por essas formações foram diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

Outrossim, é sabido ainda, que o processo formativo recebido por esses profissionais é ferramenta para ser compartilhada com quem está diretamente trabalhando com os discentes. Sobre isso, a técnica Manuelle Espindola afirma que “[...] sempre [...] estamos dando esse suporte formativo nas comunidades e nas escolas”. A formação recebida é de suma importância, pois isto vai refletir na qualidade do trabalho desenvolvido pelo docente na sala de aula, pormenorizando os impactos que o fenômeno da violência causa no contexto educativo.

É importante destacar que todo processo de formação emana em um procedimento educativo, portanto, é relevante “[...] entendermos que a melhoria de qualquer das atuações humanas passa pelo conhecimento e pelo controle das variáveis que intervêm nelas” (ZABALA, 2010, p. 15). E no caso da violência sexual, para ter controle das variáveis que interferem na vida de um infante ou adolescente, é necessário conhecer a realidade social empírica em que a escola está inserida,

isto ajuda a interpretar o que acontece no contexto educacional, para que se possa dentro das possibilidades, tomar as decisões cabíveis acerca da situação.

Outrossim, a formação para os profissionais da educação realizada pela SEMED, obedece ao Sistema Municipal de Ensino de Breves, amparado na Lei nº 2.248, de 10 de janeiro de 2012, em que se destaca:

Art. 130. A Secretaria Municipal de Educação implementará políticas de formação continuada para todos os trabalhadores em educação, definidos na forma da legislação, em articulação com a [...] sociedade civil, na perspectiva da afirmação de identidades profissionais e instituição de novas atividades funcionais (LEI nº2.248, de 10 de janeiro de 2012 – Sistema Municipal de Ensino de Breves-PA)

Para além desta lei municipal, há também a Carta Magna da Educação, Lei de Diretrizes e Bases, de nº 9.394/96, cujo Art. 61, Parágrafo único, Inciso I, bem como o Art. 67, que tratam diretamente sobre formação de profissionais da educação mencionam:

Art. 61. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

I - A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público (BRASIL, 1996).

Contudo, assumir o compromisso com a formação dos profissionais da educação é prepará-los para desenvolver um trabalho com segurança, bem como despertar-lhes a consciência para o seu papel social na educação, pois com a formação continuada é possível desnaturalizar o fenômeno da violência sexual e pontuar alguns de seus determinantes como: identificação dos sinais de quando a criança está sendo abusada, comportamento na sala de aula e a partir destas atitudes como agir frente a suspeita? como buscar ajuda? dentre outros. Em suma, a escola é campo fecundo para desenvolver a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2) Palestras nas escolas

Nas entrevistas, foi detectado também que aconteceram palestras nas escolas da Rede de Ensino e que estas foram promovidas por equipes de profissionais, sejam da Educação, Conselho tutelar, Saúde ou da SEMTRAS para promover palestras nas instituições educativas, mesmo que algumas ações façam parte do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual, haja vista que a visita desses profissionais se dá mediante solicitação das escolas para realizar a palestra ou quando essas instituições possuem alguma programação que envolve a escola, como é o caso das datas comemorativas.

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que na sua grande maioria funciona a noite (no município de Breves já existem turmas diurnas), tiveram momentos de palestras, de acordo com a fala do técnico Robson das Neves:

Eu lembro bastante com relação a EJA é de palestras e ações nas escolas, com técnicos da SEMTRAS psicólogo e assistentes sociais, com profissionais da saúde orientando a questão da prevenção, também com ações e palestras sobre a questão de orientação sexual, sobre a questão da violência em si, havia também datas específicas no mês de maio, tem o dia 18 de maio se não estou enganado que é o dia do combate à violência sexual contra criança e adolescentes então a gente sempre participava dessas ações com nossos alunos da EJA (ROBSON DAS NEVES – entrevista concedida em 10.08.20).

É de fundamental importância que o município assuma, por meio da instituição mantenedora, a responsabilidade de contribuir com formações, palestras e ações sobre como fazer o enfrentamento da violência sexual no contexto educativo. Por conseguinte, realizar a prevenção primária com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores sociais (GUIA ESCOLAR, 2011), representa uma grande mudança nas práticas educativas. Contudo, demonstra a inversão na lógica do processo educativo, em que essas palestras servirão como base para incorporar no ensino e na aprendizagem dos discentes, bem como à vida cotidiana.

Para dar suporte ao trabalho de prevenção nas escolas, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), no Eixo Estratégico de Prevenção, menciona em “assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa”. Para além disso, investe no “Protagonismo Infantojuvenil assegura – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos” (PNEVSCA, 2013, 15).

Para tanto, a palestra acerca da violência sexual é de suma importância dentro do âmbito educacional, pois serve como uma ferramenta para o enfrentamento do fenômeno, bem como instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes, por possibilitar novos conhecimentos da realidade que acontece, inclusive, dentro do próprio município.

Acerca desse fortalecimento de ações, o (PNEVSCA, 2013) concretizou:

Em um instrumento de defesa e garantia de direitos, contribuindo para criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para a proteção integral da criança em situação de violência sexual. Propiciou também a criação de planos estaduais e municipais, contribuindo para a descentralização das ações (PNEVSCA, 2013, p.08).

Seguindo com os registros sobre palestras, encontrou-se outra atuação que envolveu esta categoria que desenvolveu ações sobre abuso e exploração sexual, mas desta vez acontecida nas escolas do meio rural do município de Breves, identificada nos trechos da entrevista com a técnica Manuelle Espíndola, em que menciona:

[...] Os professores em escolas “mais estruturadas”⁹ levam pessoas para falar sobre esse assunto, levam conselheiros quando identificam, elas acionam os conselheiros que vão até as escolas, fazem palestras, fazem orientações, o Ministério Público tem atuado nestas questões, muitas vezes eles vêm fazer este trabalho (MANUELLE ESPÍNDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

A necessidade de profissionais da área da proteção social atuarem nas comunidades do meio rural de Breves é urgente. O município possui uma área territorial de aproximadamente 9.550,454km² Cals (2015, p. 49) e por esse motivo, a dificuldade de algum órgão de proteção social chegar às comunidades afastadas do meio urbano é muito grande. É por isso que, na maioria das vezes, o docente se encarrega de fazer palestras e quando é possível, eles acionam Conselheiros Tutelares para palestrar na comunidade, bem como outros órgãos governamentais.

Em apoio às ações em prol da violência sexual, o Guia Escolar (2011, p.163) aconselha que “os municípios devem se mobilizar no sentido de canalizar esforços

⁹ As escolas “mais estruturadas” assim como é mencionado no trecho da fala, refere-se a que, no período de 2008 a 2016, no município de Breves, foram construídas 110 escolas no meio rural, com uma estrutura de padrão específico e este modelo pode ser visualizado nas páginas 87-88.

para a sua solução e assegurar a irreversibilidade do processo de mudança no atendimento, na atitude em relação a crianças e adolescentes”.

Além disso, sugere algumas práticas que a comunidade escolar deve tomar:

- Realize uma pesquisa sobre as organizações voltadas para esse tipo de atendimento em sua localidade;
- Faça um mapa dos serviços existentes, de modo que a escola possa conhecer o tipo de serviço prestado, as modalidades de atendimento e as formas de encaminhamento;
- Disponibilize na sua escola cartazes com endereços e telefones desses programas;
- Convide pessoas que trabalham nesses programas para falar sobre os tipos de serviços que prestam e sobre a realidade do atendimento;
- Convide o Conselho Tutelar para falar em sala de aula sobre a situação de violência contra crianças e adolescentes e sobre como ela está sendo enfrentada;
- Com indicação do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, convide para fazer palestras, representantes dos órgãos do sistema de garantia de direitos – promotores, defensores públicos, advogados e juizes –, para que informem a comunidade escolar sobre como funciona o sistema de notificação;
- Convide jornalistas engajados em denúncias das ocorrências para discutir o tema na escola. Informe-se sobre os profissionais que têm o título de Amigo da Criança, concedido pela ANDI às pessoas mais comprometidas com a causa de crianças e adolescentes (GUIA ESCOLAR, 2011)

Para além dos aportes legais que trabalham na proteção social de crianças e adolescentes, pode-se citar a Lei nº 13.431/2017, que representa um grande reforço dentre os mecanismos existentes para o enfrentamento à violência sexual e estabelece um conjunto de ações e atribuições a vítimas de violência. Com efeito, o Art. 4º desta Lei trata das tipificações das condutas criminosas das formas de violência: I - violência física; II - violência psicológica; III - violência sexual (abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico para fins de exploração sexual); e IV – violência institucional.

Deste modo, a prevenção da violência sexual é o melhor instrumento a ser trabalhado com as crianças e adolescentes, pois é por meio desta que a escola pode desenvolver estratégias para que alunos e alunas se sintam protegidos. Portanto, as estratégias educativas também significam que a escola está cuidando e educando, além de estimular a autodefesa e conscientização para ter seus direitos garantidos.

3) Campanhas alusivas ao dia 18 de maio.

O fenômeno da violência sexual tem provocado mudanças substanciais na sociedade, seja pelo crime que ele provoca ou pelas consequências que causa nos sujeitos envolvidos na problemática. Desta forma, “o problema, no entanto, é visível aos olhos da sociedade e se expressa pela presença de crianças e adolescentes” Guia Escolar (2011, p.116). Cabe ressaltar que a população infantojuvenil possui um montante de legislações específicas no que tange ao direito à proteção contra a violência sexual, pois essa legislação “[...] não só incorporou a filosofia da proteção integral, como ampliou esse conceito. E, mais do que isso, buscou formas concretas de operacionalizar essas noções” (GUIA ESCOLAR, 2001, p.116).

O Brasil possui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: a morte cruel da menina Araceli Cabrera Sánchez Crespo despertou a indignação e fez a sociedade se mobilizar para o enfrentamento dessa problemática e por conta disso adotou-se, no dia 18 de maio, a organização de atividades e eventos de sensibilização e mobilização para promover essa data como um marco de luta e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esta mobilização no município de Breves ganhou repercussão nas escolas do meio urbano e rural. No meio urbano, para que as instituições participassem da semana alusiva ao dia 18 de maio, a SEMTRAS solicitou a parceria da SEMED e uma reunião com todos os diretores e coordenadores das escolas. Esta por sua vez, chamou via ofício, todos os gestores para uma reunião. Ali a SEMTRAS apresentou o projeto e a programação. Naquele momento, cada gestor de escola já deixou definido em que dia poderia receber a equipe do CREAS (psicólogo, assistente social) e integrantes do Conselho Tutelar e do CMDCA para realizar palestras e sensibilizar a comunidade escolar, *in loco*. Após esse encontro, cada escola organizou seu planejamento para realizar durante a semana alusiva.

O momento na escola com a equipe do CREAS foi direcionado tanto para os pais, como para os alunos, porém em horários diferentes. Desta feita, o encontro consistiu na realização de ouvidoria, que foi realizada pela equipe psicossocial do CREAS municipal, que ouviram os participantes e fizeram as devidas orientações.

No meio urbano, as turmas da EJA também participaram da semana alusiva. Assim, destaquei o relato do técnico Robson das Neves que falou da participação na programação. Para tanto, nos confirmou que “[...] no dia 18 de maio [...] que é o dia

do combate à Violência Sexual contra Criança e Adolescentes, a gente sempre participava dessas ações com nossos alunos da EJA [...]”.

Neste ponto, é importante ressaltar que o município de Breves possui um número grande de jovens, na faixa etária de 15 a 18 anos, matriculados na EJA, inclusive a SEMED abriu turmas diurnas para atender à demanda de alunos e alunas e mesmo assim, a procura é volumosa por vagas para esta modalidade de ensino.

No meio rural, os docentes também se planejaram e realizaram nas escolas, com atividades orientadas pela SEMED, mas com relação ao projeto do CREAS, somente algumas escolas foram contempladas. Neste caso, as escolas mais próximas da cidade, pois há comunidades muito distantes da sede do município e o CREAS não possui logística para atuar em todas elas. Portanto, essa mobilização e sensibilização no meio rural, fica sob a responsabilidade dos docentes de cada escola.

Neste sentido, destaquei a importância da atuação da SEMED enquanto entidade mantenedora no processo de enfrentamento a violência sexual, de acordo com o relato da técnica:

De 2009 a 2013 nós tivemos uma participação muito ativa da SEMED em relação ao combate e enfrentamento, juntos com os demais envolvidos na questão da violência sexual, porque nós temos um elevado índice de violência e abuso sexual nas escolas, sobretudo no meio rural, nas comunidades. Então, nós somos sempre acionados enquanto secretaria, e nós juntamente com os envolvidos, nós sempre acompanhamos quando se dá em uma comunidade que temos escola, muitas vezes nós disponibilizamos o transporte para levar a equipe, porque o Conselho não tem estrutura que garanta esse acompanhamento nas comunidades rurais. Temos uma dificuldade muito grande de muitas vezes encontrar os envolvidos na violência, pois quando a gente chega lá, não está mais lá (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

Com relação a mobilização, articulação e atuação do Plano Municipal da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no município de Breves, Guedes (2012) registrou que:

[...] a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Breves, promoveu em 25 de março de 2009 uma palestra sobre o tema —Prostituição infanto-juvenil – situação na região dos estreitos. Durante o mês de maio desse mesmo ano, a Secretaria de Assistência coordenou a realização das manifestações relacionadas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. As atividades dos quatro dias consistiram na entrega de panfletos, visita de

sensibilização e orientação em bares, hotéis e motéis do município, mobilização e divulgação nas escolas, culminando com realização de caminhada (18 de maio de 2009) (GUEDES, 2012, p.65).

Durante o período de sensibilização, além da equipe do CREAS, a SEMTRAS disponibilizou profissionais para distribuir panfletos por diferentes pontos da cidade, com orientações à prevenção do abuso e exploração sexual, inclusive nestes folhetos, constou como fazer a denúncia em casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Esta mobilização social teve a participação de órgãos governamentais, não governamentais e comunidade escolar.

Para finalizar o projeto CREAS, todos foram convidados a fazer parte de uma grande passeata que teve uma extensa caminhada, que culminou na Praça do Operário. No decorrer das atividades foram feitas apresentações de danças, teatros, paródias, vídeos e exposições de cartazes e banners para a comunidade presente.

Figura 7 - Momento de sensibilização com os pais, em escola.



Fonte: arquivo pessoal da autora

Figura 8 - Momento da caminhada nas ruas-1.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 9 - Momento da caminhada nas ruas-2.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 10 - Momento da culminância do projeto, na Praça do Operário com apresentação das crianças.



Fonte arquivo pessoal da autora.

Este momento de culminância aconteceu no dia 18 de maio de 2018, com a participação da sociedade brevensense e foi de grande relevância para todos, sobretudo para os problemas de violência sexual que enfrentamos no município de Breves. De acordo com o relato da técnica Valcilene Gama “[...] quando acontece uma ação mais integrada com as demais secretarias, nós também acompanhamos e no decorrer das palestras acaba identificando até crianças que já sofreram abuso, isso ocorreu em algumas escolas”.

Por isso, a importância de se realizar palestras e encontros para orientação de pais e profissionais da escola. Além disso, a instituição educativa sempre que precisou, teve o apoio da equipe do CREAS, que sempre se colocou à disposição para auxiliar no que fosse preciso. Outrossim, é importante destacar que,

Os municípios devem se mobilizar no sentido de canalizar esforços para a sua solução e assegurar a irreversibilidade do processo de mudança no atendimento, na atitude em relação a crianças e adolescentes e na priorização de políticas públicas. Tirar o ECA do papel é uma questão de decisão. Criar uma cultura de cidadania deve ser o nosso compromisso, a nossa agenda de debates e o nosso plano de trabalho no cotidiano (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 162).

Ressalta-se que a construção da política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes tende a se consolidar por meio da articulação de políticas intersetoriais que podem viabilizar o intercâmbio entre os agentes sociais. Ademais, esses agentes disponibilizaram de serviços e capacidade singular para lidar com a problemática e isto é condição indispensável para que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados.

Contudo, o ato de mobilização da sociedade civil, órgãos governamentais e não governamentais fortalece a Rede de Enfrentamento bem como chama todos ao compromisso e revigora os laços para a construção de uma sociedade mais justa, capaz de garantir e proteger com mais garra os direitos de crianças e adolescentes.

4) Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do município de Breves.

Nas últimas duas décadas muito tem se avançado no propósito de proteger os direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Assim, um novo protótipo foi construído para garantir esta proteção. Para isso, foi necessário incorporar nos marcos legais, princípios considerados fundamentais para resguardar crianças e adolescentes; “Consagra-se o princípio da proteção integral, a partir do qual crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos, pessoas em condição de peculiar desenvolvimento e com prioridade absoluta no contexto da implementação das políticas públicas” (GADELHA, 2017, p. 39).

A proteção integral à criança e ao adolescente está assegurada pelo Art. 1º no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi aprovado em 1990. Esta lei, além de ser um novo paradigma na área da infância e adolescência, ainda assevera a esses sujeitos a condição de cidadãos de direitos. A promulgação deste marco legal foi suporte para a criação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que tem a natureza de determinar o processo de intervenção sobre a violência sexual e em seu Art. 1º menciona:

Art. 1º. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do

adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (RESOLUÇÃO nº 113/2006 - CONANDA).

No movimento de construção da base legal para proteger inocentes da violência sexual, foi instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil (PNEVSIJ), no ano de 2000. Este documento serviu como base “metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços voltados ao enfrentamento à violência sexual. A indicação de estratégias de mobilização social e o delineamento dos processos de monitoramento e avaliação de políticas públicas” (GADELHA, 2017, p. 40) para o enfrentamento do fenômeno é marca registrada do Plano mencionado. Conseqüentemente, “a partir da instituição desse Plano Nacional, o país vivenciou uma série de avanços importantes na área do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” [...] (PNEVSCA, 2013, p. 03).

Após a instituição do Plano, foi criado o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que veio passar a atuar a partir de 2003. Com isso, o objetivo na construção deste Comitê foi monitorar a implementação do Plano Nacional; e a finalidade do Comitê, bem como sua estrutura foi composta por diferentes órgãos. Assim afirma-se que:

O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi criado para acompanhar a implantação e a execução das ações do PNEVSIJ (BRASIL, 2002b). Trata-se de uma instância de articulação nacional que conta com representantes de cada região do País, do governo federal, da cooperação internacional, da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Jovens (GUIA ESCOLAR, 2011, p.169).

O Plano passou por uma revisão de forma a garantir a legalidade das ações previstas no documento. Assim o processo de revisão do Plano Nacional foi ...

[...] coordenado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e pela Coordenação do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria de Direitos Humanos/PR, impôs, em face da diversidade das várias realidades das regiões brasileiras e da dimensão continental do país, um amplo e detalhado processo de mobilização e debates, de forma a garantir a legitimidade das ações previstas e facilitar o monitoramento de sua implementação e para a formatação conjunta de ações que demandam execução transversal (PNEVSCA, 2013, p. 03).

Em maio de 2013, foi publicada a versão final do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), que veio

[...] reafirmar o compromisso de defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo, daqueles/as que se encontram, circunstancialmente, em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável (PNEVSCA, 2013, p.10).

Foi a partir da instituição do Plano Nacional, que o estado do Pará, com base em seus preceitos, construiu o seu. Segundo notícia vinculada à página da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), no ano de 2019, reuniu o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Durante o encontro, os presentes discutiram a quarta versão do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual. “Um dos assuntos do encontro de hoje é apresentar para os membros do comitê, o andamento do plano, que foi construído de forma coletiva por todos os órgãos e entidades participantes”, explica a psicóloga da SEASTER, Wanda Carvalho (<http://www.seaster.pa.gov.br>).

O Plano apresentou todas as ações em nível estadual contra os crimes que violam a dignidade de crianças e adolescentes. Neste sentido, a coordenadora da mídia complexidade e representante titular da SEASTER no Comitê, enfatiza que “entre as ações do plano, o documento revela o apoio por meio de monitoramento e assessoramento aos municípios, que precisam do nosso suporte enquanto Governo Estadual” (CLEIDE ANDRADE).

Outrossim, o Plano Estadual tem a “finalidade de combater a impunidade, de restaurar direitos e dignidade de vítimas em situações de violência sexual e de promover sua inclusão social” [...] (PEEVSCA, 2014, p.09).

Na mesma reportagem, a juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, titular da 1ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, chama atenção sobre os crimes subnotificados. Deste modo destaca que “pelas estatísticas nacionais, uma em cada seis crianças sofre algum tipo de abuso, mas apenas 10% chegam ao conhecimento das autoridades”.

Em decorrência da mobilização para a construção do Plano de Enfrentamento, o estado do Pará, já está caminhando para sua 4ª versão, assim

como cita a notícia acima. Neste movimento, identificou-se que a primeira versão do Plano de Breves é de 2010. Assim, tive acesso ao atual Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (PMEVSCA) e sua vigência é 2016-2018.

Inclusive no ano que antecedeu a construção do PMEVSCA, representantes da Secretaria de Assistência do Estado do Pará estiveram no município de Breves, mais especificamente na SEMTRAS, com a intenção de reforçar a importância da construção do Plano Municipal de Enfrentamento. Desta forma, o relato da Diretora de Ensino Lucyjane Bezerra, esclareceu que “a Coordenadora Estadual [...] que estava na linha de frente desse combate à exploração sexual, esteve no município, então ela colocou toda a importância da elaboração do Plano de Enfrentamento”.

A elaboração deste Plano é um compromisso para ser assumido por cada esfera estadual e municipal. Para além do compromisso tem a questão legal defendida pelo ECA em seu Art. 86, que assegura “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

Com efeito, O Guia Escolar (2011) menciona que:

[...] o pacto federativo, que atribui as responsabilidades de cada uma das esferas de governo, o CONANDA aprova e acompanha a execução das diretrizes nacionais, enquanto os conselhos estaduais e municipais cuidam da implementação dos planos nas respectivas unidades da federação e nos municípios (GUIA ESCOLAR,2011, p.169).

Em análise do documento, é possível perceber que no momento de elaboração do PMEVSCA, a realização ficou sob a responsabilidade do CMDCA e teve o apoio e participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência social (SEMTRAS), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Polícia Militar do Pará (PMPA), Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde (CMS), Projeto Reviver e Pastoral da Criança.

No que diz respeito aos participantes desta última versão do Plano Municipal de Enfrentamento, é possível perceber a falta da participação de órgãos importantes como Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

(DEAM/DEACA/PARAPAZ), representantes do Ministério Público, igrejas e representantes de Crianças e Adolescentes.

Este último é objeto citado no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculado ao eixo estratégico “Protagonismo Infantojuvenil” que assegura “promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos” (PNEVSCA, 2013, p. 09).

Ademais, foi estabelecido nos parâmetros do CONANDA, eixo 3 que trata da participação de crianças e adolescentes no objetivo estratégico 24, que menciona “Promover a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas” (CONANDA, 2012, p.39). Portanto, a falta desses representantes na construção deste documento implica em ações mais específicas, bem como de contribuir na construção de instrumentos e ferramentas para que as estratégias propostas possam ser devolvidas com exatidão e de acordo com a realidade.

A organização e estruturação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do município de Breves teve como base o Plano Estadual, em vista disso, sua construção teve como finalidade:

[...] reunir esforços juntos aos representantes de órgãos governamentais e não- governamentais e entidades de proteção para sistematizar proposições de ações de prevenção para diminuição ou erradicação deste tipo de violação de direitos e assim, desenvolver a promoção de defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (PMEVSCA, 2016, p. 04).

O Plano se constituiu em estratégias de planejamento de ações que possibilitam formas concretas de fazer o enfrentamento da violência sexual no município de Breves. Porém, no documento se destaca a ressalva com relação ao meio rural do município, sobre o acesso para chegar às comunidades ribeirinhas:

Mediante a essa realidade existe uma barreira muito grande que impede uma fiscalização mais eficiente que é a extensa distância das comunidades em relação a sede do município. Para se chegar a determinadas comunidades se gasta em torno de 24 horas de viagem de barco. Considerar esta especificidade amazônica é importante para o planejamento das ações e execução deste plano na garantia de contemplar e empoderar a população destas áreas por meio do acesso e participação das ações planejadas (PMEVSCA, 2016, p.05).

A construção e implementação do PMEVSCA, veio impactar de forma muito positiva a realidade da sociedade brevensense. Embora, sabendo das dificuldades que os órgãos de defesa enfrentam acerca dos obstáculos propostos pela dimensão geográfica na região do município de Breves, ainda assim, pode-se assegurar que o Plano foi e continua sendo um marco na história da mobilização contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

5) A temática da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas Propostas Curriculares.

Nas últimas décadas, o Sistema Educacional Brasileiro tem sido objeto de grandes debates, mudanças na sua filosofia e criação e implementação de legislações. A busca por essas transformações são tentativas no sentido de corrigir as diferenças e desigualdades nos contextos curriculares (ARROYO, 2010).

Em conformidade com estas mudanças, tem-se a perspectiva que essas são para melhorar o sistema educativo. Um exemplo a ser citado é o currículo, o amparo legal que este componente possui favorece a educação de quem dele se apodera. Assim, o currículo pode ser um aliado poderoso para os profissionais da educação, pois com um documento bem elaborado dentro das necessidades da escola, passa a ser um grande aliado para os problemas que a escola possui, dentre estes, pode-se citar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Sacristán (2000, p.15) nos diz que “quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional”.

Outrossim, antes de adentrar na discussão sobre currículo e suas implicações no desenvolvimento humano, é importante enfatizar que a educação é um direito de todo o ser humano, pois, somente por meio dela, somos capazes de nos reconhecer como sujeitos em uma sociedade.

Neste sentido, as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH) de 2013, recomendam:

Toda ação educativa com enfoque nos direitos humanos deve conscientizar acerca da realidade, identificar as causas dos problemas, procurar modificar atitudes e valores, e trabalhar para mudar as situações de conflito e de violações dos direitos humanos, trazendo como marca solidariedade e o compromisso com a vida (DNEDH, 2013, p.18).

Partindo da premissa de que é por meio da ação educativa que se “constrói o conhecimento para transformação da realidade” (DNEDH, 2013, p.18), a SEMED de Breves, por meio de seu corpo técnico pedagógico desde 2010, vem organizando suas propostas curriculares para que as escolas possam construir seus currículos com mais autonomia. Assim, a partir deste ponto, foram apresentadas as propostas do município em todos os níveis e modalidades.

Desta feita, iniciei apresentando a Matriz Curricular da Educação Infantil, depois a Proposta Curricular dos Anos Iniciais, em seguida dos Anos Finais, posteriormente a isso, Educação de Jovens e Adultos e por fim, a Proposta Curricular da Educação do Campo.

A Matriz Curricular da Educação Infantil é datada de 2013, sua estrutura foi composta por uma apresentação mencionando que o documento foi elaborado para ser desenvolvido com crianças cidadãs na faixa etária de 0 a 5 anos. Ademais, reitera que o objetivo da referida Matriz foi “servir como instrumento para dinamizar as discussões a serem travadas em cada unidade educacional que atende em educação infantil” (MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2013, p.6).

Quanto aos aspectos fundamentais aludidos pelo documento, foi possível encontrar menção sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, assim como as orientações dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, ficando expressos os princípios relacionados à formação pessoal e social da criança.

Também foram acrescentados ao documento, diferentes tópicos que o fundamentaram às diferentes faixas etárias da primeira infância. Para isso, trouxe uma abordagem sobre a concepção de infância, suas características, o desenvolvimento e aprendizagem da criança de 0 a 5 anos. Mostrou os diferentes contextos sociais da história da educação infantil, a autonomia e identidade da criança que remetem à formação de valores e atitudes atribuídos a alguém ou a alguma situação; versa sobre a importância da rotina e o trabalho pedagógico na escola de educação infantil; e destaca, “a rotina da educação infantil está tomada de vínculos, afetos e aprendizagens nas mais diversas atividades que compõem o

cotidiano da criança” (MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2013, p.13).

Abordou ainda, o brincar na educação infantil como uma forma de descobrir o mundo e desenvolver capacidades na criança; trouxe a discussão sobre a sexualidade da criança, destacando o papel importante do psicanalista Sigmund Freud e a sexualidade infantil; somou-se a isto, o processo de adaptação da criança à escola infantil; destacou as relações necessárias entre família e escola e finalmente apresentou:

Quadro 11 - Organização Curricular da Educação Infantil do município de Breves.

Amparo Legal	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares / Eixos de Trabalho	Níveis		
			I (0 a 3 anos)	II (4 anos)	III (5 anos)
LDBEN Nº 9.394/1996	Linguagens	Linguagem Oral e Escrita	X	X	X
		Corporeidade (Jogos, Brincadeiras e atividades rítmicas e expressivas)	X	X	X
		Educação Física	X	X	X
		Artes Visuais	X	X	X
		Música	X	X	X
	Raciocínio Lógico-Matemático	Matemática	X	X	X
	Ciências Naturais	Natureza	X	X	X
	Ciências Sociais	Sociedade	X	X	X

Fonte: Proposta Curricular da Educação Infantil do município de Breves.

A Matriz foi organizada por área de conhecimento e as subáreas foram compostas por Eixos de Trabalho que são considerados os elementos obrigatórios do currículo: LINGUAGENS (Linguagem Oral e Escrita, Artes Visuais e Música); RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO (Matemática); CIÊNCIAS NATURAIS (Natureza, mundo natural: ciências físicas e biológicas) e CIÊNCIAS SOCIAIS (Sociedade, mundo sociocultural). Acrescentou-se a isso, a sistematização das experiências de aprendizagem por meio dos Temas Geradores, estes por sua vez são considerados a parte diversificada do currículo.

No Quadro 12, destaquei o conteúdo encontrado acerca da temática do Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente.

Quadro 12 - Demonstrativo da Análise Realizada

MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Idade	Área de conhecimento	Objetivo	Conteúdo	Categorias Teóricas
0 a 3 anos	-	-	-	-
4 e 5 anos	Ciências Naturais: ciências físicas e biológicas.	Dialogar sobre manifestações da sexualidade infantil.	Potencializar junto a familiares e crianças medidas preventivas do abuso sexual de crianças (pedofilia).	Abuso sexual
TEMAS GERADORES DE ATIVIDADES				
Idade	Tema gerador	Situação desafiadora de aprendizagem	Conteúdo	Categorias Teóricas
0 a 3 anos	-Corpo humano (higiene, saúde e sexualidade); Criança / -Proteção contra a exploração infantil/ECA.	-Quem deve proteger a criança?	-Conhecer maneiras de proteger o corpinho; -Tipos de exploração que as crianças sofrem.	
04 anos	-Corpo humano (higiene, saúde e sexualidade); Criança/ -Proteção contra a exploração infantil/ECA	-Quem deve proteger a criança?	Os direitos da criança (Estatuto da Criança e do Adolescente).	
05 anos	- Corpo humano (higiene, saúde e sexualidade); -Criança/proteção contra a exploração infantil/ECA.	-Quem deve proteger a criança? -Como prevenir abusos e maus-tratos?	-Tipos de exploração que as crianças sofrem; -Orientações e cuidados para a prevenção de abusos e maus tratos; -Conhecendo os direitos e deveres da criança.	

Fonte: Organização da autora

O Quadro 12 demonstra que na parte que tange ao currículo obrigatório, apenas as crianças de 4 e 5 anos tiveram acesso ao diálogo sobre as manifestações da sexualidade infantil, com destaque para o trabalho sobre o abuso sexual. Outrossim, na parte dos Temas Geradores, em todas as faixas etárias, houve uma

preocupação em torno da sexualidade e a proteção contra exploração infantil, bem como o conhecimento acerca da legislação do ECA.

O diferencial entre as faixas está nos conteúdos, pois as crianças de 0 a 3 anos puderam conhecer as maneiras de proteger o corpinho; as de 4 anos tiveram conhecimento sobre seus direitos; e as de 5 anos tiveram acesso às orientações e cuidados para a prevenção de abusos e maus tratos;

Desta forma, é importante essa ênfase na educação infantil. Discutir a temática da sexualidade não é uma prerrogativa para desenvolver o assunto somente com a criança, mas principalmente com a família, pois é papel da família proteger e cuidar da criança.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana [...] (BRASIL, 2001, p.13).

Neste contexto, pela criança pertencer a uma estrutura familiar “[...] o indivíduo desenvolve sentimentos de proteção, segurança, bem estar e conforto, não importando a estrutura ou organização que tenha” [...] (KRUGER e SILVA, 2013, p.16). Portanto, a sexualidade saudável depende muito da relação afetiva e dos cuidados que a família tem por sua criança. Do contrário, a família deixa de ser um lugar de proteção e cuidados e passa a ser um ambiente de conflitos, de violação de direitos (KRUGER e SILVA, 2013) de vulnerabilidade, abrindo espaço para medidas de proteção social.

Na realidade, há famílias que protegem a criança da forma que ela deve ser protegida, mas há outras, que fazem diferentes exigências que as tornam inseguras e confusas, bem como existem pais ou responsáveis que educam a criança para confiar nas gerações mais velhas.

Por mais que seja mais velha ou mais nova, a violência sexual infantil acontece recorrentemente no envolvimento em que o adulto submete a criança a uma relação de poder desigual para a satisfação sexual, “normalmente o adulto age como se só ele tivesse direito ao exercício da sexualidade, negando criminosamente a sexualidade infantil” (NUNES e SILVA, 2006, p.51). É baseado nesta concepção

que ocorre o abuso sexual e a população infantil é criminosamente afetada, negando a estes, o direito de exercer uma sexualidade prazerosa e a descoberta de seu corpo.

Nunes e Silva (2006, p. 53) ainda destacam que do “terceiro para o quarto ano de idade a criança apresenta uma curiosidade incontrolável de tudo saber e perguntar. É nesta fase que começa a se ligar em assuntos sexuais com grande interesse”; é neste momento que o toque nas genitálias acontece com frequência e a descoberta do prazer passa a ser uma constante.

Estes atos são geralmente repelidos pelos adultos, causando-lhes frustração e insegurança. Além disso, é recorrente considerar esses atos como prática viciosa. Na realidade, essas atitudes são manifestações sexuais que ocorrem devido a criança estar em processo da descoberta do seu próprio corpo. Portanto, é neste contexto que deveria entrar a educação sexual para fornecer subsídios formais dentro dos limites, para orientar os pais ou responsáveis quanto a sexualidade na primeira infância.

Considerando que a educação infantil é estimada como a primeira etapa da educação básica, não pode ficar à parte de um assunto contemporâneo, polêmico, complexo e cheio de estereótipos. Para isso, é importante que a família que é a base protetora da criança, conheça de que forma a escola trabalha a questão da prevenção e quais as medidas corretas a serem tomadas quando há suspeita do abuso sexual infantil. Ademais, é importante mostrar os danos e consequências causados pelo fenômeno da violência sexual e que influenciam toda a vida do sujeito.

Como tema geradores, encontrou-se assuntos para desenvolver com crianças na faixa etária de 5 anos, que foram: corpo humano/sexualidade e criança - proteção contra a exploração infantil/ECA. O primeiro assunto se desenvolveu com a finalidade de prevenir o corpo da criança contra qualquer tipo de abuso e maus tratos. Portanto, uma categoria importante que está dentro do que essa pesquisa investigou. O segundo, tratou sobre a proteção da criança contra a exploração infantil, com foco no ECA. Embora estes assuntos não tratem diretamente da violência sexual contra crianças, discutem indiretamente a questão da proteção do infante, cujo assunto é uma das responsabilidades da escola fazer abordagem, bem como tratar sobre os direitos e deveres da criança.

Outrossim, a tarefa de educar crianças principalmente sobre a sexualidade, não é algo simples, todavia é necessário que o docente seja astuto na dinâmica de educar. Porquanto, “constitui-se tarefa pedagógica satisfazer as curiosidades da criança, respeitando os seus limites” (MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2013, p.15). E quanto ao comportamento:

[...] Querer olhar os produtos do seu corpo, os próprios órgãos e interessar-se pela genitália dos companheiros são comportamentos naturais, que requerem a compreensão e intervenção adequada do adulto com vistas à superação do sexismo e dos estereótipos sexuais (MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2013, p.15).

Toda prática pedagógica demanda de um currículo, neste cenário ele é um objeto de grande valor e de mudança. Com efeito, “o valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais[...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 2001).

É relevante destacar que independentemente do nível ou modalidade de estudo que o aluno se encontre matriculado, a temática do enfrentamento à violência sexual se tornou necessária de ser abordada no contexto escolar. Para além de se trabalhar a prevenção, há também a responsabilidade de a escola proteger a criança ou adolescente de qualquer tipo de crime que viole seus direitos.

Santomé (2013, p.227) ressalta que “o fato de não proporcionar o acesso dos alunos a determinadas informações podem ser tornar ‘dolorosas’ e dificultar o desenvolvimento de capacidades e procedimentos que lhes permitiriam compreender sua realidade e, o que é mais importante, saber como enfrentá-la”.

A Proposta Curricular do meio urbano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é um documento e possui uma organização sofisticada e bem estruturada. Possui uma apresentação que abordou sobre as bases legais que amparam a criação do documento no município, dentre estas se encontrou a Constituição Federal (1998), LDB (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (2010), sobretudo, explica de que forma se deu a construção da proposta e os esforços conjuntos que a equipe técnica da SEMED e de professores fizeram para construí-la.

A proposta fez uma abordagem sobre as leis que regulamentaram o Ensino Fundamental de Nove Anos. Neste contexto, para além das leis que foram citadas

acima, o texto ainda citou: a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que estabeleceu como obrigação dos pais ou responsáveis a matrícula das crianças a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental; a Lei nº 4.024/1961, que estabeleceu a obrigatoriedade de quatro anos para o Ensino Fundamental; o acordo de Punta Del Este e Santiago/1970 que estendeu para seis anos o tempo de Ensino Fundamental obrigatório para todos os brasileiros; a Lei nº. 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo foi “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

Acrescentou ainda, sobre a construção do documento, em que:

A construção dessa proposta também tem o propósito de oferecer, além das orientações curriculares, oportunidades das escolas de elaborar/reelaborar suas propostas curriculares, materiais didáticos, redimensionar suas práticas pedagógicas com destaque para avaliação da aprendizagem a partir dos enfoques aqui apresentados (PROPOSTA CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS, 2011, p.15).

Em seguida, discorreu sobre as concepções e princípios presentes na proposta curricular que contemplam as orientações do Plano de Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos do Município de Breves/PA e que está referendado pelas leis brasileiras e documentos oficiais expedidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Outrossim, o documento tratou da concepção de Letramento e Alfabetização, destacou os princípios norteadores do processo educativo que foram dispostos na legislação: “os éticos, os políticos e os estéticos que visam afirmar a formação para o exercício da cidadania com o compromisso de uma educação com qualidade social” (PROPOSTA CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS, 2011, p.16).

Na sequência, apresentou a organização da Matriz Curricular para o Ensino Fundamental de Nove Anos na Rede Municipal de Ensino de Breves/PA, que é composta pela Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Ciências Físicas e Biológicas, História, Geografia, Matemática, Ensino Religioso (Facultativo), Língua Estrangeira, Estudos Amazônicos e Educação Cidadã.

Ademais, fez uma abordagem sobre as estratégias metodológicas de ensino, bem como discorreu sobre os procedimentos avaliativos, destacando os aspectos

qualitativos sobre os quantitativos, de acordo com que prescreve a Art. 13 da LDB (1996).

A proposta teve como objetivo oferecer fundamentos teórico-práticos para a prática pedagógica que atenda às necessidades profissionais dos docentes e às expectativas de aprendizagem dos educandos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas da Rede de Ensino do Município de Breves/PA.

Quadro 13 - Demonstrativo da Análise Realizada

PROPOSTA CURRICULAR DO MEIO URBANO/ANOS INICIAIS			
Níveis de Ensino	Tema Gerador	Habilidades	Categorias Teóricas
1º e 2º Bloco de Alfabetização	-Orientação Sexual: Prevenção às diversas formas de abuso sexual. -Sexualidade; -Direitos e Deveres (ECA); -Aprendendo a se proteger dentro da família, na escola e na rua; -Direito à proteção.	Identificar as formas de violações dos seus direitos;	Abuso Sexual
3º Ano	-Direitos e Deveres (ECA) Orientação Sexual: Sexualidade: -Combate às diversas formas de violência sexual.	-	Violência Sexual
4º Ano	-Direito e Deveres da Criança e do Adolescente (ECA); -Orientação sexual: prevenção do assédio sexual.	-Perceber-se como sujeito de direitos e deveres.	-
5º Ano	-Orientação sexual: prevenção do assédio sexual; -Direito e Deveres da Criança e do Adolescente (ECA); -Atribuições do Conselho Tutelar; -Abuso e exploração sexual; - Tipos de violência.	-Conhecer as medidas de prevenção. -Identificar atos de violência.	Abuso e exploração sexual.

Fonte: Organização da autora

Na parte onde constam os conteúdos do bloco de alfabetização, encontram-se nos Temas Transversais assuntos provenientes da prevenção das diversas

formas de abuso sexual; tratou da sexualidade; mostrou como se proteger dentro da família, na escola e na rua. Além disso, discorreu sobre os Direitos Humanos e o ECA para trabalhar os direitos e deveres e apresentou estratégias para desenvolver palestras com pessoas especializadas em relação ao abuso sexual (pedofilia).

No 3º ano, encontra-se em diferentes disciplinas e assuntos como: Direitos e Deveres (ECA); Orientação Sexual que abordou a sexualidade humana; e por último o combate às diversas formas de violência sexual. Neste último, destaquei a violência sexual que em parte contemplou a temática que esta pesquisa investigou. No geral, o planejamento desta faixa etária deu maior ênfase ao desenvolvimento do ECA, contido em diferentes disciplinas, destacando os direitos e deveres de crianças e adolescentes.

Nos níveis de 4º e 5º ano, prevaleceu a orientação sexual com indicação à prevenção do assédio sexual; foram trabalhados também direitos e deveres de crianças e adolescente contidos no ECA. No 5º ano, foi possível encontrar medidas de prevenção e as categorias teóricas “abuso e exploração sexual”, tema este que fez parte da investigação desta pesquisa.

A faixa etária dos alunos de 4º e 5º anos, compreende entre 9 e 10 anos respectivamente, isto levou a destacar que na escola, respeitando o limite da idade dos alunos, é possível mostrar a realidade vivida por muitas crianças e adolescentes na região do Marajó, por meio do que a mídia publica (vídeos, jornal, revista e TV).

Com relação à Proposta Curricular dos Anos Finais, o documento é datado de 2011, porém foi revisado em 2014. Trouxe inicialmente uma fundamentação teórica, mostrando um panorama educacional do município de Breves. Destacou a Lei Nº 2.248/2012, que corresponde ao Sistema Municipal. Apresentou a quantidade de escolas que estão sob a responsabilidade da SEMED, bem como os níveis de ensino que são desenvolvidos nesta Rede de Ensino.

A proposta apresentou ainda uma concepção de educação sobre os Anos Finais do Ensino Fundamental. Dentre esses apontamentos, foi delineada a organização curricular por área de conhecimento e finalizada a parte teórica, expondo os objetivos da proposta curricular.

Com isso, destacou-se que “a Secretaria Municipal de Educação de Breves, buscou com a reformulação da Proposta Curricular das Séries Finais do Ensino Fundamental, cumprir seu dever de garantir a todos uma base comum de

conhecimentos, competências e habilidades” (PROPOSTA CURRICULAR DOS ANOS FINAIS, 2011, p.08).

Para conhecer os destaques das análises que realizei no documento, apresento o Quadro 14, abaixo:

Quadro 14 - Demonstrativo da Análise Realizada

PROPOSTA CURRICULAR DO MEIO URBANO/ANOS FINAIS			
Níveis de ensino	Conteúdo	Habilidades	Categorias Teóricas
6º Ano	- Produção de textos teatrais envolvendo o ECA.	-	-
7º Ano	- Estatuto da Criança e do Adolescente; - Conhecer o CMDCA e Conselho Tutelar e seus deveres e funções; - Tipos de Violência; - Orientação Sexual / Exploração Sexual contra crianças e adolescente; - Formas de denúncias.	-	Exploração Sexual contra crianças e adolescente
8º Ano	Orientação ao uso indevido de sites e imagens (ECA) - Quais os deveres da Criança e do Adolescente no ECA; - Luta contra o tráfico de pessoas; Prevenção a violência e exploração sexual.	-	Exploração sexual
9º Ano	Produção de textos teatrais envolvendo o ECA; - Cidadania e Sexualidade.	-	-

Fonte: Organização da autora.

De acordo com o resultado apresentado no Quadro 14, os conteúdos abordados se centralizaram em grande parte nos órgãos de proteção social: Conselho Tutelar, CMDCA e o ECA. Além disso, apresentou tipos de violência, sexualidade, a luta contra o tráfico de pessoas, direitos e deveres da cidadania e formas de denúncias.

Estes assuntos foram muito importantes para a formação dos discentes, pois abriu um leque de possibilidades de abordar violação de direitos de crianças e adolescentes. Contudo, foi encontrada apenas a categoria Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente; as outras que tratam da violência sexual, enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes que foram objetos de investigação desta pesquisa para análise de tais documentos, ficaram ausente neste currículo.

Os discentes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental foram alunos que estavam em processo de transição da infância para a adolescência. Neste contexto é que ocorre o desenvolvimento dos caracteres sexuais, mudanças no corpo da menina e do menino e é neste momento que também se iniciam as funções reprodutivas. Portanto, é necessário que o aluno conheça o fenômeno da violência sexual; e, é de suma importância que as escolas empoderem as crianças e adolescentes contra esse crime.

O documento deveria ter registrado a questão do abuso sexual, para que os alunos tivessem acesso na educação formal de como este assunto vive camuflado nos contextos familiares. Portanto, a questão do enfrentamento à violência sexual é um assunto urgente a ser discutido no currículo, para garantir que o docente trabalhe a temática.

Nesta perspectiva, Miranda (2016, p. 46) destaca que “a escola se encontra na ponta inicial da Rede de Proteção à criança e ao adolescente e ainda se constitui em local privilegiado para intervenções preventivas uma vez que as crianças e os adolescentes passam grande parte de tempo e de sua vida nessa instituição”. Por isso, é pertinente que a escola discuta esta temática no seu currículo.

Quando se trata de experiências vividas por alunos, o currículo possui esta prerrogativa, pois este é um documento que “compreende essas determinações para cada realidade concreta” (SACRISTÁN, 2000, p.102). Portanto, as necessidades dos alunos no que concerne ao seu desenvolvimento passa a ser prioridade na construção e implementação do currículo na instituição educativa.

A partir da compreensão de que o currículo é uma realidade gerenciada, Sacristán (2000), argumenta que:

Muitos dos problemas que afetam o sistema educativo e muitas das preocupações mais relevantes em educação têm concomitâncias mais ou menos diretas e explícitas com a problemática curricular. Atualmente, prática é um dos eixos vertebrais do pensamento da pesquisa e dos programas de melhora para as instituições escolares [...]. Para analisar se a prática se sustenta e se expressa de uma forma peculiar dentro de um contexto escolar. O interesse pelo currículo, segue paralelo com o interesse por conseguir um conhecimento mais penetrante sobre a realidade escolar (SACRISTÁN, 2000, p.30).

Dando continuidade nas análises realizadas, desta vez, apresentei a Matriz Curricular Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este documento trouxe em sua composição as etapas de ensino que são 1ª, 2ª, 3ª e 4ª. Sendo que a 1ª e a 2ª

etapas correspondem ao conteúdo para atender discente dos anos iniciais do ensino fundamental e a 3ª e 4ª etapas são conteúdos que foram trabalhados com discentes dos anos finais do ensino fundamental, respectivamente. Do mesmo modo, a estrutura desta proposta foi construída na base disciplinar.

Quanto às disciplinas que fizeram parte das 1ª e 2ª etapas, são obrigatórias dos Anos Iniciais do Ensino fundamental. Assim, cada disciplina apresentou uma introdução, em seguida o conteúdo, metodologia e finalizou com avaliação. As 3ª e 4ª etapas foram constituídas das disciplinas obrigatórias do currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, assim trouxe na Figura 11, abaixo:

Figura 11 - Matriz Curricular da EJA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MATRIZ CURRICULAR

AMPARO LEGAL		DISCIPLINAS ESTUDOS OBRIGATÓRIOS	SEMANAL				ANUAL			
			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA
LEI Nº 9.394/96 DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E RESOLUÇÃO CNE / CEB Nº 1 DE 05/07/2000	BASE NACIONAL COMUM	LINGUA PORTUGUESA	06	05	05	05	240	200	200	200
		MATEMÁTICA	05	06	05	05	200	240	200	200
		CIÊNCIAS	02	02	-	-	80	80	-	-
		CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	-	-	03	03	-	-	120	120
		ENSINO DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA	03	03	-	-	120	120	-	-
		HISTÓRIA	-	-	03	03	-	-	120	120
		GEOGRAFIA	-	-	03	03	-	-	120	120
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	02	02	02	02	80	80	80	80
		EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02	02	80	80	80	80
	PARTE DIVERSIFICADA	LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA	-	-	02	02	-	-	80	80
CARGA HORÁRIA SEMANAL			20	20	25	25	-	-	-	-
TOTAL DE CARGA HORÁRIA			-	-	-	-	800	800	1000	1000

Fonte: SEMED/BREVES

Esta proposta da EJA analisada é datada de 2012. Pelo tempo decorrido desde que ela foi organizada, muitos conhecimentos se modificaram e outros foram construídos. Além disso, a temática Orientação Sexual é um dos elementos dos Temas Transversais que este documento trouxe, correspondendo a questões importantes, urgentes e presentes na vida cotidiana.

Para isso, é importante destacar que os Temas Transversais foram criados com a perspectiva do compromisso com a “construção da cidadania e necessariamente por uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva [...]” (BRASIL, 1988, p.17).

Para ver como ficou a análise da proposta da EJA, elenquei o Quadro 15, abaixo.

Quadro 15 - Demonstrativo da Análise Realizada

MATRIZ CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
Etapas	Temas Transversais	Categorias Teóricas
1ª e 2ª	-Orientação Sexual -ECA	-
3ª e 4ª	- Estatuto da Criança e do Adolescente; - CMDCA e Conselho Tutelar; -Tipos de Violência; -Orientação Sexual; Exploração Sexual contra crianças e adolescente; -Formas de denúncias; -Prevenção à violência e exploração sexual; - Orientação ao uso indevido de <i>sites</i> e imagens (ECA); -Produção de textos teatrais envolvendo o ECA; -Cidadania e Sexualidade.	Exploração Sexual contra crianças e adolescente

Fonte: Organização da autora.

As etapas iniciais do currículo da EJA apresentaram apenas o Tema Transversal Orientação Sexual e as siglas do ECA, assuntos que foram possivelmente trabalhados com alunos, cujo fenômeno da Violência Sexual não apareceu claramente descrito no documento, sendo este, um assunto polêmico e bastante visível e abordado nas redes sociais, na mídia e nos canais televisivos.

A orientação sexual desenvolvida na escola por meio dos Temas Transversais tem sua importância singular na educação formal dos discentes, principalmente nesta fase inicial da vida que a criança está em processo de desenvolvimento da cidadania. Com isso, tematizar os problemas fundamentais e urgentes como prevenção ao abuso sexual, orientação quanto a exploração sexual é

educar o aluno para construir sua concepção acerca dos problemas que podem afetá-lo.

A inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1997, p. 293).

A situação com o currículo das etapas finais da Proposta da EJA foi diferente, pois constatamos junto a Secretaria Municipal de Educação que não foi construído um documento específico para esta etapa da EJA. Com isso, para suprir esta lacuna no currículo da Educação de Jovens e Adultos, a SEMED repassou para as escolas o mesmo currículo dos Anos Finais da Proposta Curricular do meio urbano.

Para tanto, fiz uma síntese do currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O documento apresentou assuntos diversificados que abordaram desde o Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando os órgãos de proteção social, desenvolveu a temática da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente, trabalhou a Prevenção contra Exploração Sexual, mostrou as formas de denúncias, bem como sensibilizou os infantes para a Cidadania e Sexualidade humana. Contudo, notou-se que os alunos dos Anos Iniciais da EJA, tiveram pouco acesso a conteúdo que abordasse a questão da violência sexual, sendo que esta demanda precisa muito de conhecimentos acerca desta temática.

A propósito, o currículo da Educação de Jovens e Adultos em relação ao currículo na escola regular precisa de um olhar diferenciado, pois os sujeitos que usufruem deste conjunto de conhecimentos já trazem consigo uma carga de experiências de vida, que neste documento, deve ser valorizado. Assim, o conteúdo fica mais atrativo e condicionado à história da vida dos próprios sujeitos. Mas, quando citei diferenciado, isto não significa tratar os conteúdos escolares de forma precarizada, aligeirada ou descontextualizada. Ao contrário, devem ser abordados assuntos integralmente e principalmente considerando os saberes oriundos dos discentes.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social [...]. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como temas transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural (cultura afro brasileira), do Meio

Ambiente, da Saúde, do ECA, da Educação Inclusiva e da Orientação Sexual (PROPOSTA CURRICULAR DA EJA, 2012, p. 18).

Tendo em vista que a questão do abuso e da exploração sexual é um problema que vai além dos muros da escola e que precisa de ações, bem como de estratégias específicas para ser trabalhadas no contexto educativo. Assim, cabe à Secretaria Municipal de Educação construir uma Proposta Curricular de acordo com os problemas que afetam consideravelmente as instituições educativas.

Seguindo com as análises feitas, a partir deste ponto foi abordado o que tange à Proposta Curricular da Educação do Campo. É um documento composto de uma apresentação sobre a proposta; em seguida, na introdução faz um breve histórico da Educação do Campo e o Ensino Fundamental de Nove Anos e seus antecedentes, depois trata da base legal e conceitual da Proposta Curricular e finaliza a introdução conceituando todos os eixos. Por último, apresenta a estrutura da Proposta Curricular com todos os eixos e disciplinas.

Assim, organizei o Quadro 16 para melhor visualizar os destaques que fiz sobre as categorias teóricas encontradas nesse documento.

Quadro 16 - Demonstrativo da Análise Realizada

PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO		
Níveis de Ensino	Conteúdo	Categorias Teóricas
Bloco de alfabetização	-Direitos da criança na sociedade; -O papel dos homens e das mulheres na defesa dos direitos da criança; -Direitos da criança violados; -Reconhecer que existe uma lei que defende os direitos das crianças e dos adolescentes previstas no ECA.	-
3º Ano	-Direitos estabelecidos no ECA; -As formas de violação de direitos no meio rural.	-
4º Ano	-Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; -Tráfico humano; -Conselho Tutelar: suas atribuições.	Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
5º Ano	-Prostituição; -Prevenção do assédio sexual; -Sexualidade.	-
6º Ano	-Temáticas voltadas para a sexualidade.	-

7º Ano	-Orientação Sexual /Exploração Sexual contra crianças e adolescentes; -Estatuto da Criança e do Adolescente;	Exploração Sexual contra crianças e adolescentes.
8º Ano	- Prevenção à violência e exploração sexual.	-
9º Ano	-	-

Fonte: Organização da autora.

No bloco de alfabetização que compreende do 1º ao 2º Ano, os conteúdos que interessaram para análise nesta pesquisa, foram encontrados dentro do eixo Direitos Humanos. Foram encontrados Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos, em que destacaram os direitos fundamentais de cada sujeito; salientou ainda, as noções básicas sobre os direitos humanos. Por conseguinte, o ECA constou na proposta com o propósito de compreensão do Estatuto, bem como dos direitos estabelecidos e as ações quanto aos direitos violados.

Situação semelhante encontrei na etapa do 3º Ano: os eixos temáticos extraídos foram o Estatuto da Criança e do Adolescente e as formas de violação de direitos no meio rural. Outrossim, o documento não aponta que tipos de violação de direitos são esses. Porém, com base no relato da Técnica Manuelle Espindola, onde afirma que “nós temos um elevado índice de violência e abuso sexual nas escolas, sobretudo no meio rural, nas comunidades”, achei relevante extrair esse assunto, existe uma grande possibilidade de essas violações de direitos apontadas pelo texto também envolvam a questão da violência sexual. Contudo, não foi possível visualizar nesses níveis de ensino, as categorias teóricas que esta pesquisa investigou.

Nos níveis de 4º e 5º ano, os conteúdos encontrados em parte contemplaram o que esta pesquisa investigou, qual seja o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Junto a isso, ainda apresentou a questão do tráfico humano, prostituição, prevenção do assédio sexual e direitos humanos.

Do 6º ao 8º Ano, foram encontrados na proposta curricular vários itens, sendo que apenas no 6º ano, o assunto foi tratado mais timidamente. Nos demais níveis, foram abordadas claramente as categorias que esta pesquisa procurou. O 7º Ano trouxe a temática da exploração sexual contra crianças e adolescentes e apresentou a estratégia de promover a reflexão a partir da exibição de filmes que discutam a temática sexualidade e suas consequências. No 8º ano, foi possível encontrar o tópico como a prevenção à violência e exploração sexual, assunto de grande

importância para a faixa etária dos adolescentes que estudam este nível de ensino, principalmente no meio rural, onde é uma constante a questão da exploração sexual, assim como afirmou acima, a técnica Manuelle.

No 9º ano, foi encontrado um conjunto de direitos que todo ser humano possui no contexto brasileiro. Buscou-se, com estes conteúdos, sensibilizar a importância do conhecimento sobre os Direitos Humanos contidos em vários documentos. E somente nas estratégias da proposta, visualizei uma pesquisa para ser realizada sobre as principais violações de direitos ocorridas na comunidade. Portanto, se entendeu que um dos direitos violados é a violência sexual contra crianças e adolescentes. Diante disso, no final da proposta curricular encontram-se sugestões de filmes, leituras e músicas. Dentre estas sugestões encontra-se um filme que busca retratar a realidade do meio rural no município de Breves.

É importante que o currículo seja o espelho da realidade onde a escola está inserida. Não estou negando o currículo oficial, mas reivindicando por espaço onde a realidade dos discentes faça parte do currículo escolar, haja vista que “a qualidade da educação e do ensino tem muito a ver com o tipo de cultura que nela se desenvolve, que obviamente ganha significado educativo através das práticas e dos códigos que a traduzem em processos de aprendizagem para os alunos” (SACRISTÁN, 2000, p.09).

Para tanto, o currículo não pode ser considerado como um objeto estático e sim dinâmico e isto é condição para entender que é necessária uma dinâmica diferente para a construção do currículo em um contexto educacional. Assim, é imperioso que se construa conexões entre os sujeitos e se pratique diálogos e se desperte a autonomia de cada sujeito envolvido, para entender a realidade e para poder estabelecer um campo de política curricular diferente para cada escola (SACRISTÁN, 2000).

Para além da construção do currículo, a escola tem que garantir sua implementação. Isto está explícito na Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015, no Plano Municipal de Educação, meta 2 do ensino fundamental, estratégia 2.4.1 que menciona “garantir a execução da proposta curricular de forma participativa que atenda às necessidades de um currículo interculturalista (etnia, gênero, sexualidade, geração, inclusão digital, educação em saúde e educação ambiental) para as escolas do município” (PME, 2015, p. 78).

E ainda que seja difícil compreender a construção do currículo, o seu contexto perpassa por caminhos conflituosos e ao mesmo tempo, transcorre por um conjunto de práticas de diferentes atores. Em conformidade com relato da técnica Manuelle Espindola, a Proposta Curricular da Educação do Campo do município de Breves, foi construída em conjunto com diferentes atores:

A partir do diálogo com a participação de professores para identificar qual era o principal problema dentro das comunidades [...] além dos professores, foi feito o chamamento de representantes das comunidades que trouxeram as demandas, o que eles acreditavam ser importante estar dentro da proposta curricular como eixo, como tema (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

A Secretaria Municipal de Educação de Breves, sendo a instituição mantenedora do ensino no município, não pode se privar de desenvolver uma Proposta Curricular que contemple a realidade da escola. Assim, é reponsabilidade da instituição como órgão de educação formal, educar e viabilizar procedimentos de como enfrentar a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas escolas e isto, em hipótese alguma, pode e deve ser considerado um problema comum.

Por conseguinte, o enfrentamento a essa problemática deve vir acompanhado de respeito, confiança e compromisso das partes envolvidas, sendo que a situação da violência sexual no meio rural é bem complicada. Acrescento a isso, um trecho da fala da técnica pedagógica, que diz:

[...] a gente recebeu muitas denúncias enquanto Secretaria [...] e nós construímos uma relação de confiança nas comunidades, como eles nos procuram antes mesmo de ir à delegacia, eles vão até a Secretaria, mesmo os comunitários¹⁰ fazem a denúncia para a gente e aí a gente vai acompanhar quando é caso de Delegacia (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

O meio rural do município de Breves possui uma dimensão geográfica gigantesca, portanto, fica humanamente impossível da SEMED ter equipes para fazer cobertura em todos esses lugares concomitantemente. Assim, o relato afirma:

A Secretaria de Educação acaba não tendo pernas para chegar em todos os Distritos enquanto instituição física mesmo. A presença dela se dá por meio dos professores, por meio destes espaços que fazem este trabalho e que a gente realiza em algumas escolas. Alguns professores em escolas

¹⁰ Os “comunitários” que aparecem em diferentes momentos no relato da técnica Manuelle Espindola são os chefes de comunidades.

mais estruturadas levam pessoas para falar sobre este assunto, levam conselheiros quando identificam, elas acionam os conselheiros que vão até as escolas [...] (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

A questão da violência sexual, em especial a exploração sexual de crianças e adolescentes no meio rural do município, é muito complexa e bem difícil de ser controlada devido à extensa área geográfica, composta por extensos rios, furos e principalmente pelo rio Parauaú, principal rota para barcos, navios e balsas que fazem as linhas de Belém para Santarém, Macapá e Manaus.

Vieira (2011) realizou sua pesquisa em uma das escolas do meio rural do município de Breves. Assim, destacou o reflexo que o fenômeno da violência sexual pode incidir na vida dos discentes, conforme Figura 12.

Figura 12 - Reflexo da Violência Sexual na vida escolar dos discentes.



Fonte: Dissertação: Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações.

A autora destacou que a escola se esforça dentro de suas possibilidades para promover a cidadania, mas infelizmente as mazelas sociais denunciam as necessidades dessas crianças e adolescentes (VIEIRA, 2011). De certo, a escola neste cenário, enfrenta diferentes e grandes desafios, um dos quais é montar estratégias para manter os alunos na escola, ser atrativa. Para além disso, ainda tem compromisso com a questão ética e legal, que segundo o ECA:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

Outrossim, defendeu-se neste contexto, uma escola que contemple a igualdade de direitos e deveres para todos. A instituição educativa em seu compromisso com a vida de seres humanos deve estar sempre em processo de reflexão quanto aos direitos de crianças e adolescentes que são abusadas e exploradas sexualmente. Portanto, “é condição indispensável que o problema seja bem compreendido” (LANDINI, 2015, p. 45), pois além da violência sexual ser um crime contra a infância e a adolescência, somam-se a isso, os problemas e consequências que esse fenômeno ocasiona na vida do sujeito acometido.

A especificidade no que tange à extensão geográfica da região do Marajó é uma das dificuldades que o município possui, além de outros fatores no que concerne às questões políticas, econômicas e sociais.

Diante disso, “o Estado por meio das ações de suas diversas políticas públicas, deveria responder pela proteção social, particularmente na política da assistência social, que dispõe de programas e serviços de proteção social básica [...]” (GONCALVES e GUARA, 2012, p. 13). A partir desta citação, me reporto à fala da técnica pedagógica relatando que a “ausência do Estado potencializa que esse tipo de coisa aconteça nesses espaços é gigantesco o meio rural de Breves” (MANUELLE ESPINDOLA – entrevista concedida em 26.09.20).

Referente a isso, a Proposta Curricular aponta que:

Vale mencionar aqui as principais violações de direitos observados no meio rural do município de Breves: abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infanto-juvenil [...].

Diante deste quadro apresentado pela equipe volante de um dos Centros de Referência de Assistência Social do município, constatou-se que a maioria dos casos acontece por falta de informação ou por negligência da família, sendo esta encontrada bastante desestruturada (PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2014, p. 29).

O direito à educação básica para a população do meio rural está expresso na LDB nº 9.394/96, que assim menciona:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL,1996)

De certo, crianças e adolescentes que vivem no meio rural, possuem seus direitos garantidos e a educação, possibilidade de adaptar o currículo de acordo com a realidade em que vivem. Nessa perspectiva, os responsáveis pela construção do currículo e das propostas pedagógica precisam assumir, dentro de seus objetivos, o compromisso de atender a todos, de considerar os anseios de crianças, juventudes formadas por adolescentes e jovens que estão na escola e que são sujeitos concretos com suas múltiplas necessidades (DCN, 2013).

Os autores Moreira e Silva (2011, p.14) mencionam que o currículo deixou, há bastante tempo, de ser apenas uma mera abordagem que envolvia “procedimentos, técnicas e métodos”. Nesta perspectiva, esses autores, “consideram o currículo como um artefato social e cultural”, que está “implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares” (MOREIRA & SILVA, 2011, p. 14).

Pelo exposto, concordou-se que o currículo é um campo repleto de significados, pois de acordo com a realidade em que ele se insere, precisa ser discutido, estudado, compreendido e analisado, já que é por meio do currículo que é possível instrumentalizar os alunos para enfrentar os problemas que ameaçam sua dignidade sexual, haja vista que foi possível perceber na Proposta Curricular da Educação do Campo, conteúdos específicos que discutiram os problemas ocasionados pela questão do abuso e exploração sexual. Segundo Guedes (2012),

Não basta condenar a prostituição infanto-juvenil se não for devidamente compreendida, e se as crianças e adolescentes, com todas as suas contradições e inconsistências, são excluídas das discussões sobre seu futuro. O passo inicial para ajudá-las é compreendê-las em seus próprios termos [...]. Com efeito, é imprescindível considerar a subjetividade das adolescentes envolvidas (possivelmente) na prostituição ou exploração sexual (Landini 2009). Só depois disso, qualquer forma de intervenção seria útil (GUEDES, 2012, p. 238).

Nas Propostas Curriculares oficiais aqui analisadas, foi constatado que a temática do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças Adolescentes estava

contida em alguns documentos. Contudo, as propostas que não apresentaram a temática explicitamente, trouxeram assuntos que de forma indireta, demonstraram ter trabalhado questões que envolvessem a prevenção e proteção de crianças e adolescentes acerca do abuso e exploração sexual.

Portanto, tratar de currículo está longe de ser um processo que possa se constituir pacificamente, pois o currículo é um campo minado de diferentes concepções, interesses, conflitos e sua construção é democrática. De certo, o currículo é um campo político que perpassa por diferentes relações que envolvem conhecimentos e realidades que se constroem e se reconstroem por meio da relação entre os sujeitos.

Por conseguinte, para além desta pesquisa ter buscado conhecer e analisar os documentos norteadores de ensino no município de Breves, acrescentou-se a isto, saber se: houve recursos no orçamento da SEMED para o financiamento de ações voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes? Para responder tal questão, busquei nas entrevistas, os relatos dos sujeitos que participaram desta pesquisa. Assim, iniciei fazendo destaque da resposta da técnica Valcilene Gama, que disse:

Não. Não existe um orçamento específico para financiar somente as ações do enfrentamento, porém quando a gente precisou realizar essas ações, a Secretaria, na verdade era que bancava, financiava a maior parte dos recursos que a gente necessitava locomoção, logística toda, ficava mesmo a cargo da Secretaria Municipal de Educação, partilhava também com as outras Secretarias (VALCILENE GAMA – entrevista concedida em 19.08.20).

De acordo com esta fala, é imperioso destacar que não obstante termos as legislações, as mobilizações sociais, as articulações em rede e uma sociedade sensibilizada com a causa do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, se não há por parte do gestor municipal interesse em disponibilizar recursos especificamente para o financiamento de projetos ou planos que trabalhem com ações destinadas ao enfrentamento à violência sexual, muito pouco acontece. Embora o relato tenha afirmado que toda vez que foi necessário, a SEMED disponibilizou recursos, isto não garante que as ações de enfrentamento à violência sexual, sejam prioridade no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Sobre a inexistência desse recurso específico destinado no orçamento da SEMED para o enfrentamento à violência sexual, o Técnico Robson da Neves, ressaltou que:

[...] mesmo não sendo citada de forma direta o orçamento em si quando prevê por exemplo, orçamento para programas, para desenvolvimento de programas, eu acredito que de forma indireta essa nomenclatura para programas sociais, já abarca tema como a questão da violência sexual (ROBSON DAS NEVES- entrevista concedida em 10.08.20).

Com relação ao custeio das formações sobre o enfrentamento à violência sexual, relata Lucyjane Bezerra, que “[...] a SEMED sempre custeou a logística que era necessária para os encontros de formação, a logística necessária para as viagens quando precisava ir até ao meio rural para coletar dados, essa logística de material mesmo, de panfleto, tudo sempre foi custeado”. Para além disso, a SEMED não orientou sobre a temática da violência sexual, ela busca parcerias para realizar essa orientação.

Ainda indaguei se houve incentivo à implementação de projetos de enfrentamento da violência sexual nas escolas que estão sob a égide da SEMED. Ela me relatou que “o incentivo foram as formações realizadas com os coordenadores pedagógicos e professores em parcerias com a UFPA, CGU, mas incentivo financeiro para realização de projetos, não” (LUCYJANE BEZERRA – entrevista concedida em 02.10.20).

Em seguida, a técnica Manuelle Espindola, afirmou sobre o trabalho e financiamento feito no meio rural do município de Breves:

Sim! de 2009 a 2013 foi um momento que nós tínhamos muita autonomia para realizar as atividades, nós nunca tivemos problemas com relação a liberação de recurso para realizar qualquer que fosse a atividade nas escolas e por parte da secretaria enquanto técnico[...] então, foram feitas várias ações de enfrentamento à violência sexual (MANUELLE ESPINDOLA- entrevista concedida em 26.09.20).

Também busquei conhecer se houve produção e distribuição de material didático relacionado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Com relação a isso, Lucyjane Bezerra relatou:

O único material que foi distribuído nas escolas foi uma coletânea de gibis da turma da Mônica, que na verdade, ela foi patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) todo material, aí a CGU fez contato com a SEMED, as escolas fizeram as inscrições e receberam o material, esse foi o único material destinado às escolas (LUCYJANE BEZERRA – entrevista concedida em 02.10.20).

Diante desse relato, a resposta é negativa, sendo que a Diretora de Ensino ainda ressalta que a distribuição das cartilhas “foi o único material destinado às escolas”. Para tanto, seria fundamental que partisse da SEMED ações como essa, de distribuição de material didático educativo como cartilhas, panfletos e folders sobre a questão da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Esta atitude pode sensibilizar e orientar profissionais da educação, alunos e pais ou responsáveis sobre o crime da violência sexual e até mesmo encorajar para fazer denúncia.

Contudo, o maior desafio para o enfrentamento do fenômeno da Violência Sexual foi ter condições objetivas para a materialização de ações que assegurassem e protegessem integralmente crianças e adolescentes, no município de Breves. Desta efetivação que aleguei, faz parte ter condições logísticas para que os órgãos de proteção social se locomovessem para os lugares mais próximos e os longínquos para atender chamados de socorro em atendimentos à violação de direitos no meio rural; investimentos por parte da SEMED em materiais didáticos e projetos educacionais voltados especificamente para a questão da violência sexual no âmbito escolar; fortalecer a Rede de Enfrentamento, bem como a intersectorialidade de todos os órgãos, entidades e ONGs para que esta esteja à disposição de proteger o infante e o adolescente das violações de seus direitos. E por fim, expandir a participação da sociedade nos espaços de discussões e fomentar a denúncia de casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

O tema que esta pesquisa investigou foi a violência sexual contra crianças e adolescentes. Um tema que sem dúvida traz em seu contexto, revoltas pelo crime que causa conflitos e complexidade pelo conjunto de suas ações, danos morais, psicológicos e sociais para a vítima. Em que pesem os esforços dos profissionais que pesquisam este tema, dos órgãos de proteção social e das instituições educativas que trabalham em prol da prevenção deste fenômeno, não é uma tarefa simples diligenciá-la. Ao contrário, é um fenômeno de causalidade complexa e de múltiplos fatores (MINAYO, 2006).

Por estas situações, as considerações aqui delineadas não podem ser definitivas, mas, sim, um ponto em seguida. Assim como esta pesquisa se desbravou para compreender a participação da Secretaria Municipal de Educação de Breves no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, outras investigações podem seguir pesquisando a temática para ajudar a compreender o fenômeno e desta forma auxiliar pesquisadores, instituições educativas e órgãos de proteção social em como melhor agir no enfrentamento da violência sexual. Contudo, o enfrentamento desta problemática para o meio social e para quem lida com a causa, não pode ser tolerado e nem pode, justamente pelo poder que ele desenvolve em seu contexto e o domínio que ele impõe a seus atos, é um fenômeno avassalador.

Com efeito, esta investigação foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa e utilizou para a coleta de dados a análise documental e a entrevista semiestruturada. Bem como os dados foram organizados e sistematizados por meio da análise de conteúdo.

Os resultados da pesquisa mostraram que a Secretaria Municipal de Educação de Breves fez articulações com diferentes parceiros para que os profissionais da educação tivessem formação continuada para ter acesso ao conteúdo do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Outro ponto destacado foi sobre as Propostas Curriculares Oficiais da SEMED, que foram analisadas a partir das categorias teóricas: violência sexual; abuso sexual; exploração sexual e Enfrentamento à Violência Sexual Contra

Crianças e Adolescentes e a partir disso apresentei alguns pontos relevantes acerca de cada documento.

A proposta da Educação Infantil desenvolveu assunto como cuidados com o corpo, sexualidade, orientação e prevenção com a criança. Já em relação ao abuso sexual, a discussão ficou para ser trabalhada com as famílias das crianças de 5 anos. A temática do abuso sexual é primordial que seja tratada com os familiares, pois são esses que têm o dever dos cuidados, bem como desenvolver uma relação afetiva capaz de repassar segurança para a criança e criar vínculos de confiança em relação aos demais membros da família.

Na Proposta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a temática foi trabalhada na maioria dos Anos, sendo que apenas no 4º Ano não apareceu nenhuma categoria teórica, porém o assunto foi abordado de outra forma. No documento Curricular dos Anos Finais, o fenômeno da violência sexual foi desenvolvido na proposta e também encontrado nas categorias teóricas, porém nos 6º e 9º Anos, o assunto foi pouco abordado, pois se deteve mais na abordagem do ECA e sexualidade; o fenômeno da violência sexual não teve destaque nestes dois níveis de ensino.

No documento da EJA, as 1ª e 2ª etapas não tiveram nenhum destaque que se referisse à violência sexual, tampouco continha as categorias teóricas, apenas apontou assuntos como ECA e Orientação Sexual. Nas 3ª e 4ª etapas foi abordada a questão da exploração sexual e não houve destaque quanto ao abuso sexual.

Na Proposta da Educação do Campo, o tema foi mais abordado, houve discussão sobre tráfico humano, prostituição, mas no bloco de alfabetização houve a preocupação de se desenvolver apenas os direitos de crianças e adolescentes.

Identificou-se também, que a organização da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no município de Breves se efetiva em grande parte com parceria da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar; Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e Secretaria Municipal de Saúde.

Com efeito, apreendeu-se que a ação em rede, permite uma articulação entre pares, que presume que cada segmento trabalhando isolado, torna-se incapaz de resolver os problemas oriundos do fenômeno da violência sexual, pois os segmentos

sociais além de vulnerabilizados, ainda apresentam o risco social e pessoal (AMORIM, 2016)

A articulação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento à Violência Sexual aconteceu por meio de diferentes órgãos. Assim, a Secretaria Municipal de Educação realizou um trabalho articulado com a SEMTRAS, UFPA, PSE, SEMAS, CEDECA – Emaús, CMCD, Conselho Tutelar, SEASTER (órgão estadual) e Selo UNICEF para o desenvolvimento de um trabalho de orientação e prevenção nas escolas do município de Breves.

O trabalho intersetorial e integrado com essas instituições, colaborou e apoiou o trabalho em rede, bem como a parceria entre as esferas municipal e estadual é um vínculo defendido pelo Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2014). Portanto, a rede é ação precípua para articular intencionalmente com pessoas, grupos e agentes sociais para potencializarem suas iniciativas em prol da proteção de crianças e adolescentes (GUARA, 2010).

As ações que a Rede Municipal de Educação de Breves realizou para promover o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nas escolas municipais aconteceram por meio de formação para os profissionais da educação, referentes ao tema da violência sexual. Estas formações incidiram por meio de parcerias com órgãos que possuem profissionais capacitados, os quais sabem lidar com diferentes tipos de questões sociais, seja no campo da teoria ou da prática.

Encontrou-se ainda, registros sobre o Projeto CREAS nos Bairros, sobre a realização de campanha alusiva ao dia 18 de maio, que envolveu palestras sobre Abuso e Exploração Sexual nas escolas do meio urbano e rural; e mesmo com todas as dificuldades de logística que os profissionais da educação e dos órgãos de proteção social enfrentaram nas comunidades ribeirinhas e escolas para promover palestras, ainda assim, aconteceram a mobilização e sensibilização na atuação das questões sobre a Violência Sexual. Mas, nem todas as escolas foram contempladas, devido algumas instituições se localizarem muito distantes da sede do município.

O Selo UNICEF e o PSE foram dois programas sociais que trabalharam em diferentes ações para efetivar políticas públicas para a infância e juventude e atuaram nas escolas do município de Breves, trabalhando a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Com efeito, é importante destacar como elemento primordial, que a SEMED já promove a inserção da temática da Violência Sexual nas Propostas Curriculares, em todos os níveis e modalidades, embora ainda falte acrescentar o conteúdo no 9º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para tanto, isto tem uma relevância muito grande no processo de Enfrentamento à Violência Sexual e com isso, no fortalecimento da rede.

Desta feita, as debilidades encontradas nesta pesquisa quanto ao Enfrentamento à Violência Sexual foram:

- A identificação da fragilidade de registros dos dados nos órgãos de proteção social do município de Breves. Esse é um importante achado, pois a não sistematização dos dados referentes à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, implica na não promoção de políticas permanentes de enfrentamento e nas ações descontinuadas e fragmentadas, que podem ser causas da continuidade dos altos índices de violações que ainda ocorrem na região.
- A SEMED não realizou diretamente para os profissionais da educação formação referente à temática da Violência Sexual. Esta ação foi intermediada por algum Programa de Governo ou parceiros na realização de alguma ação.
- Não houve recursos específicos no orçamento da SEMED para realizar ações voltadas ao Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas apesar de não ter esse orçamento específico para as ações de enfrentamento, houve o argumento de que a SEMED sempre “bancava, financiava a maior parte dos recursos que a gente necessitava: locomoção, logística” para realizar as formações.
- Não houve incentivo quanto à implementação de projetos de Enfrentamento da Violência Sexual nas escolas do município de Breves. Durante a entrevista foi possível detectar que o apoio foi dado por meio das formações para os profissionais da educação, em parcerias com diferentes instituições, mas “incentivo financeiro para realização de projetos, não houve”.
- A SEMED não produziu e tão pouco distribuiu material didático relacionado ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Contudo,

da Secretaria Municipal de Educação deveriam partir maiores incentivos para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Por fim, fica como sugestão que a SEMED enquanto entidade mantenedora do ensino no município de Breves poderia definir um orçamento específico para garantir a realização de ações de Enfrentamento à Violência Sexual; confeccionar e distribuir material didático para as escolas da rede; realizar formação continuada permanente e integrada da rede, articulada a programas, projetos e ações, inserir em todas as Propostas Curriculares, claramente a temática da Violência Sexual, bem como incentivar o desenvolvimento de projetos nas escolas como forma de aproximar a comunidade escolar para discutir e prevenir a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e promover campanhas, além da inclusão dessa problemática nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos Estudos de Caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, pp. 637-651, set./dez. 2006.

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume único. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ANDRADE, Simeir Santos. **Políticas públicas na amazônia marajoara: os índices de desenvolvimento socioeconômico na região**. Disponível em <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6981/5469>. Acesso em 22 de julho de 2021.

ANDRÉ, M. GATTI, B. A., **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. Disponível em <https://www.uffs.edu.br/pastas/bd/pesquisa-e-pesquisa-qualitativa>. Acesso em 10 de Março de 2019.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à Procura de Novos Significados**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>. Acesso em 15 Dez de 2020.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A interdisciplinaridade na violência sexual**. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 115, p. 487-507, Set. 2013 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de dez 2019.

AZEVEDO, A.M.; GUERRA, V.N.de. **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Laurence Bardin; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, -- São Paulo: edições 70, 2016.

BARROS, MARILENE MARIA AQUINO CASTRO DE. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um Estudo de Caso em Juruti (PA)- 2016**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 10 jan. 2019.

BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em <http://bdttd.ibict.br/pt/index.php>. Acesso em 12 Jan 2019.

BISPO DE MARAJÓ DENUNCIA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS. Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/bispo-de-marajo-denuncia-exploracao-sexual-de-criancas/>. Acesso em 02 Mai 2019.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Casa Civil, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069_Compilado.htm. Acesso em 18 fev 2019.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 18 fev 2019.

_____. **Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000**. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos**.

_____. **Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007**. Ministério da Educação. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb>. Acesso em 13 de abril de 2020.

_____. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Diário Oficial da União. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

_____. **Lei 13.431 de 04 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431. Acesso em 22 de fev 2021.

_____. **LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em 10 de fev 2021.

_____. Código Penal: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Conteúdo: Código penal – **Decreto-lei no 2.848/1940** – Brasília. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em 22 jan de 2021.

_____. **Constituição Federal 1988** - Palácio do Planalto. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 de Mai 2019.

_____. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Disponível <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e> acesso em 22 de jan de 2021.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em 19 de jan de 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf acesso em 23 de jan de 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso 22 de nov de 2020.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social Secretaria De Estado De Assistência Social **Portaria Nº 878, de 03 de dezembro de 2001**. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Disponível em

_____. Ministério da Saúde. **Análise Epidemiológica da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em 09 Agosto 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar: Orientações para práticas em serviço**. Brasília: MS; 2001. Disponível https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em 21 de jan de 2020.

_____. Poder Executivo. Diário oficial da união. Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020. **Institui o Programa Abrece o Marajó e o seu Comitê Gestor**. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.260-de-3-de-marco-de-2020-245980672>. Acesso em 22 de julh 2021.

_____. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm. Acesso em 22 de julho 2021,

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. SEDH/DCA, 2000.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. SEDH/DCA, 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos** Lei 11.114 de 16 de maio de 2005. Altera os art. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm. Acesso em 21 de jan 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 24 jan de 2021

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. MEC.SEF. Brasília, DF.1997.

_____. Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da criança e do adolescente, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional - POMAR/USAID. **Programas de ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro- PAIR**. Brasil: Ministério da Justiça; 2002.

BREVES. **Lei nº 1.533 em 06 de dezembro de 1.989**. Gabinete do Prefeito. Dispõe sobre a Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Breves e dá outras providências. Breves/Pará, 1989.

_____. Prefeitura Municipal de. Gabinete do Prefeito. **Lei 2.384 de 30 de abril de 2015**. Legislação que determina a criação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescentes (CMDCA), Breves/Pará, 2015.

_____. Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Educação (PME)**. Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015. Breves/Pará. 2015.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Ensino. **Matriz Curricular da Educação Infantil Municipal**. 2013.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Ensino. **Proposta Curricular dos Anos Iniciais**. 2011.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Ensino. **Proposta Curricular dos Anos Finais** 2014.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Ensino. **Proposta Curricular da Educação Jovens e Adultos**.2012.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Ensino. **Proposta Curricular da Educação do Campo**, 2014.

_____. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Trabalho (SEMTRAS) e Assistência Social Divisões das Políticas de Proteção Social Básica e Especial CREAS Municipal. **Projeto CREAS nos Bairros**.

_____. Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Breves/PA: CMDCA, 2016.

_____. **Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social** (SEMTRAS). Projeto CREAS nos Bairros. Prefeitura Municipal de Breves, 2019.

CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. **Educação do Campo em Breves/PA: prática pedagógica em classe multisseriada**. Vivianne Nunes da Silva Caetano. Belém, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013. Orientação de: Tânia Regina Lobato dos Santos

CALS, A.A.S. (2015). **Políticas educacionais na Amazônia: Estado, Democracia, Sociedade Civil e Participação**; Paco; Editorial: 2015.

CAPES. Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior. **Catálogo de Teses e dissertações**. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 10 de Jan 2019.

CASTANHA, Neide. **Políticas Públicas de Combate à Exploração Sexual-Comercial de Crianças e Adolescentes**. In: LIMA, A. de O. *et.al*. Enfrentamento à

Exploração Sexual Comercial Infantojuvenil. Ministério Público do Trabalho: Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. – São Paulo: LTr,2012.

CECRIA. Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes. **Repensando os conceitos de violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, - CECRIA/AMENCAR/UNICEF, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e Violência no Brasil**. Revista - Centro Universitário São Camilo - 2011. Disponível em <http://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>. Acesso em 25 Out 2019.

CONANDA. Conceituação e Operacionalização para Realização da 9ª Conferência Nacional Dos Direitos Da Criança e do Adolescente tema: **Mobilizando, Implementando E Monitorando A Política E O Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios**. 11 a 14 de julho de 2012 - BRASÍLIA – DF

CONANDA. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Documento preliminar para Consulta Pública, 2010.

CONANDA. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Conanda **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução Nº 152 DE 09 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em http://cedica.rs.gov.br/upload/20150304112248conanda_re_152_escolha_sistema_unificado_ct.pdf. Acesso em 05 de Jan de 2020

DISQUE 100. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em 19 de dez 2019.

EMAÚS, Movimento. **Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA**. Disponível em <http://www.movimento.deemaus.org/v2/emaus/?id=110>. Acessos em 20 de nov de 2020 e 14 de dez 2020

FALEIROS, Eva T. Silveira. CAMPOS, Josete de Oliveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=324. Acesso em 12 de fev de 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. **Por Escola Que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes/Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição.**

FARAJ, Suane Pastoriza. SIQUEIRA, Aline Cardoso. **O Atendimento e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente Vítima de Violência Sexual na Perspectiva dos Profissionais do CREAS**. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2097>. Acesso em 19 de jan 2020.

FERREIRA, Rosário. **Tipos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Marcos conceituais in: Programas de ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro- PAIR**. Brasil: Ministério da Justiça; 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. COTIDIANO. **Crianças de Marajó se prostituem por hot dog**. Segunda feira, 22 de junho de 2009. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2206200901>. Acesso em 22 de set. de 2019.

FRANCO, Laura P.B. **Análise de conteúdo**/Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. – Brasília, 4ª edição: Liber Livro, 2012.

G1, JORNAL NACIONAL. **Bispo denuncia exploração sexual de menores na ilha do Marajó (PA)**. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/bispo-denuncia-exploracao-sexual-de-menores-na-ilha-do-marajo-pa.html>. Acesso em 02 Mai 2019.

G1 PA-Jornal Liberal1ª edição/Belém. **CNBB alerta para aumento de casos de abuso e exploração sexual de crianças no Marajó 03/07/2017**. Disponível em <<http://g1.globo.co./2017/cnbb-alerta-aumento-de-casos-de-abuso-e-exploracao-sexual>>. Acesso em 06 jun 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, pp. 57-63, 1995.

GREGOLI, Roberta; SILVA, Roberta Viegas; RIBEIRO, Henrique Marques **Desafios para o acesso e sistematização dos dados de violência contra as mulheres no Brasil: a experiência de implantação do observatório da mulher contra a violência**. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/540531>. Acesso em 12 de fev 2021.

GUEDES, Leonildo. **A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes**. Belém, 2012.220f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Educação, 2012. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/simple-search>. Acesso em 13 jan. 2019.

HAGE, Salomão. REIS, Maria Izabel. **Tempo, espaço e conhecimento nas escolas rurais (multi)seriadas e transgressão ao modelo seriado de ensino**.

Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3230>. Acesso em 16 de nov 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Município de Breves**. 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama> Acesso 10 de Junho de 2019.

IBIAPINA, Aricelma. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na Rede de Enfrentamento**. Belém 30/09/2013 316 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém. 2013. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 11 jan. 2019.

KRUGER, K.B.; SILVA J. A. da. **Violência Sexual Intrafamiliar na Proteção de Crianças e Adolescentes**. IN: Violência Intrafamiliar: Discutindo Facetas e Possibilidades. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1991. pp. 195-201.

_____. **Metodologia científica**. Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi. - 7. ed. – [2 reimp]-São Paulo: Atlas 2018.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

LARA. A M. de B. MOLINA. A. A. **Pesquisa Qualitativa: Apontamentos, Conceitos e Tipologias**. Disponível Em <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>. Acesso em 11 de Set 2019.

LAVAREDA, Renata Pereira; MAGALHÃES, Thaís Quezado Soares. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2015.

LEAL, Cleumir. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA**. Belém, 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 11 jan. 2019.

LIMA, Antônio de Oliveira; Cicer Rufino Pereira; Enoque Ribeiro dos Santos. **Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial Infantojuvenil**. Ministério Público

do Trabalho: Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. – São Paulo: LTr,2012.

LIMA, Nazaré. **A exploração e abuso sexual de crianças e jovens na ilha do Marajó/PA.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opinia0/a-exploracao-e-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-na-ilha-do-marajo-pa/>. Acesso em 19 de dez 2019.

LIRIO, Flávio Corsini. **Avaliação da Implementação das Ações de Enfrentamento ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Escolas Públicas de Ensino Fundamental do Bairro do Guamá- Belém/Pa.** 04/03/2013 232 F. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 09 jan. 2019.

LOPES, Jandicleide Evangelista; GONÇALVES Maria Tereza; PAULA, Sandra Ramalho de. **A Perspectiva de Rede para o enfrentamento da Violência contra Crianças e adolescentes:** uma abordagem para a realidade vivida In: FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. Por Escola Que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes/ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição.

LOWENKRON, Laura. **Violência Sexual Contra Crianças:** Um problema social contemporâneo. In: O monstro contemporâneo: A construção social da pedofilia em múltiplos Planos. Rio de Janeiro: edUERJ,2015.

LUDKE. Hermengarda. **Discussão do trabalho de Robert E. Stake:** Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional,1983. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/56.pdf>. Acesso em 19 de dez 2019.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, José Eduardo; **Entevista semi-estruturada:** Análise de objetivos e de roteiros Disponível <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/>. Acesso em 19 de dez de 2019.

MEURER, Indianara. **Os direitos de Crianças e Adolescentes contra a Violência Sexual:** um estudo dos documentos nacionais (2000-2013). 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em 12 jan 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2014). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. – 14. Ed, – São Paulo; Hucitec, 2014.

MINAYO, M.C. S. Violência: um problema para a saúde dos Brasileiros. IN: **Impactos da Violência na Vida dos Brasileiros**. Ministério da Saúde / Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília-DF. 2005. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicações/impacto_violencia.pdf. Acesso em 21 de fev de 2020.

MINAYO, MCS. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em 22 de junh de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkqg/?lang=pt>. Acesso em 12 Fev de 2020.

MINAYO. Conceitos, teorias e tipologias de violência: **a violência faz mal à saúde**. IN: **Violência faz mal à saúde**. LIMA, C.A. (Coord.) et al.]. – Brasília- DF. Ministério da Saúde. 2012. 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf. Acesso em 21 de fev de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (2018). **Informativo Especial | Lei nº 13.431/2017**. Disponível em <https://criminal.mppr.mp.br/2018/03/20163,37>. Acesso em 09 de jan de 2021.

MIRANDA, Fernanda Faria de. **Violência sexual: Como Enfrentar o Problema na Escola**. -1 ed.- Curitiba: Appris, 2016.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. Org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs. 2016. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf. Acesso em 25 Out 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTI, Antônio; SANTOS, Joselino. **Rede de Proteção Social a Criança e ao Adolescente: Limites e possibilidades** in: Programas de ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro- PAIR. Brasil: Ministério da Justiça; 2002.

MOTTI, Antônio Jose Ângelo. **Reflexões sobre o Processo de Implantação e Desenvolvimento do Programa de Ações Integradas e referências de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro- PAIR**. In: OLIVEIRA, Assis da Costa (org.) **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários Amazônicos, Rede Proteção e Responsabilidade Empresarial**. -1. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/physis/2016.v26n4/1171-1191/pt> Acesso em 06 de Nov. 2019.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP. Autores Associados. 2006. (coleção polêmicas do nosso tempo).

OLIVEIRA, Assis da Costa (org.) **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários Amazônicos, Rede Proteção e Responsabilidade Empresarial**. -1. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva. GUIMARÃES, Márcia C. Moraes. **O Papel do Coordenador Pedagógico no Cotidiano Escolar**. Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues - ANO I - Edição I - janeiro de 2013. Disponível <https://www.faculdefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-19-0.pdf>. Acesso em 19 jan 2020.

OLIVEIRA, Renato Roseno de. **O Enfrentamento à Exploração Sexual-Comercial Infantojuvenil e a Responsabilização Integral**. In: LIMA, A. de O. et.al. **Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial Infanto Juvenil**. Ministério Público do Trabalho: Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. – São Paulo: LTr,2012.

PARÁ. Governo do Estado. Agencia Pará. **Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER)**. Disponível <http://www.seaster.pa.gov.br>. Acesso em 12 de fev de 2021

_____. **Plano Estadual de Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PEEVSCA)**. Abrangência no Estado do Pará período: Julho de 2014 a Julho de 2016. Disponível em <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Plano%20versao%201808.pdf>. Acesso em 23 de out de 2020.

Plano Nacional Primeira Infância: 2010-2022|2020-2030/**Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)**; ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

PARANÁ, Governo do Estado do. Secretaria da Educação. **Rede de Proteção – Gestão Escolar**. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1429>. Acessos em 10 de jan 2021 e 22 de jan 2021.

PENCO, Andréia. **O projeto “escola que protege” em Dourados/MS: prevenção da violência sexual infanto-juvenil no âmbito educacional**. – Dourados, MS: UFGD, 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> acesso em 12 jan. 2019.

PERES, Aida Maris. PERES, Emerson Luiz Peres. **Planejamento estratégico e mapeamento inteligente como instrumentos na prevenção da violência no contexto da escola.** IN: Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes/organizado por Paulo Vinicius Baptista da Silva, Jandicleide Evangelista Lopes e Arianne Carvalho. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008. 198p.

PINHEIRO, Maria Joseilda. **Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social** 27/02/2015 153 F. Mestrado Em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 10 jan. 2019.

PORTARIA Nº 878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2001. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistenciasocial/portarias/2001pdf>. Acesso em 10 jan de 2021

RADIO VATICANO. **Bispo de Marajó é ameaçado novamente.** Disponível em <http://www.saojosepp.org.br/inc.destaquas/index.php?id=ODcw>. Acesso em 08 de jun de 2019.

ROCHA, Genylton. **A escola e o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no estado do Pará.** 2010. Disponível em <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro/2010/cdrom/41.pdf>. Acesso em 10 Abril 2019.

RODRIGUES, Alex. **Decreto que altera composição do Conanda é publicado no Diário Oficial.** Publicado em 05/09/2019 - Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-09/decreto-que-altera-composicao-do-conanda-e-publicado-no-diario#>. Acesso em 21 de julh 2021.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira Couto. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados/** Maria Virginia de Figueiredo Pereira Couto Rosa, Marilene aparecida Gonzalez Colombo Arnoldi. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Benedito R. dos; NEUMANN, Marcelo; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Ministério da Educação, 2011.

SEPLAD. **Pacto pelo Pará de Redução da Pobreza – Região de Integração do Marajó, 2013-2014** Secretaria Especial de Proteção e Desenvolvimento Social Secretaria de Estado de Assistência Social. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP. Disponível em http://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-019/plano_marajo_2013-2014_seas.pdf Acesso em 10 de dez de 2019.

SILVA, P.V.B. da; LOPES, E.J.; CARVALHO, A. **Por uma Escola que Protege: A Educação e o Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes**. 2 ed. Rev. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Catedral UNESCO de Cultura da Paz, UFPR, 2009.

STAKE. Robert E. **Investigación con estudio de casos**. Segunda edición. Morata, MADRID. 1999.

STOLZ, Tania; WALGER, Américo Agostinho R. **Violência Sexual: Exploração Sexual**. In: FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. **Por Escola Que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes/ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição.**

TECENDO REDES. **Fortalecimento das redes de proteção à infância e à adolescência no Paraná / Rede Marista de Solidariedade, Ministério Público do Paraná**. -- Curitiba: Editora Champagnat, 2014. Disponível em http://www.centrodedefesa.org.br/wpcontent/uploads/sites/13/2015/01/Miolo_Livro_Tecendo-Redes_2014_apresentacao.pdf. Acesso em 12 de set 2020

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do Silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. Ano. 2014, 176f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 10 jan. 2019.

VIEIRA, Andréa Silva. **Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações**; orientadora, Profa. Dra. Ivany Pinto Nascimento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** I Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi- 2.ed.- Porto. Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Artmed, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Robert K. Yin ; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar/Antoni Zabala; tradução Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre: Artmed. 1998.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NUCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
 BÁSICA
 CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TEMA DA DISSERTAÇÃO: Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

OBJETO DE ESTUDO: A participação da Secretaria Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Período de 2011 a 2018.

MESTRANDA: Georgete Pantoja Moura

ORIENTADOR: Professor Doutor Genylton Odilon Rêgo da Rocha

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

SUJEITOS ENTREVISTADOS: Diretora de Ensino, Técnicos Pedagógicos (Urbano e Rural).	
1)	Como foi organizada a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Breves?
2)	Como se deu a articulação da Rede Municipal de Educação de Breves com as outras instituições que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual existente no município?
3)	Que ações a Rede Municipal de Educação de Breves realizou para promover o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas escolas municipais?
4)	A Secretaria Municipal de Educação de Breves desenvolveu ações no sentido de implementar orientações oficiais voltadas à inclusão do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes no currículo escolar?
5)	Houve recursos no orçamento da SEMED para o financiamento de ações voltadas ao Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente pelas escolas urbanas e rurais?
6)	A SEMED promoveu formações para os servidores da Rede Municipal sobre o tema do Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes?

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NUCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
 BÁSICA
 CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaria de receber o seu aceite diante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo teor trata-se da pesquisa que estou realizando intitulada “**A participação da Rede Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no período de 2011 a 2018**”. O objetivo desta pesquisa é analisar a participação da Secretaria Municipal de Educação de Breves na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no período de 2011 a 2018. Outrossim, esclareço que sua participação enquanto entrevistado é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo a sua pessoa. Ademais, elucido ainda, que em todos os registros será elaborado um código que substituirá seu nome. Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial. Sua identidade não será revelada em qualquer circunstância e sua participação não envolverá desconforto ou riscos. Assim, caso tenha alguma dúvida ou necessite de maiores esclarecimentos pode entrar em contato com a pesquisadora Georgete Pantoja Moura(mestranda/pesquisadora), e-mail georgetmoura@yahoo.com.br; Celular 91 99270-6466. A mestranda é aluna regularmente matriculada no Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica NEB/PPEB/UFPA. Este termo deverá ser preenchido e assinado em duas vias de igual teor, sendo que uma delas deverá ser devolvida à pesquisadora.

 Georgete Pantoja Moura
 Pesquisadora NEB/PPEB/UFPA
 Matrícula de nº 201974670028

Eu, _____ Técnica pedagógica da SEMED/Breves, aceito participar voluntariamente da pesquisa acima descrita e permito que obtenha (fotografias/filmagens/gravações) de minha pessoa para fins de pesquisa científica e publicação do conteúdo que pode ocorrer em aulas, seminários, congressos, palestras, periódicos, livros, revistas, artigos e eventos científicos. Tendo sido devidamente esclarecido/a sobre os procedimentos da pesquisa assino este termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 Técnica Pedagógica da SEMED
 Data ____/____/2020

Breves/PA, _____ de _____ de 2020